



RELATÓRIO INTERCALAR

(ANO 4)

Período de Reporte: 1 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021

**PARCERIA PARA A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DO REFORÇO DA
GESTÃO E DA SUPERVISÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS EM TIMOR-LESTE (PFMO)**

FED/2017/387410

Ação cofinanciada pela União Europeia

e cofinanciada e gerida pelo Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

**OSAN JERE
POVU HO
NIAN DI'AK**
GERIR BEM O DINHEIRO PÚBLICO

Aviso de responsabilidade



Esta publicação foi produzida no âmbito do **PFMO - Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste** | FED/2017/387410.

Nem o Camões, I.P. nem qualquer indivíduo agindo em seu nome é responsável pela utilização que possa ser dada às informações que se seguem. As designações e a apresentação dos materiais e dados usados neste documento não implicam a expressão de qualquer opinião da parte do Camões, I.P., da Cooperação Portuguesa ou do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou zona, ou suas autoridades, bem como a expressão de qualquer opinião relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites. A referência a projetos, programas, produtos, ferramentas ou serviços específicos não implica que estes sejam apoiados ou recomendados pelo Camões, I.P., concedendo-lhes preferência relativamente a outros de natureza semelhante, que não são mencionados ou publicitados.

Contacto: Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. | Ministério dos Negócios Estrangeiros | Avenida da Liberdade, 270, 1250-149 Lisboa, Portugal | Tel. +351213109100 | geral@camoes.mne.pt

Declaração de Missão e Visão de Privacidade

Missão: o Camões, I.P. estabeleceu como prioridade das suas políticas internas, a proteção dos Dados Pessoais que trata no âmbito das suas atribuições.

Visão: o Camões, I.P. assumiu o compromisso de cumprir os princípios de tratamento e direitos dos titulares dos dados de acordo com o Regulamento (EU) 2016/679.

Valor da privacidade: os Dados Pessoais assumem um papel de relevância para o Camões, I.P., sendo tratados de forma a garantir um elevado nível de privacidade e um controlo total por parte de cada Titular dos Dados em conformidade com a Política de Privacidade disponível em: <https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobre-nos/transparencia/politica-de-privacidade>

Declaração de exoneração de responsabilidade



Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. As opiniões nele expressas não refletem necessariamente a posição da União Europeia.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	7
RESUMO DA AÇÃO	10
1. Descrição	13
PARTE NARRATIVA	14
2. Avaliação da implementação das atividades do Projeto	14
2.1. Resultados e atividades.....	14
2.2. Quadro Lógico Referência Atualizado	48
2.3. Contratos de valor superior a 50.000 EUR.....	49
2.4. Plano de ação para o próximo período de 12 meses	51
3. Beneficiários e outros tipos de cooperação	51
3.1. Relação entre os beneficiários	51
3.2. Relação entre a entidade executora e as demais entidades públicas Timorenses.....	55
3.3. Relação da entidade executora com outros doadores, outras agências governamentais ou órgãos da administração local e ONGD	55
3.4. Ligações e sinergias estabelecidas com outros Projetos.....	55
3.5. Complemento do Projeto em relação a intervenções anteriores.....	56
4. Governação.....	57
4.1. Comité de Aconselhamento.....	57
4.2. Comité de Coordenação Técnica.....	58
4.3. Reuniões de coordenação com o Serviço do Ordenador Nacional.....	60
5. Visibilidade	61
PARTE FINANCEIRA.....	70
6. Despesas.....	70
7. Auditoria.....	72
8. Pedido de Pagamento	73
9. Calendário de atividades e orçamento previsional.....	73
10. Declaração de Gestão.....	74
ANEXOS.....	75

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: FICHA DE RESUMO DA AÇÃO	10
FIGURA 2: VOLUMES DE HORAS DE FORMAÇÃO (CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIAS RECEBIDAS) POR ANO DE PROJETO	14
FIGURA 3: VOLUMES DE HORAS DE FORMAÇÃO POR PARCEIRO	15
FIGURA 4: QUADRO DA EXECUÇÃO FÍSICA (VALORES ACUMULADOS NO ANO 4).....	15
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AUDITORIAS QUE TRANSITARAM PARA ANOS POSTERIORES	23
FIGURA 6: Nº DE PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO SUCESSIVA E FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE	24
FIGURA 7: Nº DE PROCESSOS TRATADOS PELA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - SET 2020 A AGO 2021	27
FIGURA 8: QUADRO DAS FORMAÇÕES DA CÂMARA DE CONTAS - SET 2020 A AGO 2021	28
FIGURA 9: QUADRO DAS FORMAÇÕES REALIZADAS NA INSPEÇÃO GERAL DO ESTADO.....	35
FIGURA 10: DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS ADMITIDOS POR ÓRGÃOS / ENTIDADES	45
FIGURA 11: DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS ADMITIDOS POR ÁREAS DE ATIVIDADE	46
FIGURA 12: DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES NO PAPTJ POR ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	46
FIGURA 13: DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DOS BENEFICIÁRIOS POR ÓRGÃOS / ENTIDADES.....	47
FIGURA 14: DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DOS BENEFICIÁRIOS POR ÁREAS DE ATIVIDADE.....	47
FIGURA 15: COMITÉ ESTRATÉGICO DA BOA GOVERNAÇÃO	58
FIGURA 16: COMITÉ DE COORDENAÇÃO TÉCNICA.....	59
FIGURA 17: COMITÉ DE COORDENAÇÃO TÉCNICA.....	60
FIGURA 18: ESTATÍSTICA DA VISUALIZAÇÃO DO SITE PFMO.....	61
FIGURA 19: TEMPOS MÉDIOS DE VISUALIZAÇÃO DO SITE PFMO	62
FIGURA 20: DESAGREGAÇÃO DA VISUALIZAÇÃO DO SITE PFMO (H/M)	63
FIGURA 21: DESAGREGAÇÃO DOS SEGUIDORES DO SITE PFMO (PAÍS).....	63
FIGURA 22: NÍVEL DE ACESSO MENSAL AO SITE DO PFMO.....	64
FIGURA 23: PUBLICAÇÕES DO SITE PFMO COM MAIOR ALCANCE E REAÇÕES	64
FIGURA 24: PUBLICAÇÕES DO SITE COM MAIOR ALCANCE E REAÇÕES	65
FIGURA 25: PUBLICAÇÕES DA NEWSLETTER	65
FIGURA 26: PARTICIPAÇÃO DO PFMO EM PROGRAMA DA TELEVISÃO “DADER KMANEK”, GMN	67
FIGURA 27: PARTICIPAÇÃO DO PFMO EM TALK-SHOW DE TELEVISÃO POR OCASIÃO DO DIA DA MULHER, RTTL	67
FIGURA 28: PARTICIPAÇÃO DO PFMO NO “DÍLI INTERNATIONAL FILM FESTIVAL (DIFF)”	68
FIGURA 29: PARTICIPAÇÃO DO PFMO NO SEMINÁRIO “COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE”	69
FIGURA 30: EXECUÇÃO FINANCEIRA (VALORES ACUMULADOS ANO 4).....	70
FIGURA 31: EVOLUÇÃO ANUAL DOS COMPROMISSOS E CUSTOS INCORRIDOS	70
FIGURA 32: EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ANUAL, POR ANOS (COMPROMISSOS E CUSTOS INCORRIDOS)	71
FIGURA 33: CUSTOS E COMPROMISSOS ACUMULADOS NO FINAL DO ANO 4 POR RUBRICA	71
FIGURA 34: CÁLCULO DO PEDIDO DE PAGAMENTO.....	73

Lista de Acrónimos e Siglas

AD	Acordo de Delegação
AT	Assistente Técnico
CAC	Comissão Anti-Corrupção
CAMÕES, I.P	Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.
CA	Comité Aconselhamento
CCT	Comité Coordenação Técnica
CENJOR	Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas
CLJ	Consultório da Língua para Jornalistas
ComC	Comissão C (Finanças Públicas) do Parlamento Nacional
COVID-19	Corona Vírus Disease (Doença do Coronavírus)
CEGEN	Centro de Promoção de Igualdade de Género
DLUE	Delegação da União Europeia em Timor-Leste
ELP	Equipa da Língua Portuguesa (UIC-PFMO)
FONGTIL	Fórum das Organizações Não-Governamentais de Timor-Leste
GCCCCO	Gabinete Central de Combate à Corrupção e à Criminalidade Organizada
GOPAC	Global Organization of Parliamentarian Against Corruption Organização dos Parlamentares Contra a Corrupção
IGE	Inspeção-Geral do Estado
ISC	Instituições Superiores de Controlo
LP	Língua Portuguesa
MP	Ministério Público
OCS	Órgãos de Comunicação Social
OGE	Orçamento Geral do Estado
OSC	Organizações da Sociedade Civil
ONG	Organizações Não-Governamentais
PARCEIROS	Parlamento Nacional, Tribunal de Recurso/Câmara de Contas, Procuradoria-Geral da República, Polícia Científica e de Investigação Criminal, Comissão Anti-Corrupção, Inspeção-Geral do Estado, Secretaria de Estado da Comunicação Social, Conselho de Imprensa, Unidade de Auditoria Social, Fórum das Organizações Não-Governamentais de Timor-Leste.
PCIC	Polícia Científica e de Investigação Criminal
PF	Ponto Focal
PFMO	<i>Partnership to improve service delivery through strengthened Public Finance Management and Oversight</i> Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste
PGR	Procuradoria-Geral da República de Timor Leste
PN	Parlamento Nacional de Timor-Leste

PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
PPL	Proposta de Lei
PROJETO	Programa de implementação da Componente 2 do PFMO
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RENAS	Rede Nacional de Auditoria Social
SECOMS	Secretaria de Estado da Comunicação Social
SCE	Serviço do Contencioso do Estado
SON	Serviços do Ordenador Nacional
TR	Termos de Referência
TdR/CdC	Tribunal de Recurso/Câmara de Contas
UAPF	Unidade de Auditoria e Perícia Financeira
UE	União Europeia
UIC-PFMO	Unidade de Implementação do Camões, I.P. para o PFMO – Componente2

SUMÁRIO EXECUTIVO

O PFMO tem como objetivo reforçar o planeamento, a gestão, a auditoria, a monitoria, a responsabilização e a supervisão do uso das finanças públicas em Timor-Leste, para uma melhor prestação de serviços públicos. É financiado pela União Europeia, num total de 12 milhões de euros, e conta com o cofinanciamento da Cooperação Portuguesa de EUR 600 mil. Neste âmbito propõe-se concorrer a seis resultados/produtos (*outputs*):

1. Parlamento Nacional (PN) com um papel fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao OGE, bem como de fiscalização da sua execução;
2. Câmara de Contas (CdC) com capacidade técnica e institucional reforçada, com vista numa possível evolução para um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC);
3. Comissão Anticorrupção (CAC), a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e Inspeção Geral de Estado (IGE) com capacidades reforçadas em matéria de prevenção e de investigação de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais;
4. Ministério Público (MP) com capacidade, institucional, e técnica, reforçadas para melhor representar o Estado no exercício da ação penal e salvaguarda da legalidade democrática para acompanhamento das responsabilidades financeiras designadas nos relatórios da CDC e relatórios de investigação criminal;
5. Atores não estatais (ANE) e cidadãos com capacidade aumentada para participarem em processos políticos e de supervisão das instituições públicas e da prestação de serviços públicos (através da iniciativa de auditoria social);
6. Jornalistas com capacidade profissional melhorada, para que possam providenciar informação imparcial e rigorosa aos cidadãos.

O presente relatório incide sobre o período de 1 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, elaborado nos termos do disposto nas Condições Gerais do Acordo de Delegação.

Este período de relato, quarto ano do período de implementação do PROJETO, corresponde a um ano completo de execução que decorreu integralmente sob a situação de pandemia, com fortes restrições nas atividades presenciais e sobretudo nas entradas e saídas do país, com a supressão das linhas aéreas comerciais, a que se somaram ainda alguns dos desafios internos de Timor-Leste, como os efeitos do ciclone tropical Seratoja, ocorrido em 4 de abril de 2021, que afetou de forma significativa toda a região de Díli.

No que respeita à pandemia, em Timor-Leste a situação agravou-se ainda com uma segunda vaga iniciada em janeiro de 2021 e que atingiu o seu pico em finais de agosto de 2021 em resultado da propagação da variante Delta. Esta situação introduziu novas restrições objetivas à realização de grande parte das ações de capacitação, bem como à mobilidade, que conduziram sucessivamente ao adiamento ou suspensão da maioria das ações – sobretudo das ações dos programas de capacitação de média e longa duração, com um caráter decisivo na estratégia de capacitação dos atores estatais do Projeto.

Para minorar os efeitos desta situação, foram desencadeadas diversas medidas de ajustamento às condições existentes, por forma a prosseguir com a implementação das ações e atividades previstas,

através da dinamização e reforço dos meios tecnológicos para promoção do ensino à distância, através de plataformas de comunicação remota, bem como o recurso às competências próprias da UIC para assegurar parcialmente as ações formativas ou, ainda, com o recurso a missões de assistência técnica de curta duração, que permitiam junto de alguns parceiros o reforço das atividades de capacitação *on-the-job*, através de mentoria, tutoria ou mesmo em situação de formação clássica em sala, ainda que sujeito a restrições no número de presenças e/ou de participantes.

Apesar de todas as contrariedades de um ano invulgarmente difícil, foi possível **dar seguimento a várias atividades planeadas para o Ano 4, com resultados observados, tendo-se materializado também no ano de maior realização física e de execução financeira desde o início do PROJETO.**

Ao nível da supervisão orçamental, associada ao resultado de um papel do PN fortalecido, destaca-se o apoio dado em termos de reforço técnico aos Orçamentos de Estado em 2020 e 2021 e ao orçamento retificativo de 2021; as assistências técnicas à Comissão de Finanças Públicas do PN e à nova Lei de Enquadramento Orçamental; bem como a proposta de “Manual de Fiscalização Política e Orçamental” entregue ao PN e a assistência especializada na aprovação do Código Mineiro que contribuiu com sucesso para concluir o processo com uma votação por unanimidade da redação final da proposta de projeto de lei (PPL).

Em termos da atuação junto do Tribunal de Recurso/Câmara e Contas (TdR/CdC) – inclusive para a sua evolução para o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e Contas (TSAFC) – além da capacitação em língua portuguesa Nível B2 dos Auditores, está em vias de ser apresentado o diagnóstico Institucional e o levantamento de competências individuais dos Auditores da Câmara de Contas realizado por intermédio do PROJETO; foram realizadas formações especializadas em auditoria; e promovidos eventos de partilha de conhecimento com instituições parceiras e outras instituições superiores de controlo. Estas atividades visam influenciar positivamente o cumprimento dos prazos de fiscalização prévia, o aumento dos processos em fiscalização sucessiva e o aumento número de recomendações e ações de seguimento, estatísticas analisadas no relatório.

Sobre o grau de cumprimento do resultado que prevê CAC e PCIC com capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico financeira, foram realizadas formações especializadas dirigidas aos investigadores da CAC em metodologias de investigação, técnicas de inquirição e interrogatório e de meios de recolha de prova em ambiente de trabalho, no quadro da assistência técnica de médio prazo que providenciou mentoria/formação *on-the-job* e aconselhamento técnico, além de formações como a capacitação organizada para investigadores da CAC no âmbito da nova Lei Anticorrupção n.º7/2020.

Procuradores do Ministério Público (MP) participaram também nesta formação sobre a nova Lei Anticorrupção n.º7/2020, organizada pelo PFMO, e apoiaram-se processos de coordenação entre o MP e os órgãos da polícia criminal (OPC), no quadro do reforço da capacidade institucional e técnica do MP no exercício da ação penal, direção da investigação criminal e prevenção criminal.

Por sua vez, junto da PCIC, iniciou-se a segunda assistência técnica de curto prazo ao laboratório, a assistência técnica à criação, instalação e desenvolvimento de programa de cibersegurança e

combate ao cibercrime e o procedimento de aquisição de servidores seguros (infraestrutura tecnológica de Data), previstos transportar para Díli em dezembro 2021, após configurações e teste na Polícia Judiciária em Lisboa.

Em termos da capacitação dos Atores Não estatais para uma maior participação em processos políticos e de supervisão, assinala-se o programa de apoio às ações de Auditoria Social com a FONGTIL e ReNAS (2019/20) e à ação de monitoria e avaliação do programa da “Cesta Básica”, realizado pela FONGTIL e 11 ONG; o Programa “Diálogos com o Parlamento”, que marcou o início da promoção efetiva de um mecanismo de interação entre as OSC, PN e CdC; e as atividades conjuntas com a Organização dos Parlamentares Contra a Corrupção (GOPAC) e a Organização das Mulheres Parlamentares (GMPTL), no tema do acompanhamento da execução do Orçamento sensível ao Género.

Finalmente, em particular em relação à atuação junto dos jornalistas, destaca-se as iniciativas do PROJETO de Apoio aos Jornalistas e Comunicação Social, no período de crise de Covid-19, que garantiram apoio económico a 154 jornalistas (incluindo 30 jovens), 10 órgãos comunicação social, estimulando a publicação de 578 trabalhos de jornalismo. Em paralelo, mesmo com as condições adversas, foi possível dar continuidade às ações de formação especializada a 140 jornalistas da imprensa escrita, digital, radio e TV, no âmbito da parceria com o CENJOR.

Em termos financeiros, no período de relato, de 1 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021, verificou-se uma **taxa de execução de 18,4%** relativamente ao orçamento total do PROJETO, decorrente de 2 316 097 EUR de custos incorridos, que, somado ao reportado nos relatórios anteriores, perfaz uma taxa de execução financeira de **44,4%**. Por sua vez, a taxa de execução dos compromissos jurídicos situa-se nos **56,6%**.

Apesar da evolução da execução, não foi possível a desejada recuperação com o agravamento das condições de execução do PROJETO, de que resulta a necessidade de se fazer prolongar o período de implementação do projeto, que termina a 28 de fevereiro de 2022.

Assim, e de acordo com o diálogo mantido com a Delegação da União Europeia em Díli e com o Serviço do Ordenador Nacional, defende-se a necessidade de um período adicional de 18 meses para a implementação do PROJETO, conforme proposta formalizada por carta a 10 de novembro de 2021, e que enquadra o plano de atividades que se apresenta para o ano 5, que dá ênfase à promoção de condições de sustentabilidade e autonomia futura dos processos requalificados pelos parceiros, bem como no processo de transferência de competências.

RESUMO DA AÇÃO

Figura 1: Ficha de Resumo da ação

TÍTULO	PFMO - Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste
PAÍS/REGIÃO	Timor-Leste
OBJETIVO DA INTERVENÇÃO	<p>Objetivo Geral: melhorar o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste através de uma prestação de serviços públicos mais eficaz, íntegra, transparente, responsável e orientada para o cidadão, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030;</p> <p>Objetivo Específico: reforçar o planeamento, a gestão, a auditoria, a monitoria, a responsabilização e a supervisão do uso das finanças públicas para uma melhor prestação de serviços públicos.</p>
GRUPOS-ALVO E/OU BENEFICIÁRIOS FINAIS	<p>Grupos-alvo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Parlamento Nacional (deputados e técnicos, fundamentalmente das Comissões que tenham a cargo matérias como Assuntos Constitucionais e Finanças Públicas); ▪ Tribunal de Recurso e a Câmara de Contas (auditores e juizes); ▪ Procuradoria-Geral da República e Ministério Público (magistrados); ▪ Inspeção-Geral do Estado (auditores e inspetores); ▪ Comissão Anticorrupção (inspetores e demais funcionários); ▪ Polícia Científica de Investigação Criminal (inspetores que lidam diretamente com criminalidade económico-financeira); ▪ Organizações da Sociedade Civil (com foco nos membros da ReNAS e FONGTIL); ▪ Órgãos da Comunicação Social (Ministério com tutela sobre regulamentação da atividade dos órgãos de comunicação social, e em última instância os próprios jornalistas timorenses). <p>Beneficiários finais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sociedade e população timorense em geral
EIXO/ÁREA	Setor Focal 1 – Boa Governança Programa Indicativo Nacional (PIN/Timor-Leste) 2014-2020
ODS	Objetivo 1: Erradicação da pobreza Objetivo 10: Redução das Desigualdades Objetivo 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes Objetivo 17: Parcerias para a Implementação dos Objetivos
DURAÇÃO E CALENDÁRIO PREVISTO	Implementação: 01-09-2017 a 28-02-2022 Encerramento: 01-03-2022 a 31-08-2022
CUSTO DA AÇÃO	EUR 12.600.000 (não inclui auditoria e avaliação final externas)
DOCUMENTO DE PROGRAMAÇÃO	11.º FED – Programa Indicativo Nacional (PIN) 2014-2020
PLANO DE FINANCIAMENTO	União Europeia (11.º FED) – EUR 12.000.000 (95%) Camões, I.P. – EUR 600.000 (5%)
MODO DE GESTÃO	Gestão Indireta: Acordo de Delegação
ENTIDADE GESTORA	Camões, I.P.

CÓDIGOS SETORIAIS CAD/OCDE	15111 – Gestão das Finanças Públicas 15113 – Instituições e Organismos Anticorrupção 15150 – Participação Democrática e Sociedade Civil 15152 – Legislaturas e Partidos Políticos 15153 – Média e Livre Fluxo de Informação			
	Objetivos estratégicos gerais	Objetivo não visado	Objetivo importante	Objetivo principal
	Desenvolvimento participação/boa governação			x
	Ajudas domínio ambiente	x		
	Igualdade género (incluindo participação mulheres desenvolvimento)		x	
	Desenvolvimento Comércio		x	
	Saúde reprodutiva, materno-infantil	x		
	Marcadores Convenção Rio	Objetivo não visado	Objetivo importante	Objetivo principal
	Diversidade biológica	x		
	Luta contra desertificação	x		
	Mitigação alterações climáticas	x		
	Adaptação alterações climáticas	x		
	PARCEIROS	<p>Timor-Leste:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Parlamento Nacional (PN); • Procuradoria-Geral da República (PGR)/Ministério Público (MP); • Tribunal de Recurso (TdR)/ Câmara de Contas (CdC); • Inspeção-Geral do Estado (IGE); • Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC); • Comissão Anticorrupção (CAC); • Fórum das ONG de Timor-Leste (FONGTIL); • Rede Nacional de Auditoria Social (ReNAS); • Ministério com tutela sobre regulamentação da atividade dos órgãos de comunicação social. <p>Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleia da República (AR); • Procuradoria-Geral da República/Ministério Público (PGR/MP); • Ministério das Finanças; • Tribunal de Contas (TdC); • Polícia Judiciária (PJ); • Centro Protocolar de Formação para Jornalistas (CENJOR); • Centro de Estudos Judiciários (CEJ); • Conselho Superior de Magistratura (CSM). 		

RESUMO:

O projeto visa melhorar o desenvolvimento sustentável em Timor-Leste através de uma prestação de serviços públicos mais eficaz, íntegra, transparente, responsável e orientada para o cidadão, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, através do reforço do planeamento, gestão, auditoria, monitoria, responsabilização e supervisão do uso das finanças públicas para uma melhor prestação de serviços públicos.

O projeto assenta na capacitação institucional e na promoção do diálogo e cooperação entre as instituições do Estado com responsabilidades na supervisão e gestão das finanças públicas, as organizações da sociedade civil e os órgãos da comunicação social, com um objetivo comum: reforçar o sistema de pesos e contrapesos de modo a que atores estatais e não-estatais possam desempenhar plenamente os respetivos papéis na fiscalização e acompanhamento das políticas, participando ativamente e garantindo uma supervisão e controlo regular da prestação dos serviços públicos.

Será ainda implementada, de forma transversal a todas as entidades beneficiárias, a formação intensiva em língua portuguesa de nível técnico adaptada ao contexto de trabalho de cada entidade, face às debilidades no domínio desta língua oficial.

Neste âmbito, pretende alcançar os seguintes **resultados/Produtos (Outputs)**:

7. Papel do Parlamento Nacional (PN) fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao OGE, e de fiscalização da sua execução;
8. Capacidade técnica e institucional reforçada da Câmara de Contas (CdC) e do Tribunal de Recurso - inclusive para a sua evolução plena para o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC);
9. Capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais (Comissão Anticorrupção – CAC –, Polícia Científica de Investigação Criminal – PCIC – e Inspeção-Geral do Estado – IGE);
10. Ministério Público (MP) com capacidade institucional e técnica do reforçada para melhor representar o Estado no exercício da ação penal, direção da investigação criminal, promoção e realização de ações de prevenção criminal e fiscalização da atividade processual dos órgãos de polícia criminal no decurso do inquérito;
11. Capacidade aumentada dos Atores Não Estatais e dos cidadãos para participarem em processos políticos e de supervisão das instituições públicas e da prestação de serviços públicos (através da iniciativa de Auditoria Social);
12. Jornalistas com capacidade profissional melhorada, para que possam providenciar informação imparcial e rigorosa aos cidadãos

SITE PROJETO

www.osanpovunian.tl

1. Descrição

1.1. Coordenador: Rui Nelson Ferreira Dinis

1.2. Gestora: Magda Correia Rodrigues

1.3. Entidade executora: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

1.4. Designação: PFMO - Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste | Componente 2

1.5. Data de início e termo do período coberto pelo presente relatório: 1 de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2021

1.6. Data de início e termo: 1 de setembro de 2017 a 28 de fevereiro de 2022

1.7. País-alvo: Timor-Leste

1.8. Beneficiários:

- Parlamento Nacional (deputados e técnicos, fundamentalmente das Comissões que tenham a cargo matérias como Assuntos Constitucionais e Finanças Públicas);
- Tribunal de Recurso e a Câmara de Contas (auditores e juizes);
- Procuradoria-Geral da República e Ministério Público (magistrados);
- Inspeção-Geral do Estado (auditores e inspetores);
- Comissão Anticorrupção (inspetores e demais funcionários);
- Polícia Científica de Investigação Criminal (inspetores que lidam diretamente com criminalidade económico-financeira);
- Organizações da Sociedade Civil (com foco nos membros da ReNAS e FONGTIL);
- Órgãos da Comunicação Social (Ministério com tutela sobre regulamentação da atividade dos órgãos de comunicação social, e em última instância os próprios jornalistas timorenses).
- Sociedade e população timorense em geral.

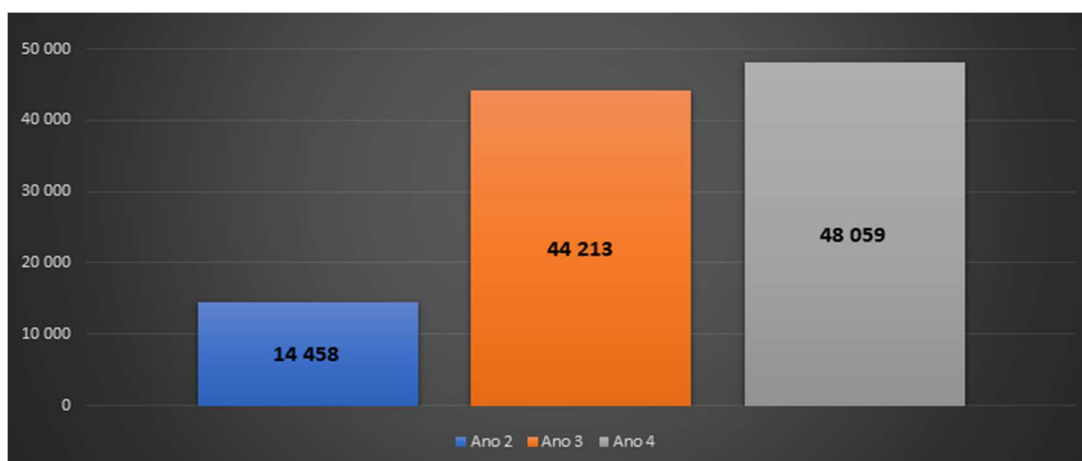
PARTE NARRATIVA

2. Avaliação da implementação das atividades do Projeto

2.1. Resultados e atividades

Ainda que pela primeira vez relativo ao período completo de um ano de pandemia de Covid-19 e a ocorrência da catástrofe das cheias de 4 de abril de 2021, o **ano 4** de PROJETO corresponde à realização de **48.059 horas globais de atividades (recebidas)** de capacitação e assistência técnica, a maior execução anual desde início de PROJETO, ainda que abaixo da previsão para o período.

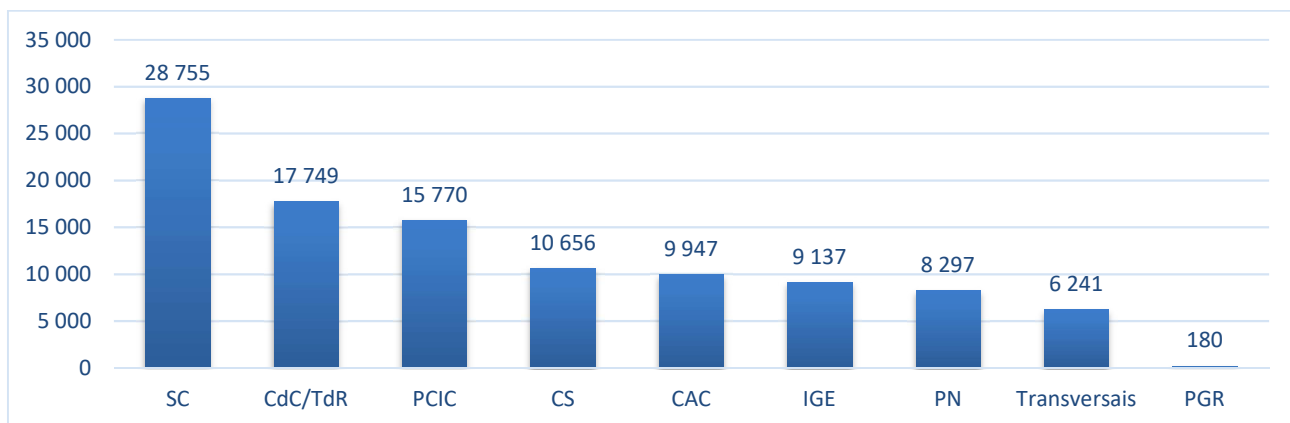
Figura 2: Volumes de Horas de Formação (capacitação e assistências recebidas) por ano de PROJETO



No que respeita à realização por parceiro/resultado, o ano 4 reforçou a distribuição por Parceiros e por Resultados, destacando-se as elevadas participações de beneficiários da Sociedade Civil e Jornalistas, bem como dos Auditores da Câmara de Contas, mas também dos Investigadores e Especialistas da PCIC e CAC.

Os Auditores e Inspectores da IGE e os Técnicos Parlamentares, por sua vez, tiveram o maior aumento percentual, sendo que no PN a capacitação não inclui a língua portuguesa, sendo quase toda dirigida a Deputados e Técnicos em áreas de especialidade. A Área da PGR/MP continua a ser aquela menos desenvolvida, com apenas 180 horas de formação neste ano.

Figura 3: Volumes de horas de formação por parceiro



Em termos acumulados, desde o início do projeto e até à data de 31 de agosto de 2021, registam-se:

- **106.730 horas** em formação especializada e em língua portuguesa, bem como de assistência técnica e tutoria - o que representa um **aumento acumulado de (+) 81,94 %** da atividade desenvolvida, por comparação com o valor acumulado do ano anterior; e
- **1.829 dias** de capacitação, formação, tutoria e assistência técnica, em Timor-Leste e Portugal, realizada em **15.747 horas** de formação ministrada, que contou com **2.366 participações** de beneficiários.

Figura 4: Quadro da Execução Física (valores acumulados no ano 4)

Tipo de Capacitação	Dias de Formação	Participações de Formandos	Horas Formação	Duração Total (Horas)
Capacitação (Média/ Longa Duração)	104	5	602	3.010
Capacitação (Técnica/Especializada)	389	1667	1.666	35.639
Assistência Técnica ("On-the-Job")	918,5	219	8.595	8.595
Língua Portuguesa	1.829	475	4.885	59.486
Total	3.241	2.366	15.747	106.730

Expõem-se de seguida, por resultado e atividade do AD, informação sobre os resultados alcançados e atividades executadas e/ou em curso no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, em linha com os dados dos **Anexo I e II**, respetivamente a **matriz de quadro lógico** e o **calendário de atividades/ações do Ano 4**.

R2.1. Papel do Parlamento Nacional (PN) fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao Orçamento Geral do Estado, e de fiscalização da sua execução

No ano 4, o número de horas de formação concluídas por Deputados e técnicos parlamentares em termos de contratação pública, supervisão orçamental, gestão das finanças públicas, receitas dos recursos naturais, legislação orçamental e fiscal e orçamentação sensível ao género atingiu as 1842 horas, ao que se soma às 1278 horas do ano 3 (de um total previsto de 5200 horas para o total do projeto). Estes apresentaram uma taxa de satisfação superior a 84%, o que compara positivamente com o objetivo de uma taxa de satisfação de 75%.

Melhorias de carácter organizacional, processual e metodológico

Encontram-se atualmente em curso três processos de melhoria de carácter organizacional no Parlamento Nacional, designadamente no Centro de Promoção de Igualdade de Género (CEGEN) – gabinete técnico de apoio ao GMPTL –, na Divisão de Planeamento, Monitoria e Avaliação e no Gabinete de auditoria Interna.

No âmbito do CEGEN, o PN comprometeu-se a aumentar o número de técnicas do CEGEN e o PFMO a dar formação em orçamentação sensível ao género, tendo-se verificado o aumento dos técnicos de três para cinco e o PFMO garantido a formação e tutoria *on-the-job*. Este apoio permitiu uma clara melhoria na qualidade do Relatório e Parecer da GMPTL sobre a Proposta de Lei n.º 23/V (3ª) – OGE para 2021, criando bases para uma melhoria de futuros relatórios, bem como permitiu um acréscimo do número de instrumentos regimentais das Mulheres Parlamentares (GMPTL) sobre o orçamento dedicado às questões de género, designadamente ao nível das intervenções das Mulheres Parlamentares no plenário e nas audições públicas no âmbito da mesma Proposta de Lei relativamente a matérias sensíveis ao género.

Com a formação *on-the-job* na Divisão de Planeamento, Monitoria e Avaliação (DIPMA) pretende-se melhorar o mecanismo de recolha, análise e sistematização de informação sobre as atividades do Parlamento e apoiar na elaboração, e na criação de mecanismos de monitorização e avaliação da implementação do Quadro Programático Plano Estratégico do Parlamento Nacional 2023-2028 – Parceiros de Desenvolvimento.

No Gabinete de Auditoria Interna a intervenção tem como objetivo o apoio na elaboração, no controle e monitorização do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e o

desenvolvimento dos instrumentos que permitam a sua operacionalização e divulgação de resultados.

Número de relatórios e pareceres produzidos com o apoio do projeto / Reforço das Condições de Desenvolvimento do PN em Matéria Legal e Regulatória

Foram até à data desenvolvidos seis Relatórios e/ou Pareceres com o apoio do PFMO:

- Manual de procedimentos “Fiscalização Orçamental e Política do Parlamento Nacional” que irá permitir uma significativa melhoria dos trabalhos da Comissão C;
- Relatório e Parecer da GMPTL sobre a Proposta de Lei n.º 23/V (3ª) – OGE para 2021 em matérias sensíveis ao género –, o PFMO deu apoio jurídico à elaboração do Relatório na especialidade;
- Código Mineiro, instrumento legislativo fulcral para a melhor gestão das receitas dos recursos naturais; à elaboração do Relatório e Parecer na especialidade da Proposta de Lei n.º 27/V(3ª) Enquadramento do OGE e da gestão financeira pública, ainda por aprovar na globalidade, instrumento legislativo fundamental para a reforma das finanças públicas;
- laboração e melhoria do Relatório e Parecer do OGE/2020, OGE/2021 e da Proposta de Lei n.º 32/ V (3ª) – Primeira alteração ao Orçamento Geral -, contribuindo o PFMO, através dos seus recursos internos, neste caso, para uma melhoria das várias Propostas de Lei, pois deste apoio resultaram inúmeros Propostas de Alteração às respetivas Propostas legislativas.

À data de fecho do período de reporte, estão-se ainda a desenvolver procedimentos de contratação para a elaboração de dois instrumentos fundamentais na gestão das finanças públicas, designadamente o Código Tributário e o Relatório que retrata fielmente a situação jurídica e financeira da cobrança de receitas tributárias não fiscais (independentemente da sua designação expressa como Taxas, tarifas, contribuições) em Timor-Leste.

A.2.1.1 – Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal para deputados e técnicos parlamentares

O PN dispõe de um Centro de Línguas permanente, que inclui o ensino permanente da Língua Portuguesa destinado a todos os seus membros, incluindo os respetivos Deputados. Tendo em conta esta situação, foi acordado com o Parceiro dar prioridade às atividades de capacitação em matérias de especialidade técnica, através da qual se potenciaria também o ensino da língua portuguesa para fins específicos, tendo em conta a necessidade de reforçar as competências e proficiência da língua em matérias específicas da supervisão e das finanças públicas.

Assim, realizaram-se as Jornadas Técnicas do Parlamento Nacional (Programa: "Elaboração e Análise de Relatórios Técnicos"-1.ª Edição), em setembro de 2020, que incidiram sobre os temas: enquadramento dos Relatórios Técnicos no regimento do PN; estrutura da

Proposta de Lei da OGE na Lei de Orçamento e Gestão Financeira; elaboração de relatórios e pareceres técnicos; processos para relatórios: estrutura; vocabulário e estrutura gramatical de suporte; elaboração de pareceres jurídicos; elaboração de relatórios de visitas técnicas; e elaboração de atas.

As jornadas tiveram como oradores o AT, António Maia, e o Coordenador Científico e Pedagógico da equipa de ensino da língua, Manuel Oliveira, do PFMO, e a Assessora parlamentar da Comissão de Finanças Públicas, Margarida Rodrigues, tendo havido oportunidade para demonstrar o potencial de especialização do uso da língua, como reforço da formação técnica nas matérias de supervisão de finanças públicas, em resultado do aprofundamento dos métodos de elaboração de relatórios e pareceres.

Dos 22 formandos iniciais, foram certificados 21 técnicos parlamentares dos quais nove do sexo feminino. A taxa média de satisfação foi de 86,8%.

A.2.1.2 – Reforçar as capacidades dos deputados em matérias de fiscalização e anticorrupção, contratação pública, supervisão orçamental, gestão das finanças públicas e receitas dos recursos naturais, legislação fiscal e análise dos relatórios produzidos pelas instituições superiores de controlo, bem como ética e deontologia e orçamentação sensível ao género

Em termos de ações implementadas durante o período de reporte, assinala-se:

A Assistência Técnica Média Duração na Comissão das Finanças Públicas

Iniciada em janeiro de 2020, a AT consistiu num apoio técnico jurídico à Comissão de Finanças Públicas de forma a aumentar e melhorar a legislação no âmbito da reforma das finanças públicas (PFM) e no âmbito da supervisão das finanças públicas (PFMO).

Para além do seu papel de assessor parlamentar, esta AT visava também a formação *on-the-job* de assessores do quadro do Parlamento Nacional. No entanto, não existia na Comissão C nenhum assessor parlamentar timorense jurista, pelo que a formação *on-the-job* não pôde ser ainda iniciada. Foi para isso pedido ao Parlamento Nacional que indicasse dois juristas timorenses que passariam a trabalhar diariamente com a AT. Esse pedido foi aceite no início do verão. No entanto, nesse momento o AT de média duração apresentou o pedido de cessação do seu contrato de agente de cooperação. Urge assim a necessidade de contratar uma nova AT, apesar de dada as necessidades do Parlamento Nacional, o perfil requisitado não ter de ser necessariamente o mesmo.

Durante o ano 4, a AT contribuiu para a elaboração e formulação de diversos pareceres, representando uma melhoria do trabalho parlamentar, nomeadamente:

- Apoio à discussão generalidade e especialidade 3ª alteração da PPL OGE 2020 e redação de propostas de alteração e redação final 3ª PPL OGE 2020;
- Preparação de perguntas para audição sobre Programa de Recuperação Económica;

- Apoio a discussão generalidade e especialidade PPL OGE 2021 e redação de propostas de alteração e redação final PPL OGE 2021 e relatório/parecer de teor PPL OGE 2021;
- Co-redação do relatório e parecer da comissão C sobre a CGE2019;
- Contributo jurídico para Relatório/Parecer ComC PPL 1ª altOGE2021;
- Elaboração da tabela correspondências PPL LEO - LOGF (anexo do futuro Parecer ComC sobre teor LEO);
- Contributo jurídico para Relatório/Parecer ComC PPL LEO;
- Sessões esclarecimentos ComC e ComD PPL LEO;

Relativamente ao Relatório/Parecer ComC PPL 3ª altOGE2020, PPL OGE2021, PPL 1ª altOGE2021 após pedido expresso da Presidente da Comissão C, o parecer macroeconómico foi executado pelo Gestor de Área de Supervisão Orçamental.

Assistência Técnica de Curta Duração- Código Mineiro

O apoio jurídico ao debate na especialidade da proposta de lei do Código Mineiro, efetuado pela sociedade de advogados *Miranda Law* (contratada após uma consulta prévia), que contou também com o apoio do AT António Maia, visou a melhoria da legislação relativa à gestão e das receitas dos recursos naturais.

O apoio jurídico ao debate na especialidade da proposta de lei do Código Mineiro, contribuiu com sucesso para concluir o processo com uma votação por unanimidade da Redação Final da PPL e tendo-se verificado uma progressão dos trabalhos sempre em concordância com as orientações das Comissões de Finanças Públicas e Comissão de Economia.

Assistência Técnica de Curta Duração - Comissão C

No ano 4 do projeto, o PFMO contratou e garantiu formação on-the-job a um novo assessor nacional que reforçou a equipa da Comissão C, para fazer face à concentração de trabalho legislativo previsto até ao final do ano, da qual se destacam o Orçamentos Gerais do Estado de 2020 e de 2021 e a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO);

O AT não só realizou um trabalho de qualidade como foi, ao fim de seis meses foi contratado pelo Parlamento Nacional para assessor da Comissão das Finanças Públicas, contribuindo efetivamente para o reforço das condições de autonomia técnica nacional da Comissão C.

Seminário "Panorama Orçamental 2021"

Em 2020 foi retomada a realização do seminário “Panorama Orçamental 2021”, uma tradição do processo parlamentar de discussão das políticas orçamentais em Timor-Leste, que se encontrava interrompida desde 2017.

O Seminário “Panorama Orçamental 2021” teve a duração de dois dias, tendo decorrido entre os dias 4 e 5 de novembro de 2020, com tema dedicado à Proposta-Lei de OGE de 2021, cujos oradores foram os respetivos Ministros Governamentais.

Participaram no seminário “Panorama Orçamental 2021” 37 deputados (dos quais 14 do sexo feminino) de várias Comissões Parlamentares e 22 técnicos parlamentares provenientes de diversos departamentos, sobretudo do Gabinete de Estudos Estratégicos e

Jurídicos, dos quais 11 eram do sexo feminino. Foram convidadas outras entidades da sociedade civil, como Rede Feto, LauHamutuk, Fongtil, PDHJ, entre outros e meios de comunicação da Tatoli, GMN e STL, que manifestaram grande interesse colocando questões nos vários momentos abertos ao debate. Destaca-se dos oradores, para além dos membros do governo, a Câmara de Contas, Banco Central de Timor-Leste, ADB, adido para a cooperação da União Europeia e Banco Mundial.

Apesar do pouco de tempo de preparação, devido à aprovação tardia do programa e local por parte da Comissão C, foi possível não apenas realizar com sucesso e significativa visibilidade esta ação, como através dela se retomou uma importante tradição, interrompida no Parlamento Nacional entre 2017 e 2019, sendo o mais relevante espaço de discussão pública sobre as grandes opções do plano e orçamentos em Timor-Leste, esperando-se que a mesma seja prosseguida nos anos seguintes.

Esta atividade visou ainda o reforço da coordenação e trabalho conjunto do Parlamento Nacional, Câmara de Contas, Sociedade Civil e Comunicação social.

Manual de Procedimentos - Fiscalização Orçamental e Política do Parlamento Nacional

Foi concluída a produção de um Manual em matéria de Fiscalização Orçamental e Política do Parlamento Nacional, em conjunto com o Parlamento Nacional. A parte da fiscalização política esteve a cargo do AT na Comissão C do PFMO, e a parte de procedimentos no âmbito da fiscalização orçamental, pela assessora parlamentar orçamental da Comissão das Finanças Públicas na altura. Devido a trabalhos adicionais e mais prioritários este manual foi sendo atrasado, tendo sido concluído somente em setembro.

Apoio técnico à Lei Enquadramento do OGE

Quanto ao apoio técnico à Lei Enquadramento do OGE e da Gestão Financeira Pública, este resultou no apoio jurídico e económico ao debate na generalidade e especialidade da proposta de lei Enquadramento do OGE e da gestão financeira pública.

Por impossibilidade temporal e restrições resultantes da situação pandémica, o que impossibilitou a contratação e vinda de uma sociedade de advogados ou técnico especializado nestas matérias, o apoio jurídico e económico foi efetuado por uma task force, a qual contemplava entre outros o Assistente Técnico António Maia e o Gestor de Área de Supervisão Orçamental. O PFMO financiou ainda as condições logísticas do debate na especialidade, designadamente o local de discussão (Tíbar).

A.2.1.3: Reforço das capacidades dos técnicos parlamentares em termos de: auditoria, contratação pública, supervisão orçamental, parcerias público-privadas, contabilidade, estatística e análise de dados, feita de leis, bem como orçamentação sensível ao género

Programa "Literacia Orçamental e Financeira"

As Jornadas Técnicas do Parlamento Nacional: "Análise Orçamental e Avaliação de Políticas Públicas – literacia orçamental e financeira" decorreram entre dia 22 a 26 de fevereiro de 2021. Esta formação debruçou-se sobre temas considerados pertinentes para a Análise do

OGE como: Lei de Orçamento e Gestão Financeira; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030; Avaliação Política; e Análise de Desvios Orçamentais.

Participaram nas jornadas parlamentares 19 técnicos parlamentares provenientes de diversos departamentos, sobretudo Técnicos de Apoio às Comissões, dos quais 8 eram do sexo feminino. A taxa média de satisfação foi de 88%, o que se revela bastante positiva dada a dificuldade das matérias abordadas e a base inicial de conhecimento dos técnicos parlamentares.

Tutoria on-the-job CEGEN/ Formação Análise do OGE em matérias de género"

Viabilizou-se com esta consultoria no tema “Análise do OGE/2021 em matérias de género” proporcionar às técnicas parlamentares do CEGEN um conjunto de ferramentas/conhecimentos que permitam uma análise do OGE/2021 em matérias de género. Esta consultoria incluiu como tarefas, o diagnóstico de necessidades, a produção de material básico de orientação para a análise do OGE/2021 em matérias de género, «a introdução de conceitos básicos, princípios e estratégias sobre a integração do género no ciclo orçamental, o apoio na avaliação e análise do OGE/2021 em matérias de género e inclusão social e a recolha e avaliação das análises / opiniões de orçamentação sensível ao género produzidas por cada setor antes da apresentação final ao GMPTL e à Comissão C.

A.2.1.4: Reforço da coordenação e trabalho conjunto do Parlamento Nacional com a Câmara de Contas, a sociedade civil e órgãos de comunicação social

No âmbito do reforço da coordenação e complementaridade do PN com a Câmara de Contas e Sociedade Civil, realizou-se, neste período, o Seminário "Panorama Orçamental 2021", acima mencionado, que contribuiu para a interação entre as várias entidades.

As demais atividades reagendadas em decorrência dos constrangimentos impostos pelo confinamento e imposição da cerna sanitária em Díli, serão retomadas no Ano 5, nomeadamente uma cerimónia simultânea em Viqueque, Turiscai (Manufahi) e Lospalos prevista celebrar o Dia Internacional da Mulher, sobre o tema impacto do COVID-19 sobre a Mulher e papel da mulher no combate ao COVID-19, planeado inicialmente para dia 11 de março, e que terá lugar a 15 de outubro; e outro seminário da GMTL em que o PFMO foi convidado a participar, a 27 de setembro, sobre a “Mulher Timorense e a Política”. O PFMO será representado por Berta Antonieta, técnica do PFMO.

Principais Constrangimentos e Ações de Melhoria

- a) A situação pandémica COVID-19 e a declaração do Estado de Emergência, a qual vigora desde 28 de março de 2020, trouxe diversas consequências nefastas, designadamente a redução de transporte aéreo e como consequência uma dificuldade adicional de formadores e de assistências técnicas, bem com condicionalismos adicionais que resultaram em cancelamento e/ou adiamento de atividades e formação externa do Parlamento Nacional.

- b) Ainda, a cerca sanitária e o confinamento obrigatório registados entre março e junho de 2021 e em setembro de 2021 resultou em condicionalismos adicionais. Face a esta situação, houve a necessidade de utilizar os recursos humanos do projeto, através das assistências técnicas e gestores de área, enquanto formadores e assessores parlamentares. Optou-se, ainda, pelo adiamento dos programas de capacitação, optando-se por acelerar os procedimentos de melhorias de carácter organizacional, processual e metodológico, bem como a elaboração de relatórios e pareceres produzidos com o apoio do PROJETO.
- c) Em diversas situações os formandos, neste caso técnico parlamentares, eram interrompidos pelos Senhores Deputados para prestar apoio parlamentar via telefone, ou presencialmente, sendo exepetável uma assiduidade inferior em Díli. A solução encontrada foi a de efetuar formações fora de Díli. Tal resultou num aumento claro de assiduidade.

R2.2. Capacidade técnica e Institucional reforçada da Câmara e Contas (CdC) e do Tribunal de Recurso – Inclusive para a sua evolução para o Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e Contas (TSAFC)

O TdR/CdC representa uma fatia importante do orçamento do PROJETO - cerca de 17% do total, sendo um dos principais Parceiros e uma referência de serviços em Timor-Leste no que concerne à Supervisão das Finanças Públicas.

O apoio a este parceiro divide-se em duas componentes, sendo uma relativa aos Tribunais de Timor-Leste e aos seus Magistrados e outra dirigida ao apoio e reforço do funcionamento da Câmara de Contas e aos seus auditores.

A Câmara de Contas foi criada nos termos da Lei nº 9/2011 de 17 de agosto, atualizada pela Lei nº 3/2013, de 11 de setembro e Lei nº 1/2017, de 18 de janeiro. No âmbito das suas atribuições, a Câmara de Contas fiscaliza a legalidade e a regularidade das receitas e das despesas públicas, analisa a boa gestão financeira e efetiva a responsabilidade por infrações financeiras, sendo que se encontram sujeitas à sua jurisdição e controlo financeiro todas as entidades públicas e/ou privadas que utilizam ou tenham participação de dinheiros públicos.

A orgânica dos serviços de Apoio dos Tribunais foi aprovada pelo DL nº 34/2012, de 18 de julho, atualizada pelo DL nº 11/2016, de 11 de maio, tendo se definido que todos os serviços dos tribunais iriam depender hierarquicamente do Presidente do Tribunal de Recurso e funcionalmente do Tribunal de Recurso, incluindo a Câmara de Contas, os Tribunais Distritais e do Conselho Superior da Magistratura Judicial. A Câmara de Contas é constituída por um Departamento de Apoio Técnico, o qual apresenta três unidades: A Unidade do Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado, a Unidade de Fiscalização Prévia e a Unidade de Auditoria, as quais procedem em conjunto a uma Fiscalização Prévia, Sucessiva e Concomitante.

O TdR/CdC publicou a 26 de janeiro de 2019, o seu plano trienal (2019-2021) e a 20 de novembro de 2020 o seu plano anual de atividade para 2021. As atividades de capacitação previstas no PROJETO foram reajustadas face ao alinhamento dos referidos planos, a situação de pandemia em curso e as restrições decorrentes da mesma, bem como das necessidades imediatas e disponibilidade dos respetivos serviços. Em termos de atividade de Fiscalização, a Câmara de Contas tem aumentado a sua eficácia e eficiência, reduzindo o tempo de elaboração dos relatórios e das pendências dos processos de anos anteriores.

Figura 5: Evolução do número de auditorias que transitaram para anos posteriores

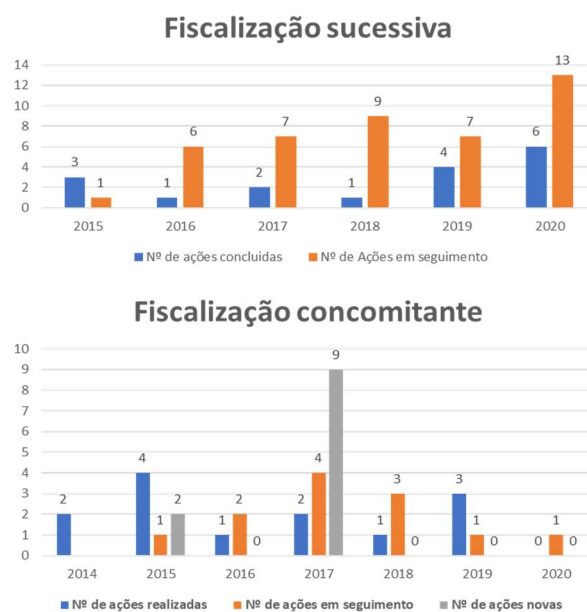
ANO	2016	2017	2018	2019	2020
Pendências de processos de anos anteriores	20	18	20	15	13
2015	6	4	3	0	0
2016	14	11	10	7	2
2017		3	3	2	1
2018		0	4	4	4
2019				2	2
2020					4
Grau médio de execução das auditorias pendentes	-	-	55%	52%	56%

Fonte: Relatórios de Atividades e Anuais da Câmara de Contas

Os processos de fiscalização prévia são em número reduzido em Timor-Leste, por força do elevado limiar estabelecido - em 5 Milhões de USD -, para a sua sujeição a Visto Prévio, subtraindo assim um elevado número de contratos da possibilidade da verificação da sua conformidade numa fase inicial.

Esta situação, no entanto, não tem prejudicado as intervenções de fiscalização da CdC, registando-se um aumento significativo nas ações de fiscalização sucessiva realizadas, para verificação não apenas da legalidade, mas também da economia, eficácia e eficiência dos atos e contratos apreciados.

Figura 6: Nº de processos de Fiscalização Sucessiva e Fiscalização Concomitante



Fonte: Relatórios de Atividades e Anuais da Câmara de Contas

A continuidade de recuperação da pendência das auditorias em atraso, o aumento da publicação dos respetivos relatórios e as formações em marcha do plano do Tribunal de Contas, *on-the-job* e de outras temáticas, que se encontram previstas no plano de atividades irá contribuir no futuro para a qualidade das diferentes performances do controlo sucessivo, concomitante e prévia, traduzindo-se numa maior transparência e debate das Finanças Públicas a nível Institucional e do cidadão, coadjuvando para uma melhor performance dos indicadores do *Open Budget*.

No período de reporte, foi dada prioridade a um processo de Diagnóstico Institucional e Avaliação de Competências dos Auditores da Câmara de Contas, iniciado em janeiro de 2021, e considerado muito relevante pela Câmara de Contas, no sentido que pretende ser um ponto de referência e reforço a futuras mudanças processuais, organizacionais e na qualificação que pretendam vir a efetuar.

Neste período ainda, **29** auditores da **CDC** continuaram o seu percurso formativo de língua portuguesa para fins específicos no **nível B2**, com uma taxa de assiduidade de cerca de 90%. O facto de as formações terem decorrido durante o horário de trabalho dos formandos e nalguns casos no seu local de trabalho não terá sido alheio a estes resultados positivos. É, porém, sabido que, neste tipo de atividades, uma **elevada taxa de assiduidade** é um fiel indicador dos níveis de interesse e de motivação dos grupos-alvo.

A.2.2.1: Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal, dos magistrados e auditores

A especialização e reforço em Língua Portuguesa constituiu a prioridade de capacitação no período inicial de PROJETO, para reforço dos conhecimentos dos Auditores da Câmara de Contas – componente essencial do processo de qualificação das suas funções. Assim, no período de setembro de 2020 até agosto de 2021, decorreram três sessões de formação em Língua Portuguesa, considerada prioritária em 2019, pelo Presidente do Tribunal, dirigida aos 30 Auditores da Câmara de Contas de forma faseada e num total de 540 horas.

No período de maio de 2019 e até dezembro de 2022, dinamizaram-se seis cursos de língua portuguesa, de 180 horas cada, concretizados em sessões diárias de formação, atingindo um volume total de formação de 10980 horas. Em média, a taxa de assiduidade atingiu os 95% e relativamente ao grau de satisfação, o valor médio das classificações, atribuídas pelos formandos, foi globalmente de 9 (de 0 a 10). Estes resultados podem considerar-se muito positivos. Nestas formações participaram 29 auditores da Câmara de Contas.

A atividade de tutoria linguística em exercício, foi outra das atividades implementadas na Câmara de Contas e consiste numa modalidade de formação complementar, realizada através do acompanhamento da atividade linguística em língua portuguesa (de produção e compreensão) necessária ao desempenho profissional dos beneficiários, levando-os a superar as dificuldades que vão encontrando, através da explicação dos aspetos linguísticos relevantes em cada caso, reforçando assim as suas competências na exata medida das necessidades.

No que respeita aos materiais didáticos, foram finalizados 3 manuais para o ensino do português para fins específicos em Timor-Leste, designadamente, os manuais de Auditoria Financeira, dos níveis A2, B1 e B2.

A equipa de ensino da língua participou ainda na conceção e na preparação de conteúdos e de materiais para alimentar uma área dedicada ao PFMO na plataforma de *e-Learning* do Camões, I.P., que será apresentada até janeiro 2022.

A.2.2.2. - Assistência técnica especializada para apoiar a execução do plano de implementação do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC)

Durante o período em análise, não foram realizadas ações que incorrem para a presente atividade, dado que só será possível dar seguimento à mesma quando for aprovada a nova Lei de Organização Judiciária, que se espera possa ocorrer ainda em 2021, abrindo assim espaço para a implementação futura do novo Tribunal.

A.2.2.3. Capacitar tecnicamente juizes em matérias relativas às competências do TSAFC

Não foram concretizadas ações que incorrem para a presente atividade, dado que as ações que se encontravam previstas foram forçosamente adiadas atendendo ao contexto de pandemia e supressão das viagens internacionais; nomeadamente a 2ª edição de formação de Juízes através da parceria de Centro de Estudos Judiciários de Portugal.

A.2.2.4. Capacitar tecnicamente 30 auditores da Câmara de Contas com particular enfoque em auditoria financeira externa

O processo de Diagnóstico Institucional e Avaliação de Competências dos Auditores da Câmara de Contas, adjudicado à empresa MYT Auditoria e Consultoria Lda., sediada em Timor-Leste, em colaboração com a EY (Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. - Portugal), iniciou-se em janeiro de 2021 e tem conclusão prevista no final do ano, após reunião presencial de apresentação dos resultados e recomendações, foi sendo a primeira e principal avaliação realizada sobre a Câmara de Contas e a sua atividade.

A componente do processo “Diagnóstico Institucional” procedeu ao enquadramento da caracterização sectorial e uma análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da instituição, dando a conhecer a realidade da Instituição, bem como o desempenho dos serviços, detalhando recomendações para otimização da performance da Instituição em termos organizacional, processual e metodológico.

No quadro da “Avaliação de Competências Internas dos Auditores” identificaram-se e alinharam-se os conhecimentos académicos, técnicos e comportamentais dos auditores da Câmara de Contas em relação ao perfil e competências profissionais exigidas pela própria instituição, e foram propostos planos de formação individual para cada auditor. Destaca-se deste processo a avaliação aos 30 Auditores através de testes psicométricos (Verbais/lógica/Numéricos) e entrevistas para aferição de competências.

Também a assistência técnica jurídica à Câmara de Contas, iniciada em janeiro de 2020, teve continuidade no período de reporte.

Ao longo do período foram desempenhadas diversas atividades, nas quais se destacam as relacionadas com a emissão de pareceres jurídicos (evidenciando-se o parecer do projeto da nova Lei de Enquadramento Orçamental e Gestão Financeira, o qual serviu de base à intervenção do TdR/CdC em sede de audiência prévia no Parlamento; emissão de relatórios; ofícios e informações, análise de contratos no âmbito da Fiscalização Prévia, análise jurídica a contratos com os standards da *Internacional Federation of Consulting Engineers* (FIDIC), colaboração na criação do Regulamento Interno Câmara de Contas, acompanhamento e Realização de Auditorias Financeiras; bem como tutoria e mentoria junto dos auditores.

Quanto à assistência técnica financeira, a mesma teve início a setembro de 2020, tendo sido dada ênfase às atividades de supervisão e participação na elaboração do Parecer da Conta Geral do Estado, análise trimestral à execução Orçamental, apoio técnico e supervisão de

Auditorias Financeiras, elaboração de pareceres sobre questões relativas à CdC e ao Futuro do TSAFC, emissão de relatórios, ofícios, informações na área da especialidade.

As Assistências Técnicas no período de reporte registaram um total de 1.523 horas conforme identificado no quadro infra, tendo desempenhado funções operacionais na área do seu conhecimento, de modo a capacitar e a tornar o trabalho dos auditores mais eficiente.

Figura 7: Nº de processos tratados pela Assistência Técnica - set 2020 a ago 2021

Designação do Indicador	Ano 4
Nº de Assistências técnicas (Jurídica e Financeira)	2
Nº de pareceres elaborados	21
Nº de conteúdos elaborados /Publicações	38
Nº de relatórios apreciados, elaborados pelos auditores	27
Nº de estudos, análises e avaliações elaborados	2
Nº manuais/ Regulamentos/ Instrumentos de Gestão produzidos	1
Nº de revisões a documentos técnicos	97
Tutoria	18
Elaboração de relatório de auditorias	11
Recolha e Pesquisa de Informação	30
Nº de iniciativas de promoção de melhoria do funcionamento dos serviços	4
Volume de assistência Técnica	1 523

A Assistência Técnica tem contribuído para a recuperação de processos em atraso e um aumento da elaboração dos relatórios de auditorias, decorrente da capacitação *on-the-job* que proporciona e da supervisão e operacionalização de auditorias, com evidentes ganhos de eficiência e eficácia na sua ação de supervisão.

Paralelamente às assistências técnicas, foi também iniciado o ciclo de formação para os auditores relativamente a conteúdos técnicos, nos termos da colaboração com o Tribunal de Contas de Portugal, com a realização de ações online, em modalidade síncrona, relativas aos seguintes temas:

- “O setor empresarial do Estado”, em que se realizaram duas edições, num total de 20 horas e uma taxa de satisfação de 75%.
- “O Risco em Auditoria,” em que foram realizadas duas edições, num total de 20 horas e uma taxa de satisfação de 78%.

De salientar que continua a haver uma grande expectativa sobre a continuidade do respetivo ciclo de formações.

Foi ainda realizada uma ação de formação presencial, em sala, destinada a todos os Auditores da CdC, sobre o seguinte tema:

- Modelo de tecnologias avançadas – Excel, em que se realizaram duas edições, num total de 40 horas, com o objetivo de disponibilizar ferramentas no futuro para a automatização de processos de auditoria e outros, bem como o aumento da eficiência e eficácia de processos. Esta formação foi considerada bastante útil como ferramenta de trabalho tendo se registado uma taxa de satisfação de 82%.
- “Bases de Dados e Tabelas Dinâmicas”, foram realizadas 2 edições, num total de 20 horas, tendo a sua conclusão sido suspensa por força das restrições do COVID-19, sendo as mesmas retomadas e concluídas em setembro de 2021, com uma taxa de satisfação de 81%.

Estas formações irão possibilitar uma maior rastreabilidade de informação, redução do erro de cálculos, emissão de papéis de trabalhos e relatos mais céleres e automatizados com os devidos ajustamentos decorrente de cada auditoria, o que irá se refletir no número de auditorias concretizadas.

Em resumo identificam-se os resultados das respetivas formações:

Figura 8: quadro das formações da Câmara de Contas - set 2020 a ago 2021

Designação do Indicador	Ano 4
Nº de ações de formação concluídas	3
Nº de auditores que concluíram ações de formação contínua, por área de formação	80
Nº de beneficiários médios identificados para cada formação	27
Volume de formação realizado (horas)	1.422
Taxa de conclusão média (formandos), por homens	73
Taxa de conclusão média (formandos), por mulheres	27
Taxa de satisfação média das formações	80%

A.2.2.5. Realizar seminários e workshops temáticos para partilha de experiências e conhecimentos entre Instituições Superiores de Controlo

Foram realizadas atividades em articulação/colaboração com áreas e parceiros do Projeto (PN e Sociedade Civil), que envolveram e beneficiaram o parceiro da CdC, nomeadamente:

- Seminário sobre “Panorama Orçamental 2021” realizado pela Área de Supervisão Orçamental e o PN, no qual participou o Presidente do TdR e os Auditores Chefes.
- Ciclo de formações on-line realizado em colaboração com a Sociedade Civil para divulgação do manual de Supervisão de Finanças Públicas e Auditoria Social. Este ciclo de formações pretendeu promover o diálogo entre as organizações da Sociedade Civil e os parceiros Institucionais em funções de fiscalização das Finanças Públicas, no qual se

inclui a CdC, promovendo as condições para um maior controlo, eficácia e eficiência dos serviços Públicos.

- Colaboração com a Área de Auditoria Social:
 - i) Apresentação do Manual de Supervisão de Finanças Públicas e Auditoria Social;
 - ii) Apresentação do Tdr/CdC sobre o tema “colaboração e os Procedimentos da INTOSAI relativamente às Organizações da Sociedade Civil”;
 - iii) Diálogo “Sinergias entre auditores estatais na supervisão e fiscalização das finanças publicas junto a Organizações Sociedade Civil.

Foram preparadas outras atividades, mas que, no entanto, não vieram a ser concretizadas, por opção do Tdr/CdC (devido à indisponibilidade de tempo face aos serviços e por priorizar outras atividades), devido à necessidade de adiamento na sequência da pandemia do COVID e da limitação de deslocações entre Portugal e Timor-Leste.

Assim, identificam-se as respetivas atividades em preparação:

- Formações do plano do Tribunal de Contas (17 formações);
- Missão de avaliação do programa dos juízes (1.ª edição);
- Programa de formação de Juízes (2.ª e 3.ª edição);
- Missão de estudo a Portugal para observação e estudo comparativo do sistema de funcionamento e organização dos Tribunais superiores;
- Formação em Contratação Pública / Fiscalização Prévia - dirigido aos auditores;
- Formação Tecnologias de Informação – ferramentas em contexto de trabalho – Power Point; Outlook; Microsoft Teams e outras plataformas digitais e comunicação; Microsoft Visio; Power Pivot; Query e BI; Microsoft Visio; Access;
- Formação Liderança e Gestão de equipas; e
- Entrega de manuais e livros técnicos (Código Civil e Constituição de Timor Leste).

Principais Constrangimentos e Ações de Melhoria:

A execução das atividades enfrentou dificuldades acrescidas e transversais por força das restrições do COVID-19 e decorrente de outras situações, nomeadamente as seguintes:

- a) Suspensão de atividades decorrente do confinamento domiciliário geral e cerca sanitária em Díli, na sequência de sucessivas Resoluções do Governo, entre o período de março a abril de 2021 (Resolução do Governo N.º 12 /2021 de 8 de Março; Resolução do Governo N.º 15 /2021 de 15 de março; Resolução do Governo N.º 26 /2021 de 1 de Abri; Resolução do Governo N.º 27 /2021 de 1 de Abril; Resolução do

Governo N.º 49 /2021 de 29 de Abril; Resolução do Governo N.º 49 /2021 de 29 de Abril; Resolução do Governo N.º 60 /2021 de 12 de Maio);

- b) Suspensão de atividades decorrente da situação de calamidade em face da ocorrência das cheias e inundações no município de Díli, na madrugada do dia 4 de abril de 2021, na qual houve uma grande solidariedade e apoio humanitário na reorganização da cidade de Díli;
- c) A restrição decorrente do Covid fez com que algumas iniciativas fossem reajustadas para uma modalidade remota por opção da presencial. No entanto, a instabilidade da internet em Timor Leste refletiu-se na qualidade das iniciativas, traduzindo-se às vezes em cortes da transmissão, morosidade, perda de informação, dificuldade de interação e perda de espontaneidade dos participantes;
- d) Adiamento da formalização dos acordos de parceria e implementação dos planos de formação acordados com o Tribunal de Contas e com o Ministério das Finanças, pela impossibilidade de se realizarem deslocamentos de formadores a Timor-Leste;
- e) Reduzidos recursos qualificados disponíveis em Timor para formação técnica, no sentido de colmatar a ausência de formadores internacionais;
- f) Elevado número de processos de auditoria, face aos auditores disponíveis, o que dificulta a respetiva participação em ações de formação;
- g) Projetos Nacionais / Internacionais que cooperam paralelamente com o Tribunal de Recurso/ Câmara de Contas. Esta situação apesar de ser uma vantagem para os serviços, dado que disponibiliza um maior leque de oferta formativa, por outro lado, dificulta a gestão e a disponibilidade dos auditores para presença em determinadas iniciativas, sendo que o PROJETO teve sempre essa situação em consideração, tentando encontrar em articulação com os serviços as melhores opções que não colocassem em causa sobreposições de formações e iniciativas, bem como não sobrecarregar os serviços;
- h) Morosidade na aprovação do plano das assistências técnicas por parte do Tribunal de Recurso/Câmara de contas, o qual só veio a suceder somente no último trimestre;
- i) Assistências Técnicas com dificuldade na recolha de informação dado que a mesma se encontra dispersa e não é partilhada pelos serviços. Por outro lado, muitos documentos encontram-se em Tétum, o que torna mais difícil a sua compreensão. Esta situação foi sempre sendo contornada pela colaboração dos auditores.

R2.3. Capacidades reforçadas em matéria de prevenção e investigação forense de crimes de natureza económico financeira, corrupção e branqueamento de capitais (Comissão Anticorrupção – CAC, Polícia Científica de Investigação Criminal - PCIC e Inspeção Geral do Estado – IGE

Em consequência da publicação em Agosto de 2020, e da entrada em vigor em Fevereiro de 2021, da Lei Anti-Corrupção (Lei 7/2020, de 26/8), que alarga consideravelmente as competências da **CAC**, designadamente em razão das suas atribuições como autoridade competente para receber, tratar e fiscalizar as declarações de rendimentos, bens e

interesses, nos termos do art. 28º do referido diploma legal, a preocupação maior da CAC tem sido a de adaptar a sua estrutura orgânica e os seus meios a estas exigências decorrentes da lei, que implicam um esforço e mesmo alterações orgânicas bastante significativas.

Essa missão está longe de estar concluída e a capacidade para finalizar inquéritos ficou afetada, apesar de qualitativamente, tanto nos relatórios como nos meios de obtenção e recolha de prova, ter havido alguns avanços.

Nesse sentido, a percentagem de autos de participação enviados ao MP pela CAC, face ao total recebidos, registou em 2020, o menor valor dos registos de 2017, com 52% dos processos recebidos em 2020 enviados ao MP. O maior número de processos refere-se a processos de abuso de poder, peculato de uso e participação económica em negócio.

Paralelamente, no quadro de atuação da **PCIC**, constata-se um aumento progressivo, ao longo dos quatro anos, do número de denúncias recebidas pela PCIC relativas a Burlas, nomeadamente burlas agravadas, e Falsificação de documento ou Notação Técnica.

Tendo em consideração os aspetos legais no que diz respeito à delegação de competências, verifica-se um prazo médio de 3 dias na remessa das participações PCIC ao Ministério Público, ou seja, do cumprimento do prazo legal estabelecido para o efeito.

A **IGE** não tem informação pública relacionada com os seus relatórios de Auditoria / Inspeção ou atividades, pelo que se torna difícil aferir se as iniciativas que tem sido efetuada ao longo do PROJETO, tem surtido algum efeito. No entanto, e de acordo com a taxa de satisfação média das primeiras formações (80%) e o feedback dos auditores e inspetores as iniciativas tem tido sucesso, existindo a perceção de uma expectativa na continuidade das mesmas.

A.2.3.1: Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal para os técnicos nas instituições visadas

No período de maio de 2019 até dezembro de 2022, dinamizaram-se 5 cursos de língua portuguesa na **PCIC**, 5 na **IGE** e 6 na **CAC**, de 180 horas cada, concretizados em sessões diárias de formação, atingindo um volume total de formação de 13851 horas para a PCIC, 9669 horas para a IGE e 11026 horas para a CAC. Em média, a taxa de assiduidade atingiu os 88% na PCIC, 94 % na IGE e 89% na CAC e relativamente ao grau de satisfação, o valor médio das classificações, atribuídas pelos formandos, foi globalmente (de 0 a 10) de 9,3 na PCIC, 8,8 na IGE e 9,6 na CAC. Estes resultados podem considerar-se muito positivos. Nestas formações participaram 76 investigadores e especialistas da PCIC, 25 auditores da IGE e 37 e investigadores e especialistas da CAC.

A atividade de tutoria linguística em exercício, foi outra das atividades implementadas na PCIC, IGE e CAC e consiste numa modalidade de formação complementar, realizada através do acompanhamento da atividade linguística em língua portuguesa (de produção e compreensão) necessária ao desempenho profissional dos beneficiários, levando-os a superar as dificuldades que vão encontrando, através da explicação dos aspetos linguísticos

relevantes em cada caso, reforçando assim as suas competências na exata medida das necessidades.

No que respeita aos materiais didáticos, além dos manuais de Auditoria Financeira (Níveis A2 a B2), foram finalizados outros seis manuais para o ensino do português para fins específicos em Timor-Leste, designadamente:

- Criminalidade Económico-Financeira, níveis A2, B1 e B2; e
- Prevenção e Investigação Criminal, níveis A2, B1 e B2.

Numa ótica de sustentabilidade, a equipa de ensino da língua participou ainda na adaptação destes manuais ao formato online, em área dedicada ao PFMO na plataforma de *e-Learning* do Camões, I.P., que será apresentada até janeiro 2022.

Principais constrangimentos e ações/recomendações de melhoria:

- Sobre a **formação de língua portuguesa, em particular**, apesar de todo o trabalho realizado ao longo dos últimos três anos, há ainda uma parte significativa dos beneficiários que continua com um défice de formação em língua portuguesa, uma língua não materna que, por ter o estatuto de língua oficial - o Estatuto da Função Pública, aprovado pela Lei n.º 8/2004, de 16 de junho, posteriormente alterada e republicada pela Lei n.º 5/2009, de 15 de julho define um quadro legal para a gestão e o emprego dos recursos humanos do funcionalismo público. Para além dos deveres gerais (...) constantes no artigo 40.º do referido Estatuto, existem igualmente os deveres especiais dos funcionários e agentes da Administração Pública, constantes no artigo 41.º. Um desses deveres especiais, presentes no artigo 41.º é a utilização e promoção ativa da língua portuguesa e da língua tétum como línguas da administração pública) é determinante para o desempenho das suas funções. É, por isso, fundamental que o contributo do PFMO neste campo tenha continuidade, sustentabilidade e condições de apropriação pelos Parceiros.
- É ainda pertinente salientar que, no âmbito da didática de línguas não maternas, só a partir do nível de utilizador independente (B2) se encontra o aprendente habilitado para utilizar a língua com suficiente autonomia. Tal autonomia, embora não seja sinónimo de perfeição (longe disso), permite-lhe inclusivamente continuar, por si próprio, a desenvolver e a aperfeiçoar a sua proficiência, assim tenha necessidade de o fazer.
- Contudo, tendo em conta que a atividade profissional dos beneficiários depende, em grande medida, da aplicação e da interpretação, portanto, de disposições legais escritas (em português), resultando em documentos escritos (em português) que suportam decisões com força vinculativa, cujas possíveis implicações exigem, do ponto de vista linguístico, rigor, correção, clareza, exatidão e objetividade, o aperfeiçoamento e a consolidação da proficiência linguística através da aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos de formação não deveriam ser deixados ao acaso, situação que a tutoria linguística tem pretendido mitigar.

A.2.3.2. Capacitar a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e a Comissão Anti-Corrupção (CAC) para investigação de crimes económico-financeiros e informáticos

Pese embora as dificuldades resultantes das restrições da pandemia e do estado de emergência, que levaram à suspensão e alterações a grande parte das atividades das mais de 30 ações previstas para o período, foram dinamizadas e concretizadas diversas atividades de capacitação junto dos Investigadores da PCIC e da CAC, que certamente reforçarão as condições para investigação da criminalidade económico-financeira. Assim:

Assistência Técnica

- AT CAC, de setembro de 2020 a março de 2021.
- AT PCIC – crime informático, a partir de julho de 2021
- AT Especialista de Polícia Científica Nelson Sousa, na PCIC/LPC, a partir de julho de 2021;
- Elaboração de documento da área CEF com proposta de procedimentos às entidades de Timor Leste no âmbito das boas práticas e prevenção de corrupção na atribuição de subsídios ou subvenções em consequência das restrições e impacto económico devidos à pandemia (Pacote de Estímulo Económico).

Reforço e consolidação operacional

- Acompanhamento do processo de aquisição de servidores seguros para a PCIC (*software* e *hardware* informático);
- Aquisição e montagem de um circuito de CCTV para a PCIC, material pedagógico para apoio à formação em videovigilância, como instrumento especial de recolha de prova.

Capacitação e formação técnica especializada

- Seminário sobre Modelo de Supervisão de Finanças Públicas (Conclusão) da área da Supervisão de Finanças Públicas e articulação com os parceiros desta área no sentido de estes participarem, bem como com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária;
- Preparação do procedimento para realização de conferência internacional sobre crime informático e cibersegurança;
- Curso de Prevenção e Investigação Criminal I, tendo como temas abordados: Metodologias de Investigação Criminal; Os sujeitos da investigação criminal e a sua articulação; O Método de Investigação Criminal; Critérios de classificação da Prova; Ética e Deontologia Policial / Sigilo Profissional; Prevenção Criminal e Medidas Cautelares e de Polícia;
- Organização de ações de capacitação e elaboração de conteúdos específicos (legislação e organização policial e judiciária de TL), bem como formação, com a colaboração do Inspetor Chefe da PJ Carlos Costa, que está em Timor- Leste como assessor internacional no âmbito de um protocolo com o Ministério da Justiça;

- Workshop sobre a nova lei de combate à corrupção de Timor-Leste, com o apoio do AT, Inspetor Chefe Rui Santos.

Principais Constrangimentos e Medidas Adotadas:

A área de criminalidade económico-financeira foi profundamente afetada, como as restantes áreas, pelas restrições da pandemia, uma vez que a formação profissional contínua depende quase em exclusivo de investigadores, peritos e magistrados de Portugal, da Polícia Judiciária e do Ministério Público.

Nestes termos foi possível recorrer à experiência em formação e docência dos elementos que se encontram adstritos ao projeto, em Timor-Leste, bem como de assessores internacionais desta área, magistrados e investigadores da PJ, que se encontram em Timor-Leste. Tratou-se de uma solução de curto-prazo mas, mas que não abrange o leque de atividades que estavam programadas nesta Área e que foram identificadas como prioritárias para a capacitação dos parceiros neste estágio da vida das organizações da área da justiça.

Refira-se também que, pela sua natureza e características de interatividade, bem como por dificuldades técnicas intransponíveis, a formação *online* nestas matérias, entre Magistrados e Investigadores, não se configura viável. Naturalmente que com esta metodologia adaptada ao exequível e com resiliência, a formação não pode ter a mesma fluidez e ritmo de concretização que seria possível noutras circunstâncias, tal como estava programada.

A.2.3.3. Capacitar e certificar especialistas em anticorrupção numa instituição internacionalmente reconhecida

Atividade que se propõe suprimir¹.

¹ As atividades de investigação criminal, como se constata da Lei, desenvolvidas em Timor-Leste pelo Ministério Público através dos Órgãos de Polícia Criminal (a CAC, a PCIC e a PNTL), não são atividades de natureza inspetiva ou de auditoria, antes funções de natureza investigatória e penal, integradas diretamente nas funções de soberania do Estado. Nesta linha, não faz sentido pretender a certificação internacional de investigadores nem da atuação de órgãos de polícia criminal, quando a ação destes está exclusivamente dependente da Constituição e das Leis. Sem prejuízo da cooperação transnacional na prevenção e combate à criminalidade económica e financeira e da existência de organizações internacionais que emitem recomendações de boas práticas, elaboram estudos e divulgam iniciativas e ações dos Estados em matéria de prevenção e combate à corrupção, os Investigadores da CAC investigam eventuais crimes de corrupção, mas também outros tipos de crimes conexos, de acordo com a Lei, designadamente a lei penal e processual penal em vigor no país – e não de acordo com determinações ou certificações de âmbito internacional.

A.2.3.4. Reforçar a coordenação e cooperação da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e da Comissão Anti-Corrupção (CAC) com a Unidade de Informação Financeira (UIF), as autoridades judiciais a nível nacional e a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL)

Atividade que se propõe suprimir².

A.2.3.5. Formar e reforçar as capacidades da Inspeção-Geral do Estado (IGE) e dos ministérios setoriais em matéria de auditoria interna

A Inspeção-Geral do Estado (IGE) apresenta competências em áreas importantes, no que respeita ao controlo de meios e recursos do Estado, mas também na coordenação das auditorias e inspeções dos departamentos do Governo. Os meios e recursos disponíveis são manifestamente insuficientes para cumprir a sua missão. A IGE só apresenta um assessor internacional para reforçar os seus níveis de qualificação.

Em termos de ações de formação foram realizadas, durante o período de reporte, as seguintes iniciativas:

- Formação de “Modelo de tecnologias avançadas – Excel”, em que se realizaram 2 edições, num total de 40H cada e com o objetivo de disponibilizar ferramentas no futuro para a automatização de processos de auditoria, aumento da eficiência e eficácia de processos, com uma taxa de satisfação de 85%;
- Formação de “Gestão Financeira – Indicadores Económicos/Financeiros/Orçamentais”, no qual se realizaram 2 edições num total de 40H por cada sessão. A formação pretendeu dar a conhecer a terminologia técnica e princípios relativos às informações da gestão orçamentária e financeira, apuramento de cálculos de indicadores relevantes para análise das Finanças Públicas, bem como uma associação à componente da informática, com uma taxa de satisfação 87%;
- Formação de “Elaboração de documentos oficiais/Pareceres e Relatórios Técnicos”, a qual contempla uma parte de capacitação no âmbito jurídica e outra relacionada com a elaboração de relatórios de auditoria, com uma taxa de satisfação de 80%.

² A Atividade A.2.3.4. previa uma articulação a estabelecer entre os Órgãos de Polícia Criminal, CAC, PCIC e PNTL, bem como com a UIF, que parece sobrepor-se à existência das normas da LOIC. Além disso, a PNTL não é parceira do Projeto e a UIF, serviço integrado e dependente do Banco Central de Timor-Leste (ao contrário do que sucede, por exemplo, em Portugal, cuja unidade correspondente e encontra integrada na Polícia Judiciária), não constitui um órgão de polícia criminal nem tem funções de natureza policial.

Figura 9: Quadro das formações realizadas na Inspeção Geral do Estado

Designação do Indicador	Ano 4
Nº de ações de formação concluídas	3
Nº de auditores que concluíram ações de formação contínua, por área de formação	49
Nº de beneficiários médios identificados para cada formação	11
Volume de formação realizado (horas)	1180
Taxa de conclusão média (formandos), por homens	72
Taxa de conclusão média (formandos), por mulheres	28
Taxa de satisfação média das formações	84%

De salientar, que só foi possível iniciar no período em questão a respetiva formação, por opção da IGE que deu prioridade nos períodos anteriores à formação da Língua Portuguesa.

As diferentes diligências e iniciativas que são efetuadas na atividade A.2.3.5 (Formar e reforçar as capacidades da IGE e dos ministérios setoriais em matéria de auditoria interna), terão reflexo na concretização do sucesso da atividade A.2.3.6 (Certificar Auditores Internos para Inspetores e Auditores da IGE).

Principais Constrangimentos e Ações de Melhoria:

No presente período em análise foram detetados os seguintes constrangimentos:

- i) A Suspensão/adiamento de atividades decorrente do confinamento domiciliário geral e cerca sanitária em Díli, no período de março a abril de 2021;
- ii) Pendência de assinatura do protocolo com o Ministério das Finanças de Portugal, o que inviabilizou o início da formação que poderia ser oferecida por parte da Inspeção-Geral de Finanças;
- iii) Permanência de níveis de utilização de língua portuguesa em contexto de trabalho, sendo a organização que menos trabalha com a língua portuguesa, continuando a trabalhar os documentos oficiais em Tétum;
- iv) Por outro lado, os Auditores têm, na sua larga maioria, uma formação de base em contabilidade, com reduzidas competências jurídicas e económicas. A sua formação em auditoria foi realizada na Indonésia, sem que algum deles tenha certificação internacional;
- v) Acresce que a informação da atividade da IGE não é pública, havendo acesso limitado aos seus documentos, o que torna mais difícil aferir as suas necessidades e, a partir delas, promover capacitação específica e dirigida à realidade da Instituição;
- vi) Preferências de formações presenciais em detrimento das formações online.

A.2.3.6. Certificar Auditores Internos para Inspetores e Auditores da IGE

A estratégia da IGE sempre passou por capacitar inicialmente os auditores exclusivamente através da Língua Portuguesa, sendo que só no último período do presente reporte foi autorizada a respetiva formação técnica, que se prevê intensificar antes de iniciar a preparação específica e inscrição para os exames de certificação.

R2.4. Ministério Público (MP) com capacidade institucional e técnica reforçada para melhor representar O Estado no exercício da ação penal, direção da investigação criminal, promoção e realização de ações de prevenção criminal e fiscalização da atividade processual dos órgãos da polícia criminal do decurso do inquérito

As atividades essenciais que estruturam a intervenção junto do Ministério Público estão ligadas a três domínios específicos, cujas condições de realização estão fortemente dependentes do levantamento das restrições da pandemia e/ou de decisões das autoridades timorenses, designadamente:

- I. Instalação, organização e capacitação na **Unidade de Perícia e Auditoria Financeira (UPAF)**, com a sua organização interna, elaboração de procedimentos de trabalho e capacitação, depende, por um lado, do recrutamento de técnicos das especialidades de contabilidade e auditoria e, por outro lado, da formação a dar aos mesmos, a par da capacitação especializada aos atuais seis Procuradores integrados no GCCCCO da PGR de Timor-Leste;
- II. Capacitação dos Procuradores do **Serviço Contencioso do Estado (SCE)**, a realizar em colaboração estreita com a PGR de Portugal, inclui o envolvimento e deslocações dos Procuradores de e para Timor-Leste, em missões cuja realização teve de ser adiada; e
- III. Criação do **Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA)**, cuja intenção está dependente de decisões das autoridades e da agenda de Timor-Leste, esperando-se que a mesma venha a ocorrer no futuro próximo.

As ações programadas e totalmente planeadas desde setembro de 2019 (duas relacionadas à instalação e capacitação da UAPF e uma associada ao SCE), implicavam e implicam a deslocação física entre Timor-Leste e Portugal, pelo que foram sucessivamente adiadas.

A intenção de criação de um GRA foi, entretanto, impulsionada pelo PFMO (obrigação que, aliás, decorre da assinatura da Convenção de Mérida por parte de Timor-Leste), mas apesar de ter sido aceite e apoiada pelo anterior PGR, necessita de uma lei de habilitação que está pendente de sair dos gabinetes do Governo, além de que carecerá também de um apoio direto da PGR de Portugal e da PJ.

A.2.4.1: Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal para magistrados

De acordo com a orientação definida pela PGR, a capacitação em Língua Portuguesa para os Procuradores do Ministério Público é assegurada através do Centro de Língua Portuguesa do Centro de Formação Jurídica e Judiciária.

A.2.4.2. Reforçar a capacidade do Ministério Público em emitir opiniões informadas sobre a conformidade legal de atos, contratos e demais instrumentos geradores de despesa, e em emitir pareceres sobre os recursos das entidades que não obtiveram visto prévio e fortalecimento da sua articulação com instituições parceiras.

Atividade dependente do programa de qualificação dos Procuradores do MP afetos ao Serviço de Contencioso de Estado, cujo processo de capacitação aguarda condições adequadas com o levantamento das restrições da pandemia e estado de emergência, que impediram a sua realização.

Apesar de não estar inicialmente no plano, na sequência de proposta discutida com a CAC e PGR, foi acordada a realização de um workshop de natureza teórico-prática, que se veio a realizar entre fevereiro e março de 2021, incidindo sobre o estudo da nova Lei Anti-Corrupção nº 7/2020, nas vertentes substantiva e processual, no que concerne às disposições criminais, bem como a sua aplicação prática no domínio da investigação criminal.

A ação contribuiu para o reforço da cooperação da CAC com a PGR na investigação destes crimes, no âmbito dos poderes de direção funcional que cabem ao MP e de investigação com competências exclusivas da CAC na qualidade de OPC.

A.2.4.3. Reforçar a capacidade do MP em sustentar as ações de responsabilidade financeira que intentou, de recorrer daquelas que não concorde e/ou emitir pareceres sobre os recursos interpostos ao mesmo tempo que se fortalece a sua articulação com a CdC e o TR

Atividade que se propõe suprimir³.

³ Cabe ao Serviço do Contencioso do Estado (SCE), criado na PGR em 2013 (Circular n.º 04/PGR/2013, de 3 de outubro), enquanto departamento central do MP responsável pela intervenção e defesa dos interesses do Estado nas áreas civil, administrativa, fiscal e de contas, “representar e defender os interesses do Estado nos Tribunais”, bem como, “coordenar, dirigir e executar a intervenção do MP em matéria cível e administrativa, fiscal e contas, em que o Estado seja parte”, mas tendo em conta que tais atividades se desenvolvem apenas nos tribunais, isto é, em matéria de contencioso judicial, quando o Estado seja parte, cabe aos magistrados do MP assegurar tal representação – não sendo a mesma, no que respeita às ações de responsabilidade financeira, asseguradas pelo SCE ou outro departamento central da PGR – designadamente por representação junto do CdC ou de outra instância judicial especializada.

R2.5 Capacidade aumentada dos atores não estatais e dos cidadãos para participarem em processos políticos e se de supervisão das Instituições Públicas e da prestação de serviços Públicos (através da iniciativa de Auditoria Social)

A campanha do Programa de Auditoria Social relativa ao ano de 2020 foi particularmente afetada pela COVID 19, tendo o envio dos Relatórios ao Governo, e restantes entidades ministeriais competentes, sido realizado só em julho de 2020; bem como o relatório da cesta básica apresentado em julho deste ano.

Mesmo ainda sem resposta por parte do Governo, estes relatórios representam um passo adiante na consolidação do processo de participação dos cidadãos no processo de decisão e inclusão pela primeira vez na discussão das políticas públicas do país.

O PFMO conseguiu manter um bom ritmo de apoio à intervenção de apoio à Sociedade Civil, através de apoio técnico direto às OSC, em matérias de literacia orçamental, recolha de dados, análise e acesso às informações que interessam à economia e vida das comunidades, assim como de ações de tutoria e criação de sinergias junto aos auditores de supervisão e fiscalização das finanças públicas do país.

No início do 4º ano, entre setembro e dezembro de 2020, correspondeu ao período de maior volume de atividades na área de auditoria social, que permitiu expandir de forma significativa as atividades e consolidar os conhecimentos teóricos dos formados/as representantes da Sociedade Civil.

Em particular, no âmbito desta área de auditoria social, contabilizaram-se, a 31 de agosto de 2021:

- i) 2726 h de volume de formação;
- ii) Com taxas de assiduidade muito positivas: 89,1%;
- iii) Taxas de satisfação superiores a 90%, com destaque para a utilidade dos conteúdos da formação, a qualidade dos materiais, as competências técnicas dos formadores e equilíbrio entre componente teórica e prática.

Deve sublinhar-se, consideradas as dificuldades deste ano e meio, a manutenção do interesse e colaboração permanente das OCS nas atividades de capacitação e tutorias.

A.2.5.1: Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal

Desde maio de 2019, dinamizaram-se sete cursos de língua portuguesa, de 180 horas cada, concretizados em sessões diárias de formação, atingindo um volume total de formação de 60851 horas. Em média, a taxa de assiduidade atingiu os 83,49% e relativamente ao grau de satisfação, o valor médio das classificações, atribuídas pelos formandos, foi de 9,2 (de 0 a 10). Nestas formações participaram 138 técnicos da sociedade civil.

No que respeita aos materiais didáticos, foram finalizados 3 manuais para o ensino do português para fins específicos na área Auditoria Social - níveis A2, B1 e B2.

Numa ótica de sustentabilidade, a equipa de ensino da língua participou ainda na adaptação destes manuais ao formato online, em área dedicada ao PFMO na plataforma de *e-learning* do Camões, I.P., que será apresentada até janeiro 2022.

A.2.5.2. Realizar *workshops* e eventos públicos para que a sociedade civil, comunicação social e as instituições públicas ajudem a consciencializar a sociedade para a importância da auditoria social e reforçar assim o mecanismo junto da população – para fomentar a comunicação e cooperação transversal e inter-áreas.

Organizaram-se no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, as seguintes atividades de formação:

- Seminário de Sensibilização "Processo de recolha e Análise de Dados" - 1.ª edição (19/10/2020 - 26/10/2020);
- Prestação de Contas e Integridade dos Fundos Públicos (09/11/2020 - 16/11/2020);
- Ação de Sensibilização Auditoria Social ao programa Cesta Básica, ano 2021 (01/03/2021 - 08/03/2021);

A.2.5.3. Formar formadores em Auditoria Social para técnicos das organizações da sociedade civil, principalmente daquelas que compõem a Rede Nacional de Auditoria Social (ReNAS) e a Rede Feto

Organizaram-se no período de setembro de 2020 a agosto de 2021, as seguintes atividades de formação:

- 2ª Edição das jornadas de "Literacia Orçamental e Financeira" (Curso Relatórios Financeiros e Literacia Orçamental) (07/09/2020 - 14/09/2020);
- Seminário "O Papel da Sociedade Civil em Tempos de Crise" (28/09/2020 - 05/10/2020);
- 3ª Edição do curso "Literacia Orçamental e Financeira" (23/11/2020 - 30/11/2020);
- Curso de Introdução Excel p/ Sociedade Civil (20/11/2020 – 27/11/2020);
- Formação Online 1: Disposições Legais na Constituição para supervisão das finanças públicas e auditoria social – Guia Prático 1 (15-07-21);
- Formação Online 2: Disposições Legais e apresentação do Tribunal de Contas sobre competências e colaboração tendo em conta INTOSAI e IPU. Mecanismos de Colaboração e Sinergias entre Auditores de Fiscalização e Supervisão e a Sociedade Civil (29/07/2021);
- Formação "online" 3: Disposições Legais sobre acesso a informação e irregularidades;
- Quadro legal para supervisão das finanças públicas e auditoria social – Guia Prático 1.

Para completar os ciclos de formação em sala, foi finalizado em julho de 2021, um Manual/Matadalan sobre técnicas e instrumentos de supervisão de finanças públicas para os atores não estatais, como guião prático na realização das atividades de terreno e elaboração de relatórios de auditoria, que inclui orientações para participar neste processo de supervisão, com observações, resultados, cartas e relatórios de auditoria dirigidos às bancadas parlamentares e aos auditores formais.

A.2.5.4. Garantir tutoria e mentoria às organizações pelos formadores, com particular foco na FONGTIL, em matéria de coerência das políticas públicas para o desenvolvimento, coordenação de iniciativas, elaboração e publicação de estudos sobre a supervisão da despesa pública em áreas específicas e elaboração de relatórios de trabalho de campo

Após uma primeira fase de capacitação em sala, deu-se início a uma fase de tutorias e trabalho de terreno, junto das comunidades, que irão concretizar-se na realização de relatórios de auditoria nos setores de interesse das ONG, membros da FONGTIL, envolvidas na plataforma de auditoria social.

Desde maio de 2019, data do acordo de parceria junto a FONGTIL, foram tomadas medidas para reforçar a capacidade das organizações membros da FONGTIL em recolher, analisar e relatar dados e informações relevantes em matéria de auditoria social.

No âmbito desta atividade, deu-se seguimento à consolidação de conhecimentos técnicos ministrados na formação inicial assegurada pela Dra. Fernanda Borges, integrando análise de planos de advocacia, estudo de casos, modelos de cartas, entre outros.

Foram também realizadas duas ações de formação, no quadro da Parceria com o CENJOR, também direcionado à Sociedade Civil:

- Curso de Comunicação Digital (26/04/2021- 10/05/2021);
- 1ª Edição *E-Government* e Acesso à Informação (17/05/2021 - 31/05/2021);

R2.6. Jornalistas com capacidade profissional melhorada, para que possam providenciar informação imparcial e rigorosa aos cidadãos

O Camões I.P. tem uma relação de trabalho próxima com o Conselho de Imprensa (CI) em questões como a criação de cursos, seleção de participantes, entre outros aspetos operacionais. Perante os desafios acrescidos para o setor da comunicação social decorrentes da pandemia, o PROJETO em parceria com o CI desenvolveu, durante o Ano 4, dois **programas de apoio ao jornalismo** que tiveram um impacto muito positivo na produção jornalística durante a pandemia e a consequente declaração do Estado de Emergência, tendo permitido manter as condições mínimas para o funcionamento dos OCS e assegurar o não abandono da profissão por um elevado número de jornalistas profissionais.

Do Programa de Apoio a Jovens Jornalistas, beneficiaram 30 jovens jornalistas (60% mulheres) e 21 orientadores (24% mulheres), tendo o Programa de Apoio à Publicação de Trabalhos de Jornalismo apoiado 103 jornalistas (56% mulheres).

Em termos globais, foram apoiados 154 agentes da comunicação social (53% mulheres) pertencentes a 13 diferentes OCS, inseridos em diferentes áreas, desde a imprensa digital e escrita ao jornalismo radiofónico e televisivo. Embora com alguns constrangimentos, foi atribuído o montante de \$51 400,00.

A realização deste programa teve não só boa receptividade no setor, como enorme acolhimento e entusiasmo entre os Jornalistas, sendo um bom exemplo para iniciativas futuras, diretamente dirigidas à especialização em matérias de supervisão de finanças públicas.

A.2.6.1: Reforçar os conhecimentos de língua portuguesa, em particular a nível técnico e legal

A capacitação em Língua Portuguesa é assegurada através do Consultório da Língua Portuguesa, para Jornalistas.

A.2.6.2. Consolidação do Conselho de Imprensa de Timor-Leste

Durante o período em análise não foi solicitado apoio e realizadas ações que incorrem para a presente atividade.

A.2.6.3. Formar Jornalistas

O setor da comunicação social tem sido um parceiro dinâmico do Programa, tendo assinalado uma ampla participação dos jornalistas e OCS nas atividades de capacitação do PFMO em parceria com o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR).

Nestes termos, foram realizados mais cinco cursos de formação para jornalistas de televisão, rede sociais, rádio e imprensa escrita, dirigidos aos jornalistas da Agência noticiosa online TATÒLI, RRTL, GMN, das Rádios Comunitárias de todo o país, agências de informação online assim como redações de jornais nacionais e semanários:

- 2ª edição Curso de Jornalismo de Dados (12 a 30 de outubro de 2020);
- Ateliê de Rede Sociais 3ª Edição” (02/11 a 13/11 de 2020);
- *E-Government* e Acesso a Informação (16/11 a 27/11 de 2020);
- Fake News e Desinformação, 1ª Edição (30 de novembro a 15 de dezembro de 2020);
- Fake News e Desinformação, 2ª Edição (5 de julho a 16 de julho de 2021).

No que diz respeito à adequação e relevância da formação, o feedback tem sido positivo com um grande interesse em continuar a participar nas iniciativas realizadas.

Emergência e Resposta à Crise: Programa de Apoio aos Jornalistas e Órgãos de Comunicação Social

Decorrente da situação de pandemia do Covid-19 e da declaração do Estado de Emergência desde março de 2020, os meios de comunicação social e os jornalistas Timorenses enfrentam uma situação de dificuldade, havendo risco de redução das suas atividades, perda das suas receitas e redução dos próprios salários. Conforme declarações de S.E. o Secretário de Estado da Comunicação Social, a situação agravou-se e existe a possibilidade de encerramento de meios de comunicação social.

Se é verdade que uma parte enorme dos jornalistas que participam nas atividades do PFMO e do Consultório da Língua para Jornalistas, são provenientes de órgãos de comunicação social com condições para prosseguir mais algum tempo a sua atividade (casos, da RTTL, TATOLI, GMN e Diário), ou porque recebem apoio do Governo ou porque têm por trás o apoio do setor privado, a verdade é que tal não aconteceu com a outra grande parte dos jornalistas de imprensa, radio e digital, pertencentes ao setor privado e comunitário, fortemente dependentes de apoios do Estado, dos setor privado ou ONG. Como exemplos, assistiu-se então à suspensão de publicação (caso do SEMANÁRIO), à redução do número de páginas (caso do Timor Post), mas também à não continuação de contratos, estágios e também reduções salariais generalizadas nos diversos media nacionais, antevendo-se uma situação de quebra generalizada nas condições de trabalho e atuação em várias órgãos e comunicação social.

Assim, tendo em conta estas preocupações, o Projeto PFMO apoiou as autoridades e os órgãos de comunicação social de Timor-Leste, através de medidas de apoio especiais para ajuda à comunicação social e a jornalistas nacionais, não previstas no plano de atividades.

Estas medidas incluíram incentivos à produção de artigos, notícias e reportagens por jornalistas, que pretendem, nesta altura de crise, apoiar o setor da comunicação social e os jornalistas. O programa apoiou, assim, a realização de trabalhos de jornalismo sobre matérias ligadas à supervisão de finanças públicas e ao uso dos recursos públicos e orçamentais, num contexto atual do país em situação de Estado de Emergência e de prevenção e combate ao Covid-19, como incentivo à produção e atividade jornalística em tempos de crise global.

O plano inicial previa as seguintes linhas de trabalho:

- i. Realização de campanhas nos meios de comunicação social, relacionadas com o projeto e as preocupações associadas ao momento de emergência mundial, que serviriam também para divulgar o projeto, website e suas redes sociais em diferentes meios de comunicação social, por exemplo:
 - a. Publicação de meia ou $\frac{1}{4}$ de página, na última página ou de uma tarja ao fundo na primeira página, uma vez por semana, nos principais jornais: **TIMOR POST, DIÁRIO, INDEPENDENTE, SEMANÁRIO (semanal), SUARA TIMOR LOROSAE e THE OEKUSI POST.**

- b. Publicação de anúncio na **publicação On Line do Timor Post**, com os mesmos propósitos.
 - c. **Publicação de página inteira**, no interior ou última página, a cores/ ou preto e branco, uma vez por semana, nos mesmos jornais.
- ii. **Publicação de textos sobre cada um dos nossos parceiros**, a sair em dias diferentes, um dia para cada parceiro, a divulgar a sua missão, criação, objetivos, responsabilidades, website, contatos, etc. Devemos pedir esta informação aos parceiros. Seriam espaços de meia ou ¼ de página.
- iii. **Programa de apoio a textos jornalísticos sobre matérias ligadas à supervisão de finanças públicas**. A ideia seria fazer um programa de apoio, através do pagamento de um valor por cada artigo escrito e publicado pelos jornalistas sobre temas da supervisão, orçamento e finanças públicas, com uma dimensão mínima (número de palavras a definir). Os artigos devem ser originais. O CLJ faria a revisão, caso fosse necessário. Podíamos pagar um valor, por exemplo, de 50USD por cada artigo, até um máximo de 3 artigos por mês (total de 150USD/ jornalista). Seria uma forma de incentivar a escrita e atribuir diretamente aos jornalistas um apoio pecuniário.
- iv. **Programa de Estágios para Jovens Jornalistas**, no âmbito da Atividade A.2.6.3 - Formar Jornalistas. Assim, idealmente este apoio deveria estar enquadrado num contexto de formação. Não conhecemos bem a realidade dos jornais de Timor-Leste, mas supomos que estejam suportados em grande medida por estagiários recém-licenciados. Assim, uma forma direta que seria possível de apoiar os jornais e ao mesmo tempo contribuir para os resultados dos projetos seria lançar um programa de estágios.
- v. **Promoção de Divulgação de Jornais**, com distribuição de *máscaras* confeccionadas localmente, em conjunto com jornais nacionais (a Stella está a reunir informação de custos e eventual operacionalização) - seria uma forma de aumentar as vendas e distribuir máscaras junto da população, dando relevância social aos media.
- vi. **Apoio à criação de Facts-Cheks**, com apoio a iniciativas de criação de páginas escritas (imprensa escrita ou on-line) para a verificação e confirmação de notícias verdadeiras e falsas.

No que respeitava ao apoio pessoal aos jornalistas, o plano passava essencialmente por duas medidas de apoio de natureza económica. Assim:

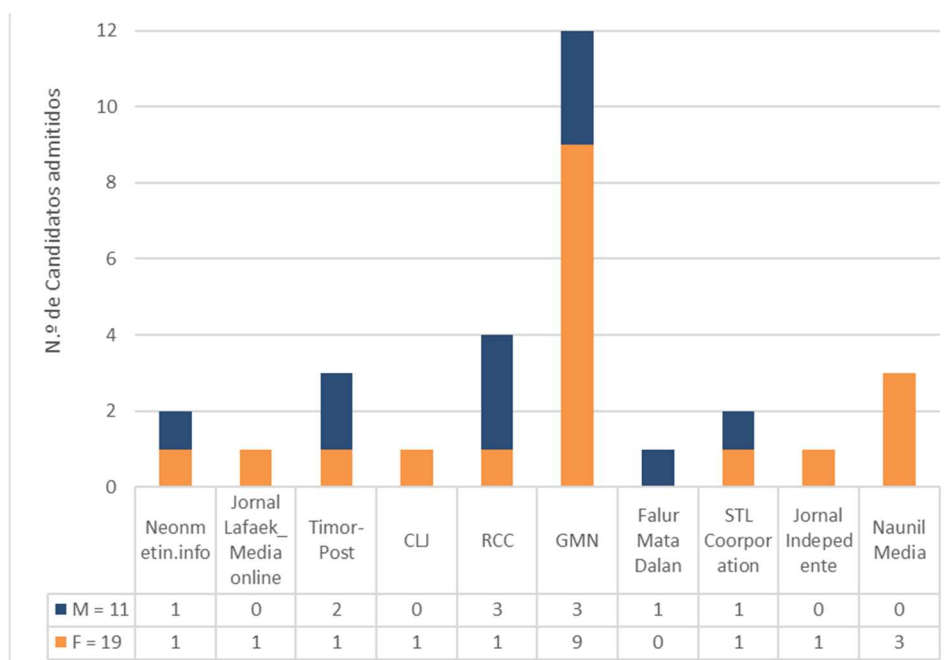
- a) O primeiro foi o **Programa de Apoio a Jovens Jornalistas (PAJJ)**, pretendeu apoiar o início da atividade profissional de 30 jovens jornalistas, com idade inferior a 35 anos, bem como um número estimado de quinze outros jornalistas atuais, orientadores / formadores em diversos órgãos de comunicação social. Com a duração de três meses, este programa com caráter profissionalizante visava iniciar e aprofundar a experiência profissional em contexto de trabalho, a desenvolver em órgãos de comunicação social de Timor-Leste inseridos nas diversas áreas do jornalismo, a imprensa escrita e digital, a rádio e a televisão. Foram convidados a concorrer estagiários profissionais de jornalismo devidamente inscritos no Conselho de Imprensa (CI), bem como atuais ou futuros profissionais da comunicação social, incluindo técnicos especializados, tradutores, *designers* gráficos, paginadores e técnicos de som e imagem.

- b) O segundo foi o **Programa de Apoio à Publicação de Trabalhos de Jornalismo** (PAPTJ) sobre matérias ligadas à supervisão das finanças públicas e ao uso dos recursos públicos e orçamentais, realizado ainda num contexto de Estado de Emergência e de combate à Covid-19. Este programa, que também durou três meses, foi um incentivo à produção e à atividade jornalística em tempos de crise global. Os apoios foram realizados através de um pagamento por cada artigo escrito e publicado, ou por cada peça de rádio ou televisão, com uma dimensão mínima definida.

Para cada uma destas medidas de apoio, foi elaborado um regulamento, com as respetivas normas, num dispositivo discutido e validado com o Conselho de Imprensa, nos meses de maio e junho de 2020. Após a sua estabilização, foi o mesmo aprovado internamente pelo Camões, I.P., tendo dele sido dado conta à SECOMS e ao Conselho de Imprensa, com pedido de validação formal. Foi assim que, em agosto de 2020, foram lançadas as medidas de apoio aos OCS e aos Jornalistas Timorenses, num processo de decorreu de forma intensa, até abril de 2021.

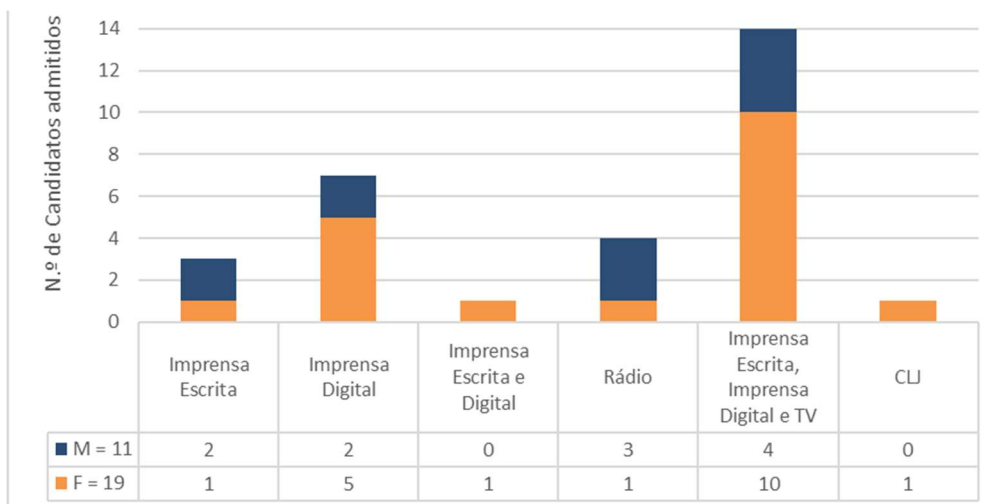
A distribuição dos candidatos admitidos por órgãos / entidades da comunicação social de origem é apresentada gráfico 1.

Figura 10: Distribuição dos candidatos admitidos por órgãos / Entidades



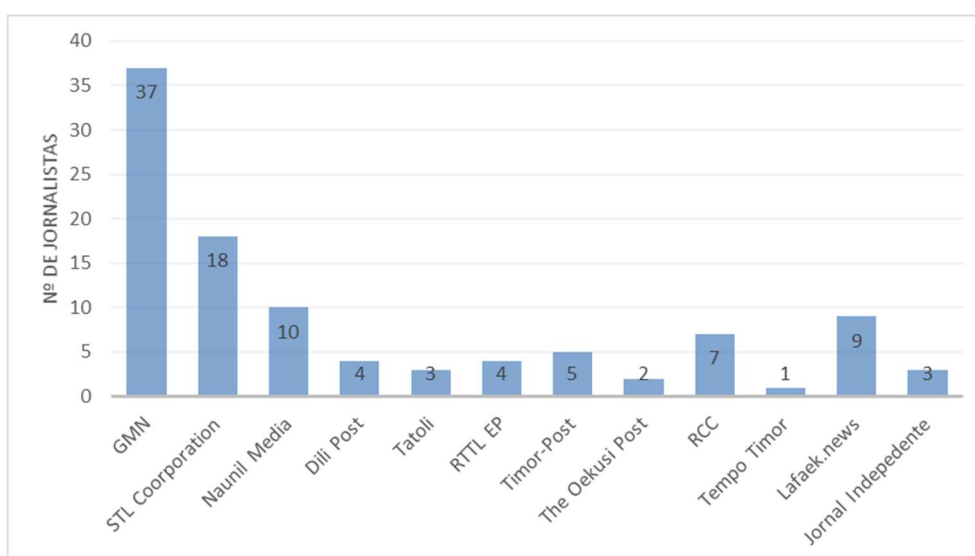
A distribuição dos candidatos admitidos tendo em conta a sua área de atividade é apresentada na figura abaixo.

Figura 11: Distribuição dos candidatos admitidos por áreas de atividade



Os candidatos que não foram admitidos neste primeiro programa foram encorajados a participar no segundo programa, cujo número de jornalistas participantes chegou aos 103, sendo 56% mulheres, com origem em 13 diferentes órgãos de comunicação social, de acordo com os dados apresentados na figura seguinte.

Figura 12: Distribuição dos participantes no PAPTJ por órgãos de Comunicação Social



Globalmente, o número total de beneficiários dos dois programas atingiu os 154 beneficiários, sendo 53% do género feminino. A distribuição dos beneficiários por órgãos / entidades da comunicação social é apresentada na figura seguinte.

Figura 13: Distribuição global dos beneficiários por órgãos / Entidades

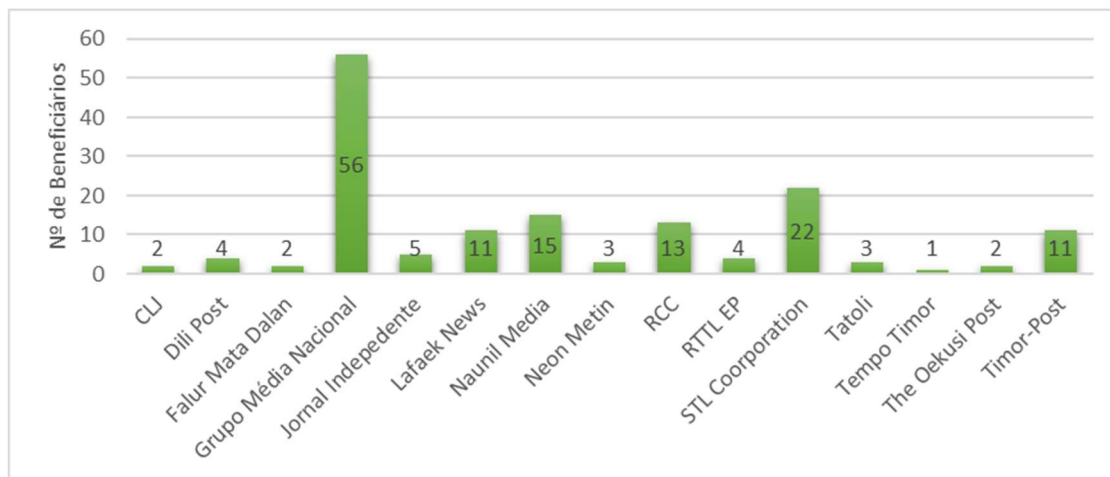
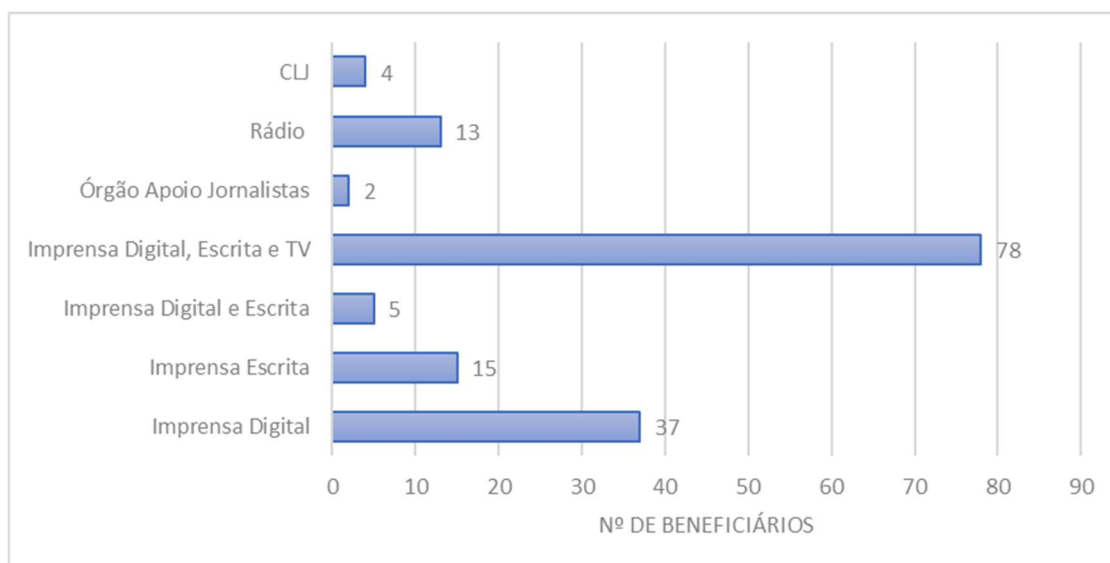


Figura 14: Distribuição global dos beneficiários por áreas de atividade



O período de duração dos programas foi diferente e chegou a ser prolongado devido a dificuldades de verificação dos documentos de candidatura. Outra dificuldade foi a submissão das peças que, por vezes, ainda não tinham sido publicadas, outras vezes não se faziam acompanhar da declaração de autoria do trabalho original, ou esta chegava sem assinatura, ocorrendo também casos em que, no caso de conteúdos digitais, a declaração não continha a ligação para a respetiva peça; ou requeria ainda apoio do CLJ na revisão de textos em português.

No âmbito destes dois programas, foi distribuído o **montante global de \$51 400,00**. Deste total, \$28 900,00 (equivalente a 578 peças jornalísticas) coube a jornalistas profissionais, \$13 500,00 foi para jovens jornalistas e \$9 000,00 para os orientadores.

2.2. Quadro Lógico Referência Atualizado

Os diagnósticos e contactos contínuos da equipa do Projeto com os Parceiros, desde logo, revelaram a necessidade de fazer uma revisão ao nível dos indicadores e respetivas linhas de base, metas e fontes de verificação, tendo em conta a adequação ao contexto e com vista a conferir maior alinhamento com as estratégias de alcance dos resultados.

Os resultados e recomendações da Avaliação Intercalar (*Mid-Term Review*), concluída em novembro de 2020, confirmaram a manutenção da perceção de alta relevância dos objetivos do Projeto PFMO e das metas definidas para os seis resultados, embora se revelassem ambiciosas. O relatório da avaliação alertava, assim, também, para a necessidade de rever indicadores e metas, tendo em conta os condicionantes impostos pela pandemia, que desaceleraram substancialmente o progresso do Projeto.

A matriz apresentada, cfr. **Anexo I**, em linha também com discussões preliminares que tiveram lugar no decorrer do último ano, corresponde, assim, à nova proposta de versão da matriz informada junto ao pedido de extensão apresentado a 10 de novembro de 2021.

2.3. Contratos de valor superior a 50.000 EUR

Apresenta-se abaixo a lista de contratos (fornecimentos e serviços) de valor superior a 50.000,00 EUR adjudicados entre 01/09/2020 e 31/08/2021.

Objeto do Contrato	Ativ.	Natureza/ Tipo de Contrato	Entidade Contratada	Morada da Entidade Contratada	Valor (USD - moeda local) Com imposto 10%	Valor (EUR) - Sem IVA	Valor (EUR) - Com IVA
Realização do diagnóstico institucional e avaliação de competências dos auditores da Câmara de Contas de Timor-Leste	2.2.4	Contrato de prestação de serviços - Contrato Excluído conduzido através de Procedimento de Consulta a 3 entidades, com adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa	MYT Auditores e Consultores, Lda,	Díli, Timor-Leste	106.700,00	95.695,07*	n.a
Assessoria Jurídica à Comissão Especializada, Parlamentar de Finanças Públicas, do Parlamento Nacional de Timor-Leste, na área de Direito Mineiro e recursos minerais	2.1.2.	Contrato de prestação de serviços - Procedimento de Consulta Prévia a 3 entidades, com adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa	Miranda & Associados – Sociedade de Advogados, RP,	Lisboa, Portugal	71 500,00	64.125,56*	n.a.
Criação de um espaço para Formação em Língua Portuguesa para fins específicos do Projeto de Cooperação Delegada - (PFMO) - Parceria para a Melhoria da Prestação de Serviços através do reforço da Gestão e Supervisão das	A.2.1.1; A.2.2.1; A.2.3.1; A.2.4.1; A.2.5.1; A.2.6.1.	Contrato de prestação de serviços - Procedimento de Consulta Prévia a 3 entidades, com adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa	Edudigital Portugal, Educação e Tecnologias Lda	Oeiras, Portugal	n.a	149 800,00	184.254,00

Finanças Públicas de Timor-Leste, na plataforma MOODLE de ensino-aprendizagem de língua portuguesa do Camões, I.P..							
Conceção e implementação de um Sistema de Monitorização e Avaliação para o Projeto “ Parceria para a Melhoria da Prestação de Serviços através do reforço da gestão e Supervisão das Finanças Públicas de Timor-Leste (PFMO).	n.a	Contrato de prestação de serviços - Procedimento de Consulta Prévia a 3 entidades, com adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa	Babel, Ibérica SA	Lisboa, Portugal	n.a	161 499,00	198.643,77
Aquisição de infraestrutura Hiperconvergente, equipamentos e serviços associados para a instalação de servidores na Polícia Científica e de Investigação Criminal de Timor-Leste (PCIC)	A 2.3.3.	Contrato de prestação de serviços - Procedimento de Consulta Prévia a 3 entidades, com adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa	PAMAFE, Informática Limitada	Porto, Portugal	n.a	129 960,00	159.850,80

*1 À taxa de câmbio de 1,1150 USD/EUR, relativa à operação cambial da transferência efetuada para Timor-Leste, datada de 7/1/2020

2.4. Plano de ação para o próximo período de 12 meses

Nos termos do Acordo de Delegação é apresentado o **Plano de Atividades para o Ano 5**, cfr. **Anexo IV**, com base na proposta de extensão de PROJETO apresentada no dia 10 de novembro de 2021, e assente no pressuposto de uma progressiva melhoria na evolução do COVID-19 e consequente ausência de restrições à mobilidade em Timor-Leste e Portugal, a partir de janeiro de 2021.

3. Beneficiários e outros tipos de cooperação

3.1. Relação entre os beneficiários

Parlamento Nacional

A estrutura do PN assenta numa Administração Parlamentar aprovada em 2017. O Regimento do Parlamento Nacional e a LOFAP (Lei de Organização e Funcionamento da Administração Parlamentar) estabelecem as competências dos vários órgãos: Plenário, Presidente do Parlamento Nacional; Mesa do Parlamento Nacional; Comissão Permanente, e Comissões Especializadas Permanentes.

Após a alteração na composição da maioria parlamentar na primeira metade de 2020, observou-se uma substituição dos Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes em junho de 2020, encontrando-se agora numa fase de estabilização. Esta alteração permitiu maior dinamização das atividades de PROJETO, no que respeita a capacitação.

Os serviços do PN, constituídos pelos funcionários e a estrutura orgânica na qual estão integrados com a função de apoio técnico e administrativo aos Órgãos do PN, encontram-se muito dependentes do contexto político. Nesse sentido, com a alteração na composição da maioria parlamentar registaram-se também alterações nos serviços do PN, designadamente mudança de Secretário-Geral, tendo as mudanças das chefias terminado a 1 de setembro de 2021. Em consequência, também o ponto focal foi alterado, em 31 de agosto de 2021.

No quadro comparativo com outras Instituições nacionais, o PN tem níveis elevados de organização interna, tendo aprovado um Plano Estratégico 2017-2022, um Plano de Atividades e um novo modelo de organização da administração parlamentar, agora em implementação.

Tribunal de Recurso/Câmara de Contas

A Constituição da República Democrática de Timor Leste prevê nos termos dos artigos 124º, 129º e 164º, a criação do Supremo Tribunal de Justiça e o Tribunal Supremo Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC).

Entretanto, e enquanto se aguarda a sua criação, todas as suas funções, encontram-se concentradas no TdR, dado ser a Instância Judicial máxima da organização judiciária existente em Timor-Leste, desde 2001, integrando transitoriamente a CdC.

O TdR compreende os Tribunais Distritais de Díli, Baucau, Oecussi e Suai, sendo que, estes têm competência para decidir sobre todas as matérias na qualidade de Tribunais de primeira instância.

O TdR/CdC, pela sua função judicial apresentam uma coordenação e interação com outras entidades judiciais, no sentido de promover o sucesso do sistema da justiça, nomeadamente com:

- PNTL/PCIC;
- A CAC, que investigam e previnem o crime financeiro e outros, e procedem ao processamento das queixas;
- O Ministério Público no qual representa o Estado e exerce uma supervisão da ação penal. No Tribunal de Recurso é representado pelo Procurador-Geral da República e, nos demais tribunais, pelos Procuradores da República Distritais e demais agentes, podendo requerer ao respetivo Tribunal com força obrigatória geral, da inconstitucionalidade ou ilegalidade de qualquer norma que haja sido julgada inconstitucional; e
- Os Defensores Públicos e Advogados que tem influência e intervenção no processo dos Tribunais.

Exclusivamente a CdC relaciona-se com diversas Entidades Estatais Nacionais para promoção de uma boa gestão dos dinheiros públicos e controlo das finanças públicas. Neste âmbito destacam-se as Entidades Públicas Nacionais para as quais a CdC procede a auditoria das suas contas e as entidades do Governo e o PN que solicitam pontualmente auditorias no âmbito de projetos legislativos com importância financeira e um fundamento específico.

O PN e CdC têm se articulado de modo a levarem a cabo o acompanhamento do processo de apresentação, discussão e aprovação do OGE.

Por vezes, o relacionamento da Câmara de Contas para com outras Instituições Estatais Nacionais também beneficiárias do Projeto funciona em termos de partilha de experiências, troca de informações e formações, nomeadamente com outros órgãos de controlo interno dos ministérios, com o intuito de proceder a Benchmarking e identificação de boas práticas. Neste último ano, o PFMO colaborou na promoção e articulação institucional, através da realização de seminários de Finanças Públicas / “Panorama Orçamental 2021”, bem com formações organizadas pela Comissão da Função Pública abordando temas relacionados com a carreira e estatuto dos auditores e temas técnicos.

Inspeção-Geral do Estado

A IGE apresenta competências em áreas importantes, no que respeita ao controlo de meios e recursos do Estado, mas também na coordenação das auditorias e inspeções dos departamentos do Governo, deste modo acaba por ter uma grande relação com os vários beneficiários do projeto.

Em termos de parceiros institucionais e estratégias a IGE tem uma grande ligação à Inspeção Geral dos Ministérios, Gabinete do Procurador Geral; Provedor de Direitos Humanos e Justiça; CAC,

Ministério das Finanças; MP; Comissão Nacional da Função Pública, para encetar iniciativas programadas, formações e troca de experiências.

A IGE tem beneficiado ao longo dos anos da capacitação e parceria com outros doadores, nomeadamente: Organismos Estratégicos de Controlo Interno (OEI) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Operações de manutenção da paz da missão da ONU (UNTAET, UNOTIL, UNMIT); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB); Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA), Academia Nacional de Auditoria da Malásia (NAAM); Programa de Cooperação Técnica da Malásia (MTCP); Internal Audit Charter (YPIA) e Landi Institute da Indonésia e Cooperação Australiana.

Criminalidade económico-financeira: MP, CAC e PCIC

Persistem enormes desafios e incertezas sobre o desenho e a concretização de diversas reformas em curso, no que respeita à organização judicial, judiciária, da investigação criminal e da prevenção e combate à corrupção. O Estatuto orgânico do Ministério Público (MP) continua a ser um desafio futuro, sem que se saiba como serão resolvidas diversas questões estruturais.

Da mesma forma, o futuro do modelo dos órgãos de polícia criminal, em matéria da prevenção e combate ao crime económico e financeiro, continua em aberto e por decidir, nas relações entre a CAC, PCIC e a PNTL.

De qualquer forma, espera-se que as reformas internas devam prosseguir, sendo que se espera que o atual MP e as atuais polícias estejam organizados e dotados das competências necessárias para o futuro, seja qual for o modelo, organização institucional e atribuições que cada entidade venha a ter.

Independentemente do que venha a ocorrer, o Estado está vinculado a diversas obrigações internacionais, no que respeita a compromissos no âmbito do GAFI e da ação da UIF -Banco Central de Timor-Leste, a acrescer a outras ligações com organizações judiciárias internacionais e responsabilidades com polícias congéneres.

A CAC encontra-se numa fase de adaptação a uma nova lei (Lei n.º 7/2020, de 26 de agosto), da qual recebeu muitas atribuições e uma missão alargada, embora não esteja ainda completamente dotada dos recursos e competências na sua efetiva execução.

Sendo um organismo do Estado de constituição híbrida, adota uma estrutura singular e vertical, com as funções de sensibilização e socialização, a par da prevenção e combate à corrupção. Esta múltipla natureza exige reflexos institucionais próprios, sendo que na sua evolução de onze anos de existência, se verifica que as exigências de investigação criminal, enquanto órgão de polícia criminal, impõem desafios crescentes e para os quais carece ainda de reforços substanciais.

Assim, na estratégia adotada, tendo em conta as prioridades e o Plano Estratégico aprovado para a CAC (dezembro de 2020), os esforços estão a ser direcionados para o reforço das capacidades de

investigação e operação de polícia, sobretudo ao nível do domínio legal criminal, bem como das competências ao nível da gestão e instrução criminal, ao nível dos processos de investigação.

Na atual situação, a prioridade fundamental tem sido o reforço as competências de polícia criminal da CAC, sem as quais uma parte substancial da sua missão e responsabilidades será prejudicada, adaptando as suas estruturas e os seus processos internos a esta natureza policial, sem prejuízo da natural evolução que tem tido nas suas atividades administrativas de socialização e sensibilização para a prevenção da corrupção junto da sociedade timorense. Par tal, será reforçada a aposta na sua aproximação a outras polícias e às suas congéneres na prevenção e combate ao crime económico e financeiro, com o reforço das atividades de capacitação em direito penal e processual penal para os Investigadores da CAC, a realizar na Escola da Polícia Judiciária em Portugal, por forma a permitir o fortalecimento de base dos Investigadores da CAC em matéria de direito e processo penal, no exercício das suas funções de recolha e avaliação da prova no inquérito crime e, portanto, na consolidação das capacidades de investigação criminal.

Auditoria Social - Sociedade Civil e Comunicação Social

Para que sejam atingidos os objetivos e os Resultados estabelecidos na Auditoria Social, é necessário não só assegurar o aumento da compreensão da população local sobre as intervenções do setor público e dos seus direitos, como levar as preocupações e propostas das populações locais de volta às autoridades nacionais através da criação de mecanismos de participação e inclusão ao processo orçamental junto do Parlamento Nacional.

Para tal, pretende-se criar um sistema de referência entre os atores não estatais e o PN nomeadamente as Bancadas Parlamentares no trabalho de assembleia e a Comissão C, que facilite o acesso à informação, que não sejam somente o acesso à Lei; e que se promova, à semelhança do que foi iniciado este ano, a realização de atividades de debate político e público entre o Parlamento e a sociedade civil e os jornalistas, momentos designados “Diálogos com o Parlamento”; e mais atividades conjuntas com a GOPAC (Organização dos Parlamentares Contra a Corrupção) e a GMPTL (Organização das Mulheres Parlamentares).

O setor da comunicação social tem sido um parceiro dinâmico do Programa, tendo assinalado uma ampla participação dos jornalistas e órgãos de comunicação social nas atividades de capacitação do PFMO. Os Media podem ajudar a promover um debate político e manter um Governo responsável perante uma cidadania informada e pode desempenhar vários papéis no processo do ciclo do orçamento, garantindo uma cobertura profissional, bem como a concreta execução do orçamento do Estado e das políticas aplicadas em cada município do país.

Como já analisado nos precedentes relatórios, em Timor-Leste a televisão apresenta níveis inferiores de acessibilidade em particular nas zonas rurais. A imprensa escrita está concentrada na capital do país e a rádio representa o meio de comunicação social dominante e com maior capacidade de acesso à população toda. Em particular as rádios comunitárias, desempenham um papel importante junto das comunidades locais que não tem facilmente acesso à informação.

3.2. Relação entre a entidade executora e as demais entidades públicas Timorenses

Embora o ambiente institucional em Timor-Leste, no que respeita aos serviços da Administração Pública, possa apresentar algumas dificuldades e exigências, tanto no que respeita aos Parceiros como a outras entidades, a relação entre o PFMO e as Instituições Timorenses tem sido de grande abertura e bom acolhimento às necessidades de PROJETO.

Esta situação de grande amigabilidade tem facilitado o desenvolvimento das ações, bem como as necessidades de funcionamento da equipa, devendo destacar-se as boas relações com as entidades fiscais e tributárias, fronteiras e imigração, administração municipal e local, forças de segurança e a comunidade empresarial local.

Os membros da equipa do PFMO são incentivados e apoiados na participação em ações individuais de voluntariado, docência gratuita na Universidade, Escolas e ONG nacionais, bem como no apoio a ações sociais e humanitárias – como aconteceu na sequência das inundações de 4 de abril, com a participação dos membros da equipa na recolha de alimentos, roupas e bens de primeira necessidade, distribuídos junto das populações carenciadas, dando apoio durante mais de uma semana a cerca de 200 desalojados em Díli. Esta ação foi suportada pelos recursos próprios da equipa, com o apoio de voluntários de outras organizações e a ajuda em bens e dinheiro por parte de dezenas de expatriados.

Finalmente, sempre que possível, o PFMO realiza atividades fora de Díli, tendo realizado atividades em Baucau, Liquiçá, Ermera e Aileu, levando assim o PROJETO para junto das populações rurais e das comunidades afastadas, potenciando assim o desenvolvimento local.

3.3. Relação da entidade executora com outros doadores, outras agências governamentais ou órgãos da administração local e ONGD

A coordenação entre agências e doadores tem sido reduzida em Timor-Leste. Embora exista partilha de informação entre projetos e agências, como aconteceu na resposta à crise da pandemia, em 2020 e 2021, as ações realizadas em conjunto foram diminutas, sendo os esforços realizados por cada agência de forma isolada, embora com a partilha de informação necessária para, na maioria dos casos, evitar a sobreposição de ações.

O PFMO tem desenvolvido, sobretudo através dos seus elementos Timorenses, relações abertas e de proximidade com as comunidades locais, autoridades e lideranças comunitárias, ONG's e a comunidade em geral, facilitando uma relação saudável e positiva com a sociedade Timorense.

3.4. Ligações e sinergias estabelecidas com outros Projetos

O PFMO desenvolveu, desde o seu início, atividades conjuntas com outros Projetos, de cooperação bilateral no âmbito do Camões, I.P., mas também em articulação com Projetos multilaterais regionais, ligados à boa governação, à justiça, às finanças públicas e à consolidação do Estado de Direito, como o PACED e o Pro Palop-TL ISC, sobretudo na partilha e divulgação de informação de interesse comum e no apoio, junto dos Parceiros timorenses do PFMO, para dinamização da participação de membros seus em atividades daqueles Projetos.

No que respeita ao PACED, foi elaborada uma proposta de protocolo conjunto com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, para apoio ao Centro na recuperação e equipamento de salas para atividades de formação, que permitissem rentabilizar os amplos espaços disponíveis no edifício do CFJJ, concentrando depois aí não apenas as atividades de formação em sala do PFMO, mas também potenciando a utilização pelo CFJJ dessas instalações para a realização de atividades de formação contínua na área da Justiça. Foi desenvolvido o estudo prévio de arquitetura e a proposta de Protocolo, encontrando-se a mesma a aguardar validação.

A colaboração mais próxima, no que respeita a Timor-Leste e ao PFMO, tem sido com o Consultório da Língua para Jornalistas (CLJ), projeto bilateral do Camões, I.P., através do qual o PFMO e o CLJ asseguram as componentes essenciais de capacitação e formação a cerca de 150 jornalistas timorenses, em dezenas de atividades conjuntas organizadas com o recurso às competências do CENJOR de Portugal.

3.5. Complemento do Projeto em relação a intervenções anteriores

O PFMO tem contribuído para reforçar três áreas relevantes, anteriormente apoiadas através dos Projetos da Justiça e da Comunicação Social.

Assim, devem destacar-se o reforço dos apoios à Câmara de Contas, com a especialização dos 30 Auditores que a integram, com reforço do domínio da língua portuguesa em matérias de auditoria financeira, bem como na formação técnica em áreas de especialidade.

Na mesma linha, a continuação do apoio aos Investigadores e Especialistas da PCIC, que vêm reforçadas as respetivas competências em matérias de investigação criminal, bem como em diversos domínios de especialidade pericial e laboratorial, quer no reforço do anterior Programa da Justiça, quer em complemento da cooperação bilateral entre a PCIC e a Polícia Judiciária. O apoio à PCIC tem reforçado as suas diversas áreas de atuação, anteriormente apoiadas no âmbito do Programa da Justiça, bem como consolidado os apoios em curso prestados no âmbito do PACED.

Finalmente, no que respeita à comunicação social e jornalistas, capacitação especializada e o apoio a mais de uma centena de jornalistas e quase duas dezenas de órgãos de comunicação social, através do FMO, foram decisivos para proteger a comunicação social independente e mais de uma centena de jornalistas timorenses, durante a crise originada pelo COVID-19, através das medidas de apoio aos jovens profissionais de comunicação e aos jornalistas Timorenses.

4. Governação

A governação do PROJETO assenta numa estrutura de apoio que permite coordenar as ações dos diferentes interlocutores e garantir a coerência global e, conseqüentemente, a eficácia do projeto, incorporando ambas as componentes do PFMO.

Isto traduz-se num mecanismo de coordenação a três níveis: (i) estratégico, na figura do Comité de Aconselhamento; (ii) técnico, na figura do Comité de Coordenação Técnica; e (iii) operacional, através da Unidade de Implementação do Camões.

4.1. Comité de Aconselhamento

O **Comité de Aconselhamento (CA)** é presidido por um representante do Ordenador Nacional e por um representante da Delegação da União Europeia, sendo o Secretariado do CA assegurado pela Unidade de Implementação do Camões (UIC) e pelo Ministério das Finanças.

O CA reúne ainda representantes das entidades timorenses e do Camões, I.P. e suas entidades parceiras e representantes de outras entidades públicas, privadas e da sociedade civil, de acordo com um Regulamento Interno aprovado em 6 de maio de 2019, reunindo uma vez em cada ano.

Enquanto órgão consultivo, o CA i) reflete sobre os resultados e impactos do projeto através da apreciação dos relatórios e outros documentos orientadores e estratégicos; ii) valida planos e orientações estratégicas de médio-longo prazo; iii) oferece assessoria à liderança do projeto na identificação de abordagens, oportunidades de aprendizagem, riscos e desafios emergentes da implementação; iii) alerta e informa o Comité de Coordenação Técnica (referente à segunda componente do PFMO) sobre potenciais riscos, propondo linhas de ação para a sua mitigação; e iv) valida o orçamento e plano anual de atividades.

No período de reporte, o CA reuniu numa sessão conjunta com os Projetos da Boa Governação, no âmbito do Ordenador Nacional e da reunião Europeia, numa sessão anual realizada em 22 de outubro de 2020, nas instalações do Ministério das Finanças em Díli, contando com a apresentação das componentes 1 e 2 do PFMO, no contexto alargado dos seus membros e convidados presentes.

No dia **22 de outubro 2020** realizou-se a reunião anual do Comité Estratégico da Boa Governação, dos Projetos financiados pela União Europeia, no edifício do Ministério das Finanças, em Díli. Este encontro de alto nível foi copresidido pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Julião da Silva e pelo Embaixador da União Europeia em Timor-Leste, Dr. Andrew Jacobs, contando com a participação do Embaixador de Portugal, Dr. José Pedro Machado Vieira, em representação do Presidente do Camões, I.P., da Dra. Cristina Faustino, Adida para a Cooperação Portuguesa, bem como dos Parceiros de Desenvolvimento com atividade nas áreas da Boa Governação.

Figura 15: Comité Estratégico da Boa Governação



Participaram na reunião, para apresentação das atividades e resultados do Projeto PFMO - OSAN POVU NIAN, o Coordenador Geral, Rui Dinis e o Coordenador Adjunto e Gestor de Fundos, Horácio Henriques. O encontro teve como objetivos os de conhecer a situação, os resultados atingidos e os principais objetivos nos Projetos abrangidos, nas suas diversas componentes, com vista monitorizar e avaliar as atividades de Gestão das Finanças Públicas e os projetos de Descentralização.

4.2. Comité de Coordenação Técnica

O **Comité de Coordenação Técnica (CCT)** integra um representante do Ordenador Nacional, a UIC, representantes das entidades timorenses parceiras, parceiros de implementação técnica, e ainda, na figura de observador, um representante da Delegação da União Europeia.

As reuniões do CCT são convocadas e dirigidas pelo Camões, I.P., numa previsão de realização trimestral, de acordo com o Regulamento Interno aprovado em 3 de maio de 2019 e tem como objetivos supervisionar as operações da Unidade de Implementação do Camões, garantindo que as atividades alcançam os objetivos preconizados.

Cabe ao CCT acompanhar e orientar o desempenho financeiro e programático da componente 2 do PROJETO, garantindo que as recomendações estratégicas do Comité de Aconselhamento são incorporadas nas operações da segunda componente do PFMO sempre que tal for apropriado.

Realizaram-se até ao momento seis reuniões do CCT, tendo a última reunião sido realizada em **20 de outubro de 2020**, uma vez que os agravamentos das situações de pandemia determinaram não apenas o cancelamento e adiamento *sine die* da reunião prevista para o dia 11 de março de 2021, mas que em consenso com o SON e os parceiros vem sendo adiada até que existam condições para a sua realização em termos presenciais, de acordo com a vontade dos Parceiros. Assim, a próxima reunião trimestral está prevista para a segunda quinzena de novembro.

Decorreu em Díli no dia 20 de outubro de 2020, a quinta reunião do Comité de Coordenação Técnica (CCT) da parceria PFMO - OSAN POVU NIAN JERE HO DI'AK, que juntou à volta da mesa os Pontos Focais das instituições timorenses, os representantes do Serviço do Ordenador Nacional de Timor-Leste, do Tribunal de Recurso/Câmara de Contas, da Procuradoria-Geral da República, da Comissão Anticorrupção, da Inspeção-Geral do Estado, da Polícia Científica de Investigação Criminal, bem como da SECOMS, do Conselho de Imprensa, e da FONGTIL (Fórum das Organizações Não Governamentais de Timor-Leste).

Figura 16: Comité de Coordenação Técnica



Atendendo ao contexto de pandemia, foi impossível a deslocação de representantes da sede do Camões, I.P. a Timor, pelo que a reunião foi presidida pela Adida para a Cooperação, Dra. Cristina Faustino, em representação do Camões, I.P. Contou-se também com a presença do Chefe da Cooperação da Delegação da União Europeia em Timor-Leste, Dr. Ramon Reigada.

Figura 17: Comité de Coordenação Técnica



As instituições parceiras tiveram a oportunidade de debater e validar o reporte técnico e financeiro do Projeto, bem como as linhas gerais do Plano de Atividades para o Ano 4 (2020-2021). Para além disso, foi feito a apresentação dos novos membros da equipa do PFMO – que iniciaram funções em Díli durante este ano.

Como principal linha orientadora para o ano 4 do PROJETO previa-se retomar as atividades de formação de média e longa duração, calendário que tem vindo a ser ajustado em função da evolução das restrições das viagens internacionais.

4.3. Reuniões de coordenação com o Serviço do Ordenador Nacional

Além das reuniões dos órgãos de governação do PROJETO previstos no AD, são realizadas reuniões periódicas de coordenação entre o SON e a UIC-PFMO, com a presença da Cooperação Portuguesa. Estas reuniões realizam-se desde maio de 2018, tendo atualmente periodicidade trimestral, onde se analisa a evolução do PROJETO, as principais iniciativas da agenda, as dificuldades e constrangimentos e as formas para a sua resolução.

Assim, para além de reuniões pontuais sempre que se justifique, realizaram-se em Díli ainda 12 reuniões de coordenação entre o SON e a UIC-PFMO, que se revelaram de grande utilidade e permitiram grande proximidade e articulação na implementação do PROJETO. A primeira e a última reunião realizadas no período do relato, ocorreram respetivamente em 10 de dezembro de 2020 e em 3 de agosto de 2021.

Dada a sua relevância e utilidade, desde junho de 2020, o SON começou a organizar previamente reuniões preparatórias com os Parceiros nacionais, tornando assim mais efetivas e conclusivas as reuniões bilaterais trimestrais, com a vantagem de melhor disciplinar as eventuais solicitações pontuais que os Parceiros tendem a apresentar à UIC-PFMO, de forma isolada e fora do contexto das reuniões de CCT, para resolução e/ou satisfação das respetivas necessidades próprias.

5. Visibilidade

Neste ano 4 de existência, tem-se prosseguido e aprofundado o trabalho de divulgação das atividades e iniciativas do PROJETO através dos canais próprios de comunicação (website e redes sociais), assim como meios de comunicação nacionais.

Neste ano, completou-se o primeiro ano completo de divulgação das newsletters mensais, enviadas a mais de 100 contactos de e-mail, com um resumo das atividades realizadas em cada mês.

Website

É o sítio da internet onde as notícias de todas as atividades de PROJETO são divulgadas, e onde se disponibiliza toda a informação relacionada com o PROJETO OSAN POVU NIAN JERE HO DI'AK, incluindo a documentação produzida, recursos, divulgação, agenda, comunicação e a respetiva agenda das atividades planeadas.

O Website tem servido sobretudo como repositório de documentação e informação sobre o PROJETO e os Parceiros, incluindo informação institucional e de transparência. Os acessos são constantes, com alguns picos de procura coincidentes com a divulgação de ações específicas, como aconteceu com o programa de apoio aos Jornalistas durante a pandemia, que gerou uma procura relevante em Timor-Leste.

Figura 18: Estatística da Visualização do site PFMO



As principais origens de procura são a partir de Timor-Leste, seguidos da Índia, Estados Unidos, Portugal e China – sendo que os tempos de procura evidenciam que na maioria dos casos a procura com origem nos países grandes estará relacionada com motores de busca. Na prática, além de Timor-Leste, a procura tem origem na Europa e em países de língua portuguesa (seis em dez países) e na Indonésia. Os tempos médios de visualização são de 01:50, sendo de 02:48 em Timor-Leste.

Figura 19: Tempos médios de visualização do site PFMO

País	Aquisição			Comportamento		
	Utilizadores	Novos Utilizadores	Sessões	Taxa de rejeições	Páginas/Sessão	Duração média da sessão
	3 669 % do total: 100,00% (3 669)	3 617 % do total: 100,11% (3 613)	5 070 % do total: 100,00% (5 070)	72,64% Média por visualização de propriedade: 72,64% (0,00%)	1,93 Média por visualização de propriedade: 1,93 (0,00%)	00:01:50 Média por visualização de propriedade: 00:01:50 (0,00%)
1. Timor-Leste	1 571 (42,69%)	1 529 (42,27%)	2 677 (52,80%)	64,55%	2,15	00:02:48
2. India	630 (17,12%)	628 (17,36%)	692 (13,65%)	86,85%	1,19	00:00:24
3. United States	531 (14,43%)	530 (14,65%)	533 (10,51%)	97,94%	1,09	00:00:04
4. Portugal	480 (13,04%)	464 (12,83%)	641 (12,64%)	62,40%	2,76	00:01:45
5. China	68 (1,85%)	68 (1,88%)	68 (1,34%)	100,00%	1,00	00:00:00
6. Angola	54 (1,47%)	54 (1,49%)	62 (1,22%)	83,87%	1,23	00:01:02
7. Brazil	54 (1,47%)	54 (1,49%)	64 (1,26%)	85,94%	1,44	00:00:16
8. Mozambique	44 (1,20%)	44 (1,22%)	46 (0,91%)	82,61%	1,39	00:00:44
9. Cape Verde	26 (0,71%)	26 (0,72%)	31 (0,61%)	80,65%	3,03	00:01:48
10. Indonesia	21 (0,57%)	20 (0,55%)	26 (0,51%)	92,31%	1,15	00:00:45

Facebook

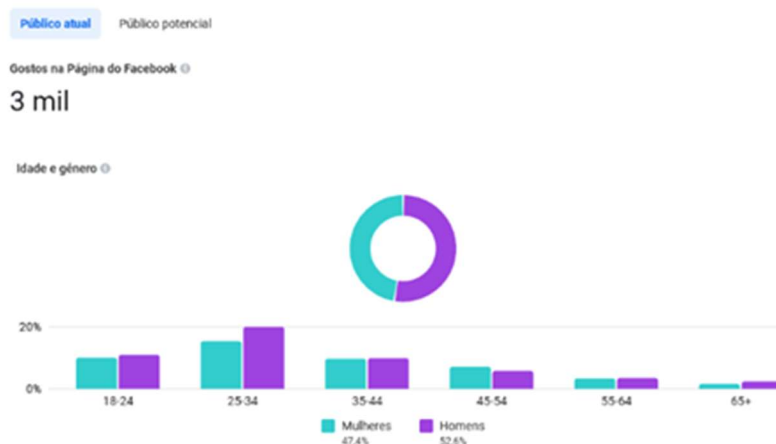
A página de Facebook tem sido a via de comunicação mais procurada, acessível e rápida para divulgação e na procura de atividades e informação do PROJETO. Todas as atividades têm uma considerável resposta por parte dos seguidores, que têm interagido de forma ativa a cada postagem.

Em setembro de 2021, a página ultrapassou o limiar dos 3.000 seguidores, sendo aquela que tem mais visibilidade ao nível de projetos autónomos em Timor-Leste, com um nível de procura próximo dos projetos regionais da União Europeia, como o Procultura (Palop-TL) ou de países de maior dimensão como Angola, como o RETFOP.

Total de publicações (posts) – 126

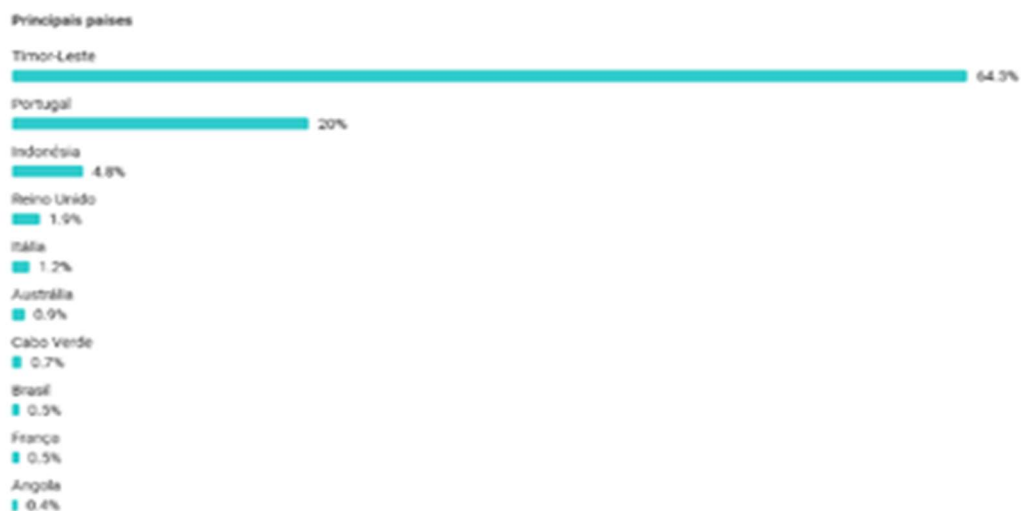
Principais temas: datas comemorativas nacionais e internacionais – 17; Vagas de trabalho – 5; Newsletter – 7; Indicadores mensais – 6; Atividades SC e Comunicação Social – 28; Atividades PN – 9; Atividades PCIC e CAC – 8; Atividades IGE e CdC – 23; Atividades Equipa Língua Portuguesa – 4; Outros publicações – 11

Figura 20: Desagregação da visualização do site PFMO (H/M)



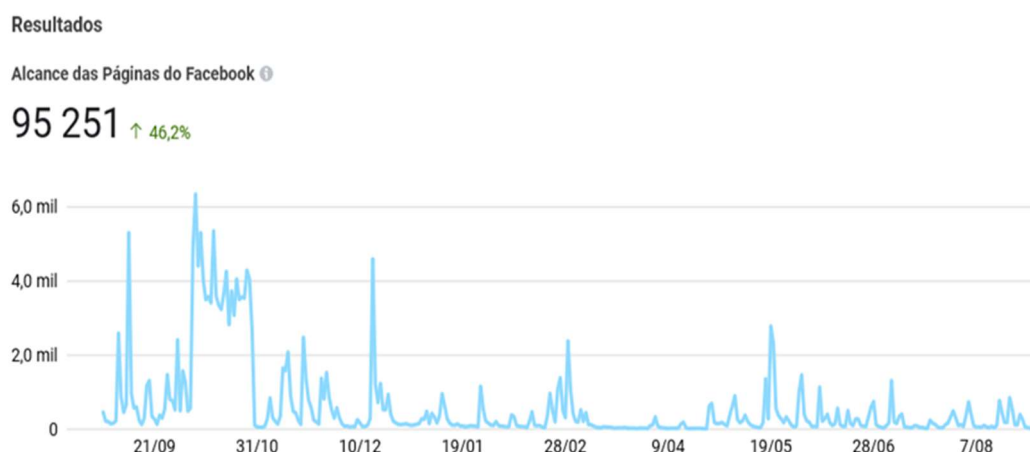
No que respeita à caracterização dos utilizadores, a faixa etária mais ativa dos utilizadores é entre os 25 a 34 anos, seguida dos grupos dos 18-24 e 35-44 anos de idade, com uma distribuição equilibrada entre 47,4% de Mulheres e 52,6% de Homens.

Figura 21: Desagregação dos seguidores do site PFMO (País)



A grande parte dos seguidores encontra-se em Timor-Leste, seguido de Portugal, Reino Unido, Indonésia e Itália, sendo os restantes em percentagens inferiores a 1%, residuais.

Figura 22: Nível de acesso mensal ao site do PFMO



No que respeita ao alcance da Página, constata-se que o maior pico de acessos foi entre os meses de setembro a outubro de 2020, coincidindo também com um grande volume de atividades do PROJETO.

As publicações que tiveram maior alcance na página de Facebook, são as relativas a iniciativas da sociedade civil e comunicação social, bem como as que se referem à presença do PROJETO em programas de televisão. Assim:

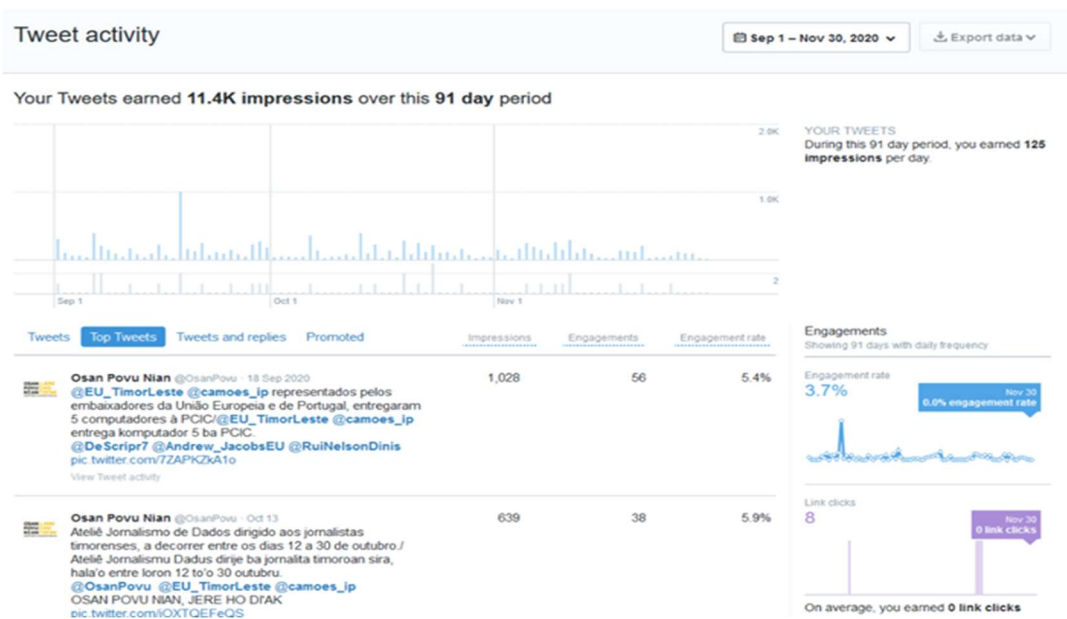
Figura 23: Publicações do Site PFMO com maior Alcance e Reações

Publicação	Data de publicação	Alcance	Gostos e reações	Comentários	Partilhas	Cliques na ligação
Hoje realizou-se a cerimónia de encerramento e a entrega de certificados do Curso Fake News e Desinformação e do Ateliê Jornalismo de Dados, que decorreu na sala Orquídea, do Hotel Timor	15/12/2020	9338	291	16	14	226
O Projeto OSAN POVU NIAN, JERE HO DI AK lançou estas duas perguntas: - O que significa para si ser independente?	19/05/2021	4391	258	20	13	553
O Projeto OSAN POVU NIAN, JERE HO DI AK está a participar no programa Dader Kmanek na GMN TV, numa entrevista feita ao Coordenador-Geral, Rui Dinis e ao Técnico de Monitorização e	25/11/2020	3954	176	19	11	163
Na passada sexta-feira, dia 28 de maio terminaram duas formações realizadas pelo projeto Osan Povu Nian, a formação e-Government e Acesso à Informação foi dirigida a membros da	30/05/2021	3182	88	2	7	156
Hoje decorreu a cerimónia de encerramento e entrega dos certificados do Curso Gestão Financeira - Indicadores Económicos/ Financeiros e Orçamentais, no Centro Cultural Português- Díli, na	01/03/2021	3081	84	3	6	124
No dia 25 de fevereiro, o projeto OSAN POVU NIAN, JERE HO DI AK participou no Seminário Comunicação e Visibilidade organizado pela União Europeia em Timor-Leste, que decorreu no	25/02/2021	3010	122	3	6	125
Finalizou há pouco o primeiro dia da Formação Comunicação Digital que decorreu através da plataforma Microsoft Teams e que irá decorrer até ao dia 7 de maio.	25/04/2021	2222	80	12	5	100
Decorreu hoje o primeiro dia da formação Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - Excel (2ª edição), dirigida a 10 auditores da Câmara de Contas, que irá decorrer até o dia 27 de agosto na	16/08/2021	2017	90	1	6	177
Para celebrar o Dia da Restauração da Independência, o Projeto OSAN POVU NIAN, JERE HO DI AK decidiu perguntar a alguns dos formandos da formação, que está a decorrer de momento de e-	19/05/2021	1972	132	6	3	153
Decorreu hoje a cerimónia de encerramento e entrega de certificados do Curso de Literacia Orçamental para a Sociedade Civil (3.ª edição), na sala Maubara, no Hotel Timor Plaza.	27/11/2020	1933	98	2	8	54

Twitter

A presença nesta rede social é muito discreta, dada a sua pouca procura na comunidade timorense. Ainda assim, o Twitter tem procura e utilização por muitos líderes de opinião e grande expressão internacional, pelo que se mantém uma presença assídua das atividades de PROJETO na mesma.

Figura 24: Publicações do Site com maior Alcance e Reações



Newsletter

Este foi o primeiro ano completo de distribuição da Newsletter do Projeto, tendo sido publicados 12 números mensais, no final de cada mês, que incluíram 55 notícias e 12 notas mensais da Coordenação, publicados no Website e divulgados na página de Facebook, assim como enviado a 144 subscritores e aos contactos institucionais através de email.

Figura 25: Publicações da Newsletter





Programas de televisão

O programa do canal de televisão GMN “Dader Kmanek” dedicou a sua emissão da manhã do dia 26 de novembro de 2020, em transmissão direta, à apresentação e divulgação do Programa de Apoio aos Órgãos de Comunicação Social (OCS) e aos Jornalistas Timorenses, desenvolvido no âmbito do PFMO – OSAN POVU NIAN JERE HO DI’AK, para ajuda de emergência e resposta à crise no setor e para os profissionais do jornalismo, em resultado da pandemia da COVID-19 e do Estado de Emergência.

O programa contou com valiosos depoimentos do Embaixador de Portugal, José Pedro Machado Vieira e do Embaixador da União Europeia, Andrew Jacobs, que explicaram os seus objetivos e relevância como instrumento de ajuda excepcional aos jornalistas de Timor-Leste, confrontados com as dificuldades da crise de pandemia.

No programa foram divulgadas, pelo Coordenador Geral, Rui Dinis e pelo Técnico de Monitoria e Avaliação do PFMO, Miguel Alves, as principais medidas de apoio ao setor, que incluíram a aquisição de publicidade e de espaços de divulgação das atividades dos Parceiros na imprensa escrita e digital, bem como o apoio aos profissionais da comunicação, com a oferta de créditos de internet e comunicação (“pulsa”), a distribuição de máscaras de proteção individual aos jornalistas da linha da frente na cobertura ao COVID-19.

Figura 26: Participação do PFMO em programa da televisão “Dader Kmanek”, GMN



Link do programa: https://www.youtube.com/watch?v=fx5_A83foIY | Visualizações: 1170

No âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março 2021, o Projeto Osan Povu Nian participou também na organização de um talk-show no canal RTTL, com a duração de 55 minutos e que foi exibido em prime-time do canal público nacional.

O programa teve como convidadas a especialista da Comissão Anticorrupção (CAC), Zulmira da Costa e a investigadora da Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC), Sandra Carvalho Salgueiro, que foram entrevistadas pela assistente técnica do PFMO, Berta Antonieta, tendo permitido a discussão das suas funções profissionais e a relevância do papel da Mulher na liderança de instituições de supervisão, designadamente em órgãos de polícia criminal, sublinhando as diferenças existentes no valor das mulheres da supervisão, as características das lideranças no feminino, bem como o equilíbrio nas relações trabalho – emprego – família.

Figura 27: Participação do PFMO em talk-show de televisão por ocasião do Dia da Mulher, RTTL



Link do programa: https://www.youtube.com/watch?v=8_oukEYUaXU | Visualizações: 1819

Outros Eventos

No dia 10 de outubro 2020, no âmbito do “Díli International Film Festival (DIFF)”, a União Europeia organizou, na Fundação Oriente, uma exposição dos principais projetos em Timor-Leste que financia. Nesse âmbito o PFMO marcou presença num espaço foi disponibilizado informações gerais sobre o projeto e os seus parceiros. Expuseram--se vídeos e slide shows das atividades do PFMO e de apresentação das organizações parceiras do PFMO, e foram distribuídos outros materiais de apresentação da organização.

Figura 28: Participação do PFMO no “Díli International Film Festival (DIFF)”



No dia 25 de fevereiro 2021, o projeto “OSAN POVU NIAN, JERE HO DI’AK” participou ainda no **Seminário “Comunicação e Visibilidade”**, organizado pela União Europeia em Timor-Leste, que decorreu no Centro Cultural Português - Díli, na Embaixada de Portugal em Díli.

O objetivo do seminário visou salientar a importância do plano de comunicação e visibilidade e da sua implementação em projetos financiados pela União Europeia e cofinanciados por diferentes organizações.

Figura 29: Participação do PFMO no Seminário “Comunicação e Visibilidade”



PARTE FINANCEIRA

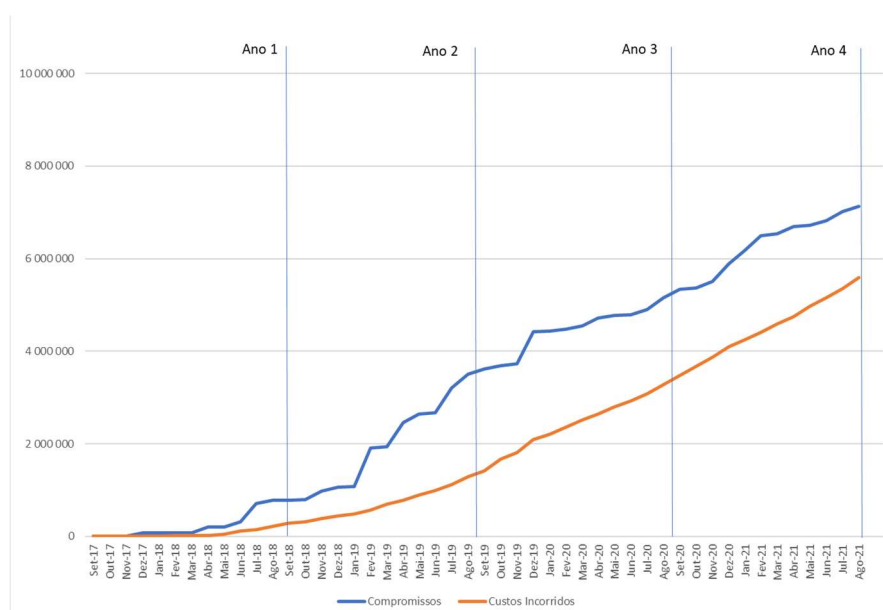
6. Despesas

No que respeita à execução financeira no período em análise, o valor dos compromissos jurídicos acumulados assumidos até 31 de agosto de 2021 foi de **7 126 894 EUR** (sete milhões, cento e vinte e seis mil oitocentos e noventa e quatro euros), dos quais **5 591 424 EUR** (cinco milhões, quinhentos e noventa e um mil quatrocentos e vinte e quatro euros) referem-se a custos já incorridos, valores que já incluem o correspondente a 7% a título de custos indiretos/remuneração do Camões, I.P., cfr. **Anexo III**.

Figura 30: Execução Financeira (valores acumulados ano 4)

Rubrica	Orçamento UE	Despesas	Compromissos	% Desp	% Comp
1. Recursos Humanos	1 591 021	1 250 836	1 450 837	78,6%	91,2%
2. Viagens e <i>per diem</i>	3 088 080	180 541	189 088	5,8%	6,1%
3. Equipamentos e fornecimentos	436 800	210 529	370 380	48,2%	84,8%
4. Escritório local e funcionamento	321 300	204 926	218 088	63,8%	67,9%
5. Serviços	1 752 600	383 901	644 801	21,9%	36,8%
6. Outros serviços a contratar	4 585 900	2 994 897	3 787 455	65,3%	82,6%
8. Custos Indiretos/Remuneração	824 299	365 794	466 245	44,4%	56,6%
Total Geral	12 600 000	5 591 424	7 126 894	44,4%	56,6%

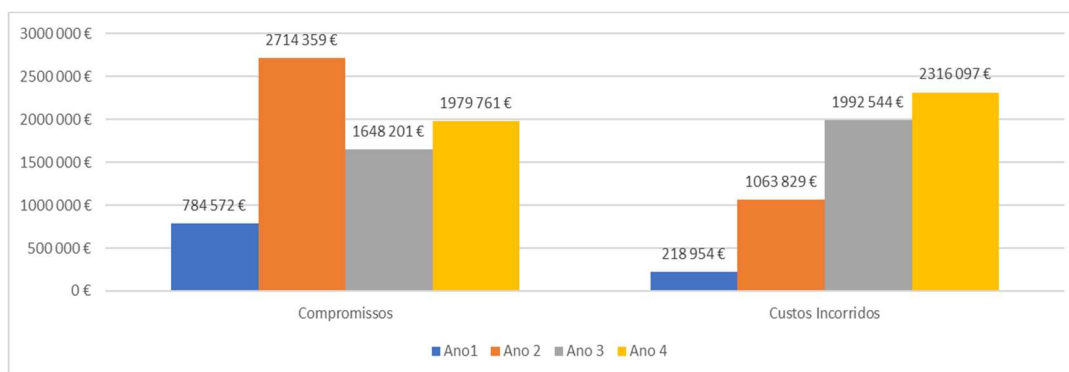
Figura 31: Evolução anual dos compromissos e custos incorridos



Face ao orçamento dos custos incorridos no projeto, alcança-se, no final do ano 4, um percentual de **44,4%** (comparando com um acumulado de 26% relativo ao Ano 3) e a taxa de execução dos compromissos jurídicos foi de **56,6 %** (comparando com um acumulado de 41,2% no Ano 3).

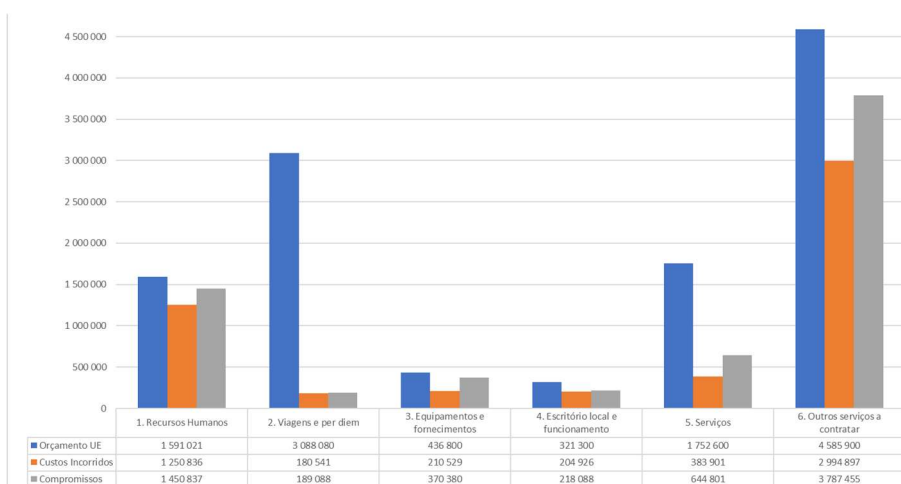
Da mesma forma, a comparação com os anos anteriores confirma o aumento progressivo e sustentado da execução contratual, ainda que suspeita a condicionantes de execução com a relevância da situação da pandemia, dos estados de emergência e as suas restrições.

Figura 32: Evolução da Execução Anual, por anos (Compromissos e Custos Incorridos)



Relativamente volume anual de compromissos e custos incorridos (figura acima), destaca-se que, apesar de todas as restrições e limitações à circulação internacional que ocorreram nos últimos 18 meses, foi possível aumentar o volume de custos incorridos e de compromissos no ano 4, no valor de **2 316 097 EUR** e **1 979 761 EUR**, respetivamente, apesar deste último só ter sido afetado pelas restrições da pandemia nos últimos seis meses.

Figura 33: Custos e compromissos acumulados no final do ano 4 por rubrica



No que diz respeito ao volume de contratualizações/custos face aos valores orçamentados por rubrica na figura acima, destaca-se:

1. A elevada execução da rubrica “1. Recursos Humanos” (Despesas com a equipa de suporte do projeto, em Portugal e Timor-Leste), rubrica “2. Equipamentos e Fornecimentos” (despesas de aquisição de equipamento para uso no programa, nas formações e para entrega a parceiros), bem como da rubrica “4. Escritório local e funcionamento” (restantes despesas correntes de funcionamento em Timor-Leste). As execuções de compromissos destas rubricas estão em linha com o expectável nesta fase de projeto, tendo em consideração o período de duração originalmente previsto.
2. A muito baixa execução da rubrica “2. Viagens e Perdiem”, e “5. Serviços”, esta última correspondente na sua quase totalidade a *Serviços de Formação*, que resulta da impossibilidade de viajar para realização de formações fora de Timor-Leste, dado o fecho do espaço aéreo de Timor-Leste desde março de 2020, precisamente quando se ia dar início às atividades de formação dos parceiros no exterior após um período de formação inicial e Timor-Leste.
3. A relativamente elevada execução da rubrica “6. Outros Serviços a Contratar”, que inclui as despesas com as Assistências Técnicas, Gestores de área e Equipa da Língua Portuguesa, assim como todos os restantes custos relativos à realização de formações, seminários e workshops. Esta rubrica foi afetada pela impossibilidade de realização de formações durante os períodos de confinamento obrigatório, compensada parcialmente com o reforço das assistências técnicas aos parceiros, que se mantiveram sempre em funcionamento durante todo o período de fecho de espaço aéreo e de confinamento em Timor-Leste.

7. Auditoria

Nos termos dos Artigos 3.10 a 3.12 das Condições Gerais, será submetido – no prazo de 30 dias após a submissão do presente relatório – um Relatório de Verificação de Despesas incorridas pelo Camões, I.P. no período em análise, de 01-09-2020 a 31-08-2021.

Este procedimento foi igualmente adotado nos anos anteriores de PROJETO, a que acresce uma auditoria externa do Tribunal de Contas Europeu, realizada em janeiro de 2021, sobre despesas do Ano 1. No âmbito das auditorias realizadas ao PROJETO PFMO Componente 2, não se detetou nenhuma não conformidade ou registo de fraqueza nos sistemas de gestão.

8. Pedido de Pagamento

Considerando a execução de despesa do período reportado e o valor provisionado na origem pelas entidades financiadoras, verifica-se que as disponibilidades asseguradas pelas contribuições do Camões, I.P. e pela transferência da União Europeia, a última realizada em fevereiro de 2021, num montante total de 1 658 464,69 EUR estão assegurados de forma suficiente os encargos estimados para a boa execução do projeto nos próximos meses.

Por outro lado, a baixa execução em algumas rubricas no orçamento face ao previsto nesta altura do projeto, situação exposta e fundamentada nos capítulos anteriores, os compromissos jurídicos acumulados assumidos até 31 de agosto de 2021, no valor de **7.126.894 EUR**, significativamente abaixo do plafond de referência de 70% do último pedido e 100% dos pedidos anteriores, não justifica a realização de um novo pedido de pagamento nesta fase do projeto.

Figura 34: Cálculo do pedido de pagamento

5º pedido de pagamento	
1. Valor dos pré-financiamentos anteriores (1º, 2º e 3º pedido)	8 499 735
2. Valor do último pré-financiamento (4º pedido)	1 658 465
3. Total do pré-financiamento obtido	10 158 200
4. 70% do último pré-financiamento + 100% anteriores (5. = 70%*2.+100%*1.) - Limite para pedido de pagamento, art. 19.1 b) ii	9 660 661
6. Compromissos jurídicos no final do Ano 4	7 126 894

Assim, tendo em conta o valor dos compromissos assumidos até 31 de agosto de 2021, e o montante de prefinanciamento já recebido e disponível, é, nos termos acordados com a DUE, apresentado um pedido de pagamento com um valor de **0 EUR (zero euros), cfr. Anexo VI.**

9. Calendário de atividades e orçamento previsional

Apesar da evolução da execução nos anos 3 e 4, não foi possível a desejada recuperação com o agravamento das condições de execução do PROJETO por força da COVID-19 e do Estado de Emergência.

Por esse motivo, e em resultado do diálogo levado a cabo com a Delegação da União Europeia em Díli e com o Serviço do Ordenador Nacional, resulta a necessidade de se fazer prolongar o período de implementação do projeto, que termina a 28 de fevereiro de 2022.

Os **Anexos IV e V, calendário de atividades e orçamento previsional**, respetivamente, **para o próximo período de relato de 12 meses (Ano 5)**, no valor total de **5.435.394 EUR** de despesas previstas, das quais **3.899.924 EUR** relativas a novos compromissos, assentam no pressuposto da aceitação do pedido de extensão entretanto remetido por ofício⁴ a 10 de novembro de 2021.

Este planeamento de ações fundamenta-se nas seguintes linhas de realização:

- a) Reforçar e consolidar as ações de assistência técnica de média e longa duração nas diversas áreas de intervenção do Projeto;
- b) Garantir o tempo adequado à decisiva execução das ações de capacitação de média e longa duração, designadamente a realização da 2.^a e 3.^a edição do programa de Formação de Juízes, bem como as edições dos programas PADIF (Programa Avançado de Direito Financeiro, destinado a juristas das instituições superiores de controlo) e SUFIP (Programa Avançado de Supervisão em Finanças Públicas), destinado a dirigentes, chefias e quadros especializados das instituições, e ainda a formação de auditores que permita o acesso à certificação internacional, a realizar em Portugal. Estas ações revestem-se de natureza qualitativa, estrutural e transformadora, para os níveis elevados dos resultados pretendidos com o Projeto;
- c) Assegurar a conclusão do plano das assistências técnicas de média duração junto dos parceiros, que contam com a capacitação *on-the-job*;
- d) Preparar a instalação e funcionamento, após o período de transição, da futura organização do Tribunal Superior Administrativo Fiscal e de Contas (TSAFC) e dos Tribunais de primeira instância, de acordo com a proposta da nova Lei de Organização Judiciária (LOJ), e que constituirá, a concretizar-se, uma das principais realizações do AD e da componente 2 do PFMO, completando assim a arquitetura futura e dotando as instituições judiciais do País dos recursos técnicos e de especialidade necessários para a estrutura de cúpula prevista na Constituição do País.
- e) Assegurar melhores condições para a programação, calendarização e execução das ações previstas ao longo do tempo, por forma a garantir a flexibilidade, resiliência e adaptabilidade necessárias ao período de crise e pós-crise, evitando a sua excessiva concentração no ano 5 do Projeto.

10. Declaração de Gestão

Nos termos do Artigo 3.10 das Condições Gerais do Acordo de Delegação, junta-se uma Declaração de Gestão (Anexo VII). O Parecer de Auditoria a que se refere o ponto 3.11, será enviado nas condições regulamentares previstas no ponto 3.12.

⁴ CICL-I/2021/2909 de 29/10/2021

ANEXOS

Anexo I – Matriz Quatro Lógico

Anexo II – Atividades/ações Ano 4

Anexo III – Relatório Financeiro Ano 4

Anexo IV – Atividades previstas Ano 5

Anexo V – Orçamento Previsional Ano 5

Anexo VI – Pedido de Pagamento

Anexo I - Matriz do Quadro lógico

	Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
Impacto (Obj. geral)	Contribuir para uma prestação de serviços públicos mais eficaz, íntegra, transparente, responsável e orientada para o cidadão, em linha com o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030	Avaliação externa em matéria de gestão de finanças públicas (GFP)	2014 (dados 2013): <ul style="list-style-type: none"> • Public access to fiscal information - B • Availability of performance information on service delivery – D 	Relatório PEFA 2020 (dados 2018): <ul style="list-style-type: none"> • <i>Public access to fiscal information - D</i> • <i>Availability of performance information on service delivery – D</i> 	<i>Relatório PEFA (2023):</i> <ul style="list-style-type: none"> • Public access to fiscal information - B+ • Availability of performance information on service delivery – C 	Publicação dos resultados das Avaliações PEFA - <i>Public Expenditure and Financial Accountability</i>	
		Open Budget Index (OBI)	2017: <ul style="list-style-type: none"> • Transparência: 40 • Participação Pública: 9 • Fiscalização orçamental: 56 	2019: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Transparência: 40</i> • <i>Participação Pública: 6</i> • <i>Fiscalização orçamental: 48</i> 	Meta 2023: <ul style="list-style-type: none"> • Transparência > 40 • Participação Pública > 9 • Fiscalização orçamental > 56 	Relatórios da Open Budget Initiative (OBI)	
		Índices da Transparência Internacional (TI)	2017: 38	2020: 40	2023: > 38	Relatórios da Corruption Perception Index	
		Indicadores de governação do País [Worldwide Governance Index (WGI)]	2017: <ul style="list-style-type: none"> • Voz e responsabilização: 0,34 • Estabilidade política e ausência de violência: 0,03 • Eficácia do governo: - 1,01 • Qualidade regulamentar: - 0,74 • Estado de direito: - 1,17 	2020: <ul style="list-style-type: none"> • <i>Voz e responsabilização: 0,4</i> • <i>Estabilidade política e ausência de violência: 0,2</i> • <i>Eficácia do governo: - 0,8</i> • <i>Qualidade regulamentar: - 0,8</i> • <i>Estado de direito:</i> 	2023: <ul style="list-style-type: none"> • Meta 2023: • Voz e responsabilização: > 0,34 • Estabilidade política e ausência de violência: > 0,03 • Eficácia do governo: > - 1,01 • Qualidade regulamentar: > - 0,74 	Relatórios do Worldwide Governance Index	

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos	
		• Controlo da corrupção: -0,54	- 1,2 • <i>Controlo da corrupção: -0,3</i>	• Estado de direito: > - 1,17 • Controlo da corrupção: > - 0,54			
Realização(ões) (Objetivo(s) específico(s)/ Outcome (s))	Reforçar o planeamento, a gestão, a auditoria, a monitorização, a responsabilização e a supervisão do uso das finanças públicas para uma melhor prestação de serviços públicos	1.1 Número de instrumentos regimentais utilizados para fiscalização de dinheiros públicos a pedido das Comissões do PN que tenham a cargo matérias dos Assuntos Constitucionais, Justiça e Finanças Públicas	2018/2019: 78	08/2021: <i>informação não disponibilizada pelo parceiro em tempo hábil</i>	2023:40 ¹	Relatório de atividades anual da entidade beneficiária; Atas das reuniões das Comissões C e A	O Governo mantém o seu compromisso de aprofundar a reforma da Gestão das Finanças Públicas;
		1.2 Número de instrumentos regimentais das Mulheres Parlamentares sobre o orçamento dedicado às questões de género promovido pelo Grupo de Timor-Leste (GMPTL)	2018/2019: -- ²	08/2021: <i>informação não disponibilizada pelo parceiro em tempo hábil</i>	2023: 6	Relatório de atividades anual da entidade beneficiária; Relatórios do GMPTL	Estabilidade política; Ausência de restrições orçamentais; Parceiros institucionais favoráveis à mudança e recetivos à adoção de novas metodologia, processos e meios
		1.3 Qualidade dos relatórios de supervisão e propostas de alteração ao OGE aprovados em comissão e plenário no âmbito de matérias dos Assuntos Constitucionais, Justiça e Finanças Públicas (Comissões A e C do Parlamento Nacional)	2018: N/A	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: > 50%	Questionário de satisfação a painel de avaliadores (amostra representativa de deputados Timorenses)	
		2.1 N.º de relatórios de auditoria / Parecer da CGE / Relatórios de Verificação e Vistos aprovados anualmente pela CdC	2018 : 4 relatórios	08/2021: 5	2023: 8	Publicações oficiais no website Tribunais de Timor-Leste (tribunais.tl) e Relatórios de atividades TdR/CdC; Relatórios dos Assistentes Técnicos	

¹ Média dos anos do projeto – retirando-se efeitos extraordinários como os verificados em 2018/2019 no qual se verificaram dois OGE.

² Em set 2019/dez 2020 houve 13 audiências da GMPTL no âmbito da PPL OGE 2020 + audiência PPL OGE 2019 + 21 audiência outras temas ligados à igualdade de género.

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
	2.2 Prazo médio anual de condução de auditorias e de produção dos respetivos relatórios ³	2018: 36 meses	2020: >36 meses	2023: <24 meses	Publicações oficiais no website Tribunais de Timor-Leste (tribunais.tl) e Relatórios de atividades TdR/CdC e relatórios dos Assistentes Técnicos	
	2.3 Prazo para emissão do Relatório e parecer sobre a Conta Geral do Estado (CGE)	2018: dezembro 2019	2020: dezembro 2020	2023: Até final de dezembro do ano seguinte a que respeita a CGE, conforme art. 29 de Lei de enquadramento da Câmara de Contas	Jornal da Republica de Timor/ Website Tribunais de Timor-Leste (tribunais.tl)	
	3.1. Prazo médio entre o recebimento da denúncia pela PCIC e a participação ao MP	2018: 9 dias	08/2021: 3 dias	2023: < 6 dias	Relatórios anuais dos Assistentes Técnicos e Gestor Área Criminalidade Económico-financeira	
	3.2. Percentagem de autos de participação (notícia) enviados ao MP, face ao total recebido pela CAC	2018: 85,7%	2020: 52%	2023: 90%	Relatórios anuais dos Assistentes Técnicos e Gestor Área Criminalidade Económico-financeira	
	3.3. N.º de auditores e inspetores da IGE com “Internal Audit Practitioner designation”, certificação conferida pelo Institute of Internal Auditors (IIA)	2018: 0	08/2021: 0	2023: 2	Certificados emitidos pelo Instituto Interno de Auditores (IIA)	
	4.1. Instalação da Unidade de Auditoria e Perícia Financeira (UAPF) da PGR	2018: N/A	08/2021: N/A	2023: Instalação da UAPF antes de 08/2022	Relatório de atividades anual da entidade beneficiária; Relatório do Gestor Área Criminalidade Económico-financeira	

³ O Prazo médio de condução de auditorias e de produção dos respetivos relatórios, deve ser a data entre o Plano Ação de Anual de Auditoria da Câmara de Contas e a data de decisão dos juizes do relatório/ conclusão. O parceiro não tem a informação data de início dos trabalhos, pelo que devemos considerar o PAA (que vai aumentar muito o prazo médio de condução de auditorias e produção dos respetivos relatórios). No TC o prazo médio é analisado entre a data do PGA e data de conclusão do relatório.

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
	4.2. N.º de relatórios técnicos e periciais produzidos por ano pela Unidade de Auditoria e Perícia Financeira (UAPF/PGR)	2018: N/A	08/2021: N/A	2023: 8 anual (Pelo menos 20% dos processos de Crime económico-financeiro complexos; Neste momento a PGR tem cerca de 60 processos pendentes)	Relatório do Gestor Área Criminalidade Económico-financeira	
	5.1. Número de setores abrangidos pelos relatórios de auditoria social elaborados por Atores não estatais/OSC	2018: 3	2020: 5 relatórios de setores global + cesta básica	2023: 4 (as 4 áreas de desenvolvimento e em linha com SDS de 2030: agricultura, educação, infraestrutura básica/saúde e assuntos sociais)	Relatórios de Auditoria apresentado no âmbito do Seminário Nacional da FONGTIL; Relatório Anual do Gestor de área de Auditoria Social	
	5.2. Percentagem de recomendações de auditoria (descobrimientos) partilhadas com as Comissões especializadas do PN apresentadas por Atores não estatais (nos sectores de agricultura, educação, infraestrutura básica/saúde e assuntos sociais e/ou observações sobre o orçamento dedicado a questões de género)	2018: 0	08/2021: 18 cartas apresentadas <i>(informação sobre o total indisponível para apresentação de %)</i>	2023: 15%	Atas das Reuniões do PN / Relatório Anual do Gestor de área de Auditoria Social	
	6.1. Numero de órgãos de comunicação social que criaram um espaço regular dedicado as finanças e assuntos económicos	2018: 0	08/2021: 0	2023: 4 1 Televisão – 2 rádios comunitárias – entre as quais Radio Komoro-Dili- 1 jornal como Timor-Post – Café Dedeir (Programa dedicado as atualidades do país criam espaço regular dedicado as finanças públicas)	Análises do Departamento de Desenvolvimento e Monitorização Média, Conselho de Imprensa; Relatório Anual do Gestor de área de Auditoria Social	

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos	
	6.2 Percentagem de jornalistas com conhecimento ampliado sobre públicas e maior capacidade de produzir notícias de cariz económico	2018: N/A	08/2021: <i>questionário de avaliação a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: > 30%	Questionário aplicado aos jornalistas		
Produtos (Outputs)	1. Parlamento Nacional (PN) com um papel fortalecido em termos de análise, auscultação e tomada de decisão relativamente ao OGE, bem como de fiscalização da sua execução.	N.º de horas de formação concluídas ⁴ por Deputados e técnicos parlamentares em termos de contratação pública, supervisão orçamental, gestão das finanças públicas, receitas dos recursos naturais, legislação orçamental e fiscal e orçamentação sensível ao género	2018: 0	08/2021: 3.655,5	2023: 5200 ⁵ H/M 50%/50%	Folhas de presença	PN mantém o seu compromisso em aprofundar a Reforma da Gestão das Finanças Públicas; PN disponibiliza técnicos para acompanhamento das formações e AT; Ausência de imprevistos e condicionamentos logísticos e de mobilidade fora do controlo do Projeto
		Taxa de satisfação dos Deputados e técnicos parlamentares sobre a formação concluída	2018: N/A	08/2021: 85,65%	2023: > 75%	Formulários de conclusão e avaliação das formações	
		Número de relatórios e pareceres produzidos com o apoio do projeto	2018: 0	08/2021: 6	2023: 6	Relatórios Anuais do Gestor de Área Supervisão Orçamental e Assistentes técnicos	
		Número de melhorias de carácter organizacional, processual e metodológico, propostos e postos em prática com o apoio do projeto	2018:0	08/2021: 3	2023: 3	Relatórios Anuais do Gestor de Área Supervisão Orçamental e Assistentes técnicos	
		Nível de satisfação dos dirigentes da Instituição com as alterações introduzidas e com a capacitação do seu pessoal	2018: N/A	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: > 75%	Questionário de satisfação	
		Número de atividades para reforço da coordenação e trabalho conjunto do PN, CdC, Sociedade Civil e Comunicação social, definidas e implementadas	2018:0	08/2021: 1	2023: 3	Relatório de Progresso Anual do Projeto	

⁴ Volume de horas = N.º participantes x horas de cada ação de formação

⁵ Tem em consideração de que devido às últimas medidas tomadas desde março de 2021, não é de prever que em 2021 se alcance o número de horas projetadas de formação devido ao número de participantes por formação e dias de formação (que poderá só considerar metade do dia, dado que o Parlamento Nacional se encontra a trabalhar por turnos).

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
2. Câmara de Contas (CdC) com capacidade técnica e institucional reforçada, com vista numa possível evolução para um Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas (TSAFC)	N.º de auditores da CdC com Nível B2 de língua Portuguesa para fins específicos	2018: 0	08/2021: 0 (29 auditores em formação Nível B2 até ao final de 2021)	2023: 29 (100% do universo de auditores da CcC) H: 22 / M: 7	Relatórios de final de curso dos docentes de com informação sobre o aproveitamento	Aprovação do enquadramento / base legal para constituição do TSAFC; A CdC conta com um orçamento adequado à execução das suas funções; Ausência de imprevistos e condicionalismos logísticos e de mobilidade fora do controlo do Projeto
	Estudo de instalação para o modelo orgânico do TSAFC elaborado	N/A	08/2021: N/A (só possível após aprovação da lei de funcionamento dos tribunais)	2023: 02/2022 - entregue o estudo de instalação ao Ministro que superintende a pasta da justiça		
	N.º horas de formação acumuladas ⁶ para juízes concluídas em matérias relativas às competências do TSAFC	2018: 0	08/2021: 3010	2023: 1200	Folhas de presença	
	N.º seminários e workshops temáticos para partilha de experiências e conhecimentos entre instituições superiores de controlo	2018: 0	08/2021: 2	Meta 2023: 4 ⁷	Folhas de presença; Relatório anual de Progresso do Projeto	
	N.º de Estudos, pareceres, instruções de trabalho e publicações, manuais, Regulamentos, Instrumentos de Gestão e outros relatórios produzidos anualmente com o apoio do projeto	2018: 0	08/2021: 146	2023: 205	Relatórios Anuais do Gestor de Área de Auditoria Financeira e Assistentes técnicos	
	N.º de iniciativas de promoção de melhoria do funcionamento dos serviços/ processos internos postos em prática pela instituição com o apoio do projeto (valor acumulado)	2018:0	08/2021: 2	2023: 4	Relatórios dos Assistentes técnicos à CdC	
	Nível de satisfação dos dirigentes da Instituição com as alterações introduzidas e com a capacitação do seu pessoal	2018:0	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: a consultar	Questionário de satisfação	
3. Comissão Anticorrupção (CAC), a Polícia Científica de Investigação Criminal (PCIC) e Inspeção	N.º de inspetores e especialistas da PCIC e CAC com Nível B1 de língua Portuguesa para fins específicos	2018: 0	08/2021: 0 (61 da Inspetores e especialistas da PCIC e 35 da CAC em formação até ao final de 2021)	2023: 43 (34% do universo de inspetores e especialistas da PCIC e 19% do universo de inspetores e especialistas da CAC)	Relatórios de final de curso dos docentes de com informação sobre o aproveitamento	PCIC, CAC e IGE contam com um número adequado de pessoal e

⁶ Volume de horas = N.º participantes x horas de cada ação de formação

⁷ Eventos com PN e CPLP

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
Geral de Estado (IGE) com capacidades reforçadas em matéria de prevenção e de investigação de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais	N.º de auditores da IGE com Nível B2 de língua Portuguesa para fins específicos	2018: 0	08/2021: 0 (13 auditores em formação Nível B2 até ao final de 2021)	2023: 25 (89% do universo de auditores da IGE) H: 17 / M: 8	Relatórios de final de curso dos docentes de com informação sobre o aproveitamento	estabilidade dos quadros; Ausência de imprevistos e condicionalismos logísticos e de mobilidade fora do controlo do Projeto
	N.º de horas de formação para Inspetores e especialistas PCIC e CAC em matérias de investigação de crimes económico-financeiros e informáticos	2018: 0	08/2021: 2643	2023: 1000 H/M 50%/50%	Folhas de presença	
	Taxa de satisfação/utilidade em relação à formação concluída em matérias de investigação de crimes económico-financeiros e informáticos	2018: N/A	08/2021: 84%	2023: > 75%	Formulários de conclusão e avaliação das formações	
	N.º de horas de tutoria, assistência técnica e Missões em matérias de investigação de crimes de natureza económico-financeira, corrupção e branqueamento de capitais	2018: 0	08/2021: 1448	2023: 2850	Folhas de presença e Relatórios de Atividade	
	PCIC dotada de sistema de Servidores	2018: N/A	08/2021: N/A (procedimento em curso – contrato adjudicado, pendente de entrega)	2021: Equipamento funcional nas instalações da PCIC antes de 12/2021	Auto de Aceitação	
	N.º de horas de formação concluídas em matérias de auditoria interna ministradas pelo Projeto – Auditores e Inspetores da IGE e ministros setoriais	2018: 0	08/2021: 1194	2023: 724h	Folhas de presenças	
	Taxa de satisfação média de Auditores e Inspetores da IGE sobre a formação concluída em matérias de auditoria interna	2018: N/A	08/2021: 83,34%	2023: > 75%	Taxa de satisfação média de Auditores e Inspetores da IGE sobre a formação concluída em matérias de auditoria interna	
	Nível de satisfação dos Dirigentes das Instituições com as alterações introduzidas e com a capacitação do seu pessoal	2018: 0	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: __	Questionário de satisfação	
4. Ministério Público (MP) com capacidade, institucional, e	N.º horas de formação concluídas por Magistrados em matérias da criminalidade económico-financeira	2018: 0	08/2021: 180	2023: 170 H/M 50%/50%	Folhas de presença	Contratação pela PGR de especialistas na

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
técnica, reforçadas para melhor representar o Estado no exercício da ação penal e salvaguarda da legalidade democrática para acompanhamento das responsabilidades financeiras designadas nos relatórios da CDC e relatórios de investigação criminal	Taxa de satisfação/utilidade em relação à formação concluída em matérias de criminalidade económico-financeira	2018: N/A	08/2021: 85,73%	2023: > 75%	Formulários de conclusão e avaliação das formações	área da contabilidade; MP conta com um número adequado de pessoal no desempenho das suas funções
	Número de eventos organizados envolvendo OPC e tribunais	2018: 0	08/2021: 1	2023: 3	Relatórios de Progresso Anual do Projeto	
5. Atores não estatais (ANE) e cidadãos com capacidade aumentada para participarem em processos políticos e de supervisão das instituições públicas e da prestação de serviços públicos (através da iniciativa de auditoria social)	N.º de membros da sociedade civil com Nível B1 de língua portuguesa formandos pelo Projeto	2018: 0	08/2021: 0 (27 em formação Nível B2 até ao final de 2021)	2023: Total: 101 (100%) H: 59 / M: 42	Relatórios de final de curso dos docentes de com informação sobre o aproveitamento	O Governo mantém o seu compromisso em promover valores fundamentais sobre a democracia, estado de direito e direitos humanos; ANE ativos e recetivos às ações do Projeto
	N.º horas de formação concluídas em matéria de auditoria social para técnicos das OSC	2018: 0	08/2021: 8.414	2023: 600 H/M 50%/50%	Folhas de presença	
	Taxa de Satisfação dos técnicos das OSC sobre a formação concluída em matéria de auditoria social	2018: N/A	08/2021: 83,73%	2023: > 75%	Formulários de conclusão e avaliação das formações	
	N.º de entidades locais (incluindo polos descentralizados) capacitadas para recolher dados e realizar relatórios de auditoria	2018: 0	08/2021: 0 (associado ao acordo com o CEPAD pendente da autorização de extensão)	2023: 5 (Dili+ 4 pólos nos municípios: Baucau, Manufahi, Covalima e Maliana)	Relatórios de progresso do Protocolo do CEPAD; Relatório Anual do Gestor de área	
	N.º de ações promovidas em conjunto por ANE e auditores nacionais/Instituições Superiores de Controlo Parceiras do Projeto	2018: 0	08/2021: 3	2023: 9	Relatório anual de Progresso do PFMO; Relatório Anual do Gestor de área	
	Nível de satisfação dos dirigentes da OSC (Diretores das ONGs membro da FONGTIL e RENAS) com as alterações influenciadas pelo Projeto e com a capacitação do seu pessoal	2018: N/A	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: > 75%	Questionário de satisfação	

Cadeia de resultados	Indicador Proposto	Cenário de base (valor e ano de referência)	Valor Atual	Meta (valor e ano de referência)	Fonte e meio de verificação	Pressupostos
6. Jornalistas com capacidade profissional melhorada, para que possam providenciar informação imparcial e rigorosa aos cidadãos	N.º de horas de formação de Jornalistas concluídas em matéria de produção de conteúdos noticiosos na área das Finanças Públicas	2018: 60	08/2021: 10.656	2023: 600 H/M 50%/50%	Folhas de presença	Jornalistas ativos e recetivos às ações do Projeto; Ausência de imprevistos e condicionalismos logísticos e de mobilidade fora do controlo do Projeto
	Taxa de Satisfação dos Jornalistas sobre a formação concluída em matéria de produção de conteúdos noticiosos na área das Finanças Públicas	2018: 69,55% (este dado fornecido pelo PFMO M&E tendo em conta que a área de apoio aos jornalistas resulta ativa desde o ano Em causa)	08/2021: 82,32%	2023: > 75%	Formulários de conclusão e avaliação das formações	
	Nível de satisfação dos dirigentes dos OCS com as alterações influenciadas pelo Projeto e com a capacitação do seu pessoal	2018: N/A	08/2021: <i>questionário a aplicar mediante aprovação da matriz</i>	2023: > 75%	Questionário de satisfação	

ANEXO II – ATIVIDADES/AÇÕES ANO 4

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R1A1 - Reforço dos conhecimentos de LP (PN)				
	ELP/12.1	Formações técnicas de elaboração/redação de textos técnicos e oficiais (relatórios, pareceres, ofícios, memorandos, notas técnicas, etc. - Ação 1 PN)	08/09/2020	11/09/2020
R1A2 - Capacitação dos deputados				
	R21/01	Assistência Técnica Média Duração - PN	01/01/2020	
	R21/27	Assistência Técnica de Curta Duração - Comissão C	01/10/2020	01/04/2021
	R21/30	Parecer económico do OE/2021	01/11/2020	15/11/2020
	R21/05	Assistência Técnica de Curta Duração- Código Mineiro	24/02/2021	14/07/2021
	R21/43	Apoio técnico à Lei Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública	01/03/2021	27/09/2021
	R21/44	Parecer económico da alteração ao OE/2021	05/04/2021	26/04/2021
R1A3 - Capacitação dos técnicos parlamentares				
	R21/41	Tutoria on-the-job CPIG/ Formação Análise do OGE em matérias de género"	06/11/2020	13/11/2020
	R21/06	Programa "Literacia Orçamental e Financeira"	22/02/2021	01/03/2021
	R21/40	Apoio ao Centro de Promoção de Igualdade de Género do PN	01/07/2021	
	R21/21	Apoio à Organização da Divisão de Planeamento e Avaliação do PN	01/09/2021	
	R21/22A	Formação em Gestão de Risco	09/11/2021	
	R21/22	Apoio à Organização do Gabinete de Auditoria Interna (A.I.)	01/12/2021	
R1A4 - Reforço da coordenação do PN com a CdC, SC e CS				
	R21/20	Seminário "Panorama Orçamental 2021"	04/11/2020	11/11/2020
	R21/32	Seminário "Igualdade de Género e Desenvolvimento"	15/10/2021	22/10/2021
	R21/26	Seminário "Panorama Orçamental 2022"	27/10/2021	03/11/2021
R1AT - Transversal Supervisão Orçamental				
	R21/34	Manual - fiscalização orçamental e política do Parlamento Nacional	01/09/2020	28/09/2021
	R21/04A	Jornadas Técnicas do Parlamento Nacional (Programa: "Elaboração e Análise de Relatórios Técnicos" - 1.ª Edição ")	07/09/2020	14/09/2020
	R21/29	Parecer económico do OE/2020	15/09/2020	29/09/2020
R23A1- Reforço de conhecimentos em LP (Auditoria Financeira: IGE+ TdR)				
	ELP/10.1	Produção de materiais - Manual de português/auditoria financeira - B2	01/04/2019	12/10/2020
	ELP/10.5	Produção de materiais - Manual de português/auditoria financeira - A1/A2	20/07/2020	11/01/2021
	ELP/10.4	Produção de materiais - Manual de português/auditoria financeira - B1	20/09/2020	14/03/2021
R23T - Transversal Auditoria Financeira				
	R23I/13.1	Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - IGE - Excel avançado	11/01/2021	25/01/2021
	R23I/13	Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - IGE	11/01/2021	01/03/2021
	R23I/13.2	Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - IGE - Excel Financeiro - Gestão Financeira	15/02/2021	01/03/2021
	RAF/22	O setor empresarial do estado	24/05/2021	21/06/2021
	RAF/01	Formação em risco em auditoria pública	14/06/2021	28/06/2021
	R23I/31	Técnicas de Elaboração de Documentos oficiais / Pareceres e Relatórios Técnicos (1ª e 2ª sessão)	26/07/2021	02/08/2021
R2A1 - Reforço de conhecimentos em LP (CdC/TR)				
	ELP/11.1	Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos auditores e magistrados da Câmara de Contas e do Tribunal de Recurso;	25/10/2019	

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
ELP/09.11		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - TR/CdC	20/07/2020	12/10/2020
ELP/09.11A		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - TR/CdC	26/10/2020	12/04/2021
ELP/08.1		Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa - CdC/TdR	01/05/2021	
ELP/09.18		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B2 - TR/CdC	28/06/2021	20/09/2021
ELP/09.19		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B2 - TR/CdC	27/09/2021	
R2A2 - AT ao plano de implementação do TSAFC				
R22/02		Assistência Técnica Câmara de Contas - Jurista	01/01/2020	
R22/01		Assistência Técnica Câmara de Contas - ECO-FIN	28/09/2020	
R22/04		Processo de avaliação de competências internas / auditores	01/01/2021	
R2A3 - Capacitação de juízes ref. TSAFC				
R2A4 - Capacitação Técnica Auditores CdC				
R22/12.1		Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - TdR/CdC -Excel	02/08/2021	30/08/2021
R22/12.2		Modelo de Tecnologias Avançadas de Informação - TdR/CdC - Bases de Dados e Tabelas Dinâmicas	20/09/2021	04/10/2021
R34T - Transversal Crime Económico-Financeiro				
RTC/06		Formação em Investigação de crimes de Corrupção e Conexos - Nova lei anti-corrupção	15/02/2022	
R3A1C - Reforço dos conhecimentos de LP (CAC)				
ELP/09.10		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - CAC	02/03/2020	02/11/2020
ELP/10.8		Produção de materiais - Manual de português /Criminalidade económico-financeira, fiscal e informática - A1/A2	20/07/2020	11/01/2021
ELP/09.15		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - CAC_OL	05/10/2020	01/03/2021
ELP/10.9		Produção de materiais - Manual de português/Criminalidade económico-financeira, fiscal e informática- B1	01/11/2020	21/03/2021
ELP/11.4		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos técnicos e especialistas da CAC	03/02/2021	
ELP/09.20		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - CAC	10/02/2021	
ELP/09.15A		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - CAC	22/02/2021	
ELP/10.10		Produção de materiais - Manual de português/Criminalidade económico-financeira, fiscal e informática - B2	10/04/2021	28/08/2021
ELP/09.21		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - CAC	01/05/2021	
ELP/09.22		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B2 - CAC	01/05/2021	
ELP/08.4		Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa - CAC	01/05/2021	
R3A1I - Reforço dos conhecimentos de LP (IGE)				
ELP/11.2		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos auditores da Inspeção Geral do Estado	19/08/2020	
ELP/09.13		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - IGE	01/09/2020	24/11/2020
ELP/09.13A		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - IGE	26/01/2021	24/08/2021
ELP/08.2		Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa - IGE	01/05/2021	
ELP/09.24		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B2 - IGE	20/09/2021	
R3A1P - Reforço dos conhecimentos de LP (PCIC)				
ELP/10.3		Produção de materiais - Manual de português/Prevenção e investigação criminal - A1/A2	01/04/2019	12/10/2020
ELP/09.9		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - PCIC	10/02/2020	12/10/2020
ELP/09.9A		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - PCIC	10/02/2020	12/10/2020
ELP/11.3		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos investigadores, especialistas e técnicos da PCIC	16/08/2020	25/11/2020

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
ELP/10.6		Produção de materiais - Manual de português/Prevenção e investigação criminal - B1	30/09/2020	13/04/2022
ELP/09.14		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - PCIC	23/11/2020	21/06/2021
ELP/10.7		Produção de materiais - Manual de português/Prevenção e investigação criminal - B2	12/04/2021	30/08/2021
ELP/08.3		Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa - PCIC	01/05/2021	
R3A2 - Capacitação da PCIC e CAC				
R23P/25		Metodologias de Investigação Criminal	05/10/2020	12/10/2020
R23P/26		Ética e Deontologia Policial / Sigilo Profissional	19/10/2020	26/10/2020
R23P/27		Prevenção Criminal e Medidas Cautelares e de Polícia	09/11/2020	16/11/2020
R23P/28		Gestão de Equipas / Chefias	29/09/2021	06/10/2021
R23P/07.1		Formação MS Excel para a PCIC E a CAC	04/10/2021	25/10/2021
R3A2C - Capacitação da CAC				
R23P/13		Assistência técnica de curta duração - CAC	28/09/2020	29/03/2021
R3A2P - Capacitação da PCIC				
R23P/24		Aquisição de equipamento para formação PCIC	28/08/2020	04/09/2020
R23P/04		Aquisição de Servidores Seguro e Normal	01/07/2021	
R23P/30		Assistência Técnica de Curta Duração - Crime Informático	12/07/2021	
R23P/29		Assistência técnica de Curta Duração - Laboratório (2ª fase)	26/07/2021	
R3A5 - Capacitação da IGE e ministérios sectoriais em auditoria interna				
R23I/29		Curso de Gestão Financeira - Indicadores Económicos / Financeiros e Orçamentais	15/02/2021	01/03/2021
R56T - Transversal Auditoria Social				
RAS/01		Reforço da cooperação entre a sociedade civil e a comunicação social (Assistência Técnica)	01/03/2021	
R5A1 - Reforço dos conhecimentos de LP (SC)				
ELP/10.2		Produção de materiais - Manual de português - Sociedade Civil/Auditoria social - A1/A2	01/04/2019	12/10/2020
ELP/09.12		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - SC - Turma 4	03/02/2020	14/09/2020
ELP/09.17		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - SC - Turma 6	24/08/2020	25/01/2021
ELP/09.16		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - SC - Turma 5	24/08/2020	18/01/2021
ELP/11.5		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos dirigentes da Fongtil e ReNas;	14/09/2020	25/09/2020
ELP/10.11		Produção de materiais - Manual de português - Sociedade Civil/Auditoria social - B1	20/09/2020	07/02/2021
ELP/09.32		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível B1 - SC - Turma 7	14/10/2020	17/02/2021
ELP/10.12		Produção de materiais - Manual de português - Sociedade Civil/Auditoria social - B2	29/01/2021	18/06/2021
ELP/08.5		Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa -OSC	01/05/2021	
R5A2 - Eventos públicos para reforço do mecanismo de Auditoria Social				
R25/11		Sessões de Trabalho Municípios "A Função da Auditoria Social" - Vários, Municípios	01/07/2019	
R25/07		Seminário de Sensibilização "Processo de recolha e Análise de Dados" - 1.ª edição	19/10/2020	26/10/2020
R25/25		Prestação de Contas e Integridade dos Fundos Públicos	09/11/2020	16/11/2020
R25/11.6		Sensibilização Auditoria Social ao programa Cesta Básica, ano 2021	01/03/2021	08/03/2021
R25/10.2		Mecanismos de Colaboração e Sinergias entre Auditores de Fiscalização e Supervisão e a Sociedade Civil	29/07/2021	29/07/2021
R5A3 - Formação de formadores em Auditoria Social				

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R25/10		Manuais "Supervisão das Finanças Públicas" e "Controlo Orçamental e Monitorização da Despesa Publica"	25/08/2020	
R25/05		2ª edição das jornadas de "Literacia Orçamental e Financeira" (Curso Relatórios Financeiros e Literacia Orçamental)	07/09/2020	14/09/2020
R25/24		O Papel da Sociedade Civil em Tempos de Crise	28/09/2020	05/10/2020
R25/29		Introdução Excel p/ Sociedade Civil	20/11/2020	27/11/2020
R25/13		3ª edição do curso "Literacia Orçamental e Financeira"	23/11/2020	30/11/2020
R25/10.1		Apresentação do Manual de Supervisão de Finanças Públicas e Auditoria Social	15/07/2021	15/07/2021
R25/10.3		Formação quadro legal- Manual AS e Guião	30/09/2021	30/09/2021
R5A4 - Tutoria e mentoria às organizações da SC				
R25/03		Programa de Operação, Manutenção e Funcionamento da Plataforma de Auditoria Social	01/07/2019	
R25/06.1		Tutoria às organizações da Sociedade Civil na Supervisão das Finanças Públicas (1ª Fase) - Serviços formação 5 seminários	25/08/2020	
R25/30		Comunicação Digital	26/04/2021	10/05/2021
R25/31		1ª Edição E-Government e Acesso à Informação	17/05/2021	31/05/2021
R25/06.2		Tutoria às organizações da Sociedade Civil na Supervisão das Finanças Públicas (2ª fase)	01/10/2021	
R25/06.2TF1		Advocacia	18/10/2021	25/10/2021
R25/06.2TM1		Estudo de Caso: Auditorias do TdC e Progresso na Implementação da Lei 7/2020 sobre Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção	18/10/2021	25/10/2021
R25/06.2TM2		Modelo de Cartas	25/10/2021	01/11/2021
R25/06.2TM3		Planos de Advocacia Sectoriais	29/10/2021	05/11/2021
R25/06.2TM4		Planos de Advocacia para os Sectoriais: Educação, saúde, nutrição e infraestrutura	09/11/2021	
R25/06.2TF4		Métodos técnicos e instrumentos de auditoria social	09/11/2021	
R6A3 - Formação de jornalistas				
R26/07		Protocolo CENJOR	01/07/2019	
R26/28		Programa de apoio à Comunicação Social	30/04/2020	28/01/2021
R26/28.3		Programa de estágios para Jovens Jornalistas	01/10/2020	31/12/2020
R26/28.5		Programa de apoio a textos jornalísticos sobre matérias ligadas à supervisão de finanças públicas	01/10/2020	31/12/2020
R26/07.12		2ª Curso de Jornalismo de Dados	12/10/2020	02/11/2020
R26/07.20		Fake News e Desinformação (1ª Edição)	30/11/2020	14/12/2020
R26/07.23		Fake News e Desinformação (2ª Edição)	05/07/2021	19/07/2021
RTLTP - Transversal à Equipa Língua Portuguesa				
ELP/10		Manuais de Língua Portuguesa Para Fins Específicos	04/03/2019	
ELP/10.B		Produção de manuais em Português (Produção em Timor-Leste)	04/03/2019	
ELP/09		Ciclos de formação de /em Língua Portuguesa	01/05/2019	
ELP/11		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional	25/10/2019	
ELP/10.A		Criação, elaboração e revisão de manuais em Português (Equipa Portugal)	01/05/2020	
ELP/12		Formações técnicas de elaboração/redação de textos técnicos e oficiais (relatórios, pareceres, ofícios, memorandos, notas técnicas, etc.)	01/07/2020	25/08/2021
ELP/08		Desenvolvimento e gestão da plataforma moodle LP	01/01/2021	
RTMA - Transversal Áreas				
RTM/08		Seminário Modelo de Supervisão Finanças Públicas (2ª edição)	27/08/2020	03/09/2020

Anexo III – Relatório Financeiro Ano 4

Rubrica	Orçamento (1ª Adenda)	Custos no Período de Reporte (*1)	Total Custos até 31/8/2021 (*2)	% Custos	Compromissos Período de Reporte (*1)	Total Compromissos até 31/8/2021 (*2)	% Compr.
1. Recursos Humanos	1 591 021	396 109,23	1 250 836,45	78,6%	144 080,62	1 450 837,44	91,2%
1.1. Remuneração de pessoal internacional	1 203 521	328 822,58	1 125 287,03		123 228,38	1 290 375,65	
1.2. Remuneração de pessoal local	387 500	67 286,65	125 549,42		20 852,24	160 461,79	
2. Viagens e per diem	3 088 080	15 890,92	180 540,67	5,8%	15 890,92	189 087,97	6,1%
2.1. Viagens internacionais	1 449 480	7 543,17	84 898,43		7 543,17	93 445,73	
2.2. Ajudas de custo, alojamento, alimentação e outros custos de deslocação	1 638 600	8 347,75	95 642,24		8 347,75	95 642,24	
3. Equipamentos e fornecimentos	436 800	14 763,33	210 529,29	48,2%	174 614,13	370 380,09	84,8%
3.1. Compra ou aluguer de veículos	115 000	0,00	96 569,44		0,00	96 569,44	
3.2. Escritório local: mobiliário	20 000	0,00	24 791,19		0,00	24 791,19	
3.3. Escritório local: equipamento informático	17 550	1 165,25	32 051,96		1 165,25	32 051,96	
3.4. Escritório local: outros equipamentos	23 000	1 640,45	13 989,72		1 640,45	13 989,72	
3.5. Sede Camões, I.P. em Lisboa	61 250	5 387,40	21 614,26		5 387,40	21 614,26	
3.6. Equipamentos para formação e parceiros	200 000	6 570,23	21 512,72		166 421,03	181 363,52	
4. Escritório local e funcionamento	321 300	77 652,22	204 925,61	63,8%	29 635,06	218 087,51	67,9%
4.1. Aluguer de escritório	162 000	48 017,16	126 612,77		0,00	139 774,67	
4.2. Consumíveis de escritório	27 000	3 559,65	11 442,60		3 559,65	11 442,60	
4.3. Despesas de manutenção e combustíveis	59 400	7 509,74	17 716,26		7 509,74	17 716,26	
4.4. Outros serviços	72 900	18 565,67	49 153,98		18 565,67	49 153,98	
5. Serviços	1 752 600	105 637,11	383 901,26	21,9%	201 302,16	644 800,65	36,8%
5.1. <i>Baseline</i> & Sistema de M&A	275 000	39 728,75	135 265,30		184 254,00	279 790,55	
5.2. Serviços de Comunicação e Visibilidade	275 000	3 964,14	120 903,92		3 964,14	120 903,92	
5.3. Serviços de Formação	1 202 600	61 944,22	127 732,04		13 084,02	244 106,18	
6. Outros serviços a contratar	4 585 900	1 554 523,86	2 994 896,90	65,3%	1 284 721,12	3 787 455,02	82,6%
6.1. Serviços de consultoria	3 210 400	1 222 451,69	2 482 487,71		910 474,33	3 098 136,67	
6.2. Estudos e Publicações	130 000	118 671,77	125 701,92		38 908,19	149 519,04	
6.3. Custos com Formação, Seminários e Workshops	972 500	143 397,55	293 190,27		121 968,18	302 914,74	
6.4. Materiais de divulgação e publicidade	150 500	6 212,79	22 781,32		6 212,79	22 781,32	
6.5. Serviços Financeiros	40 000	3 692,26	6 554,28		3 692,26	6 554,28	
6.6. Auditorias	62 500	4 821,60	8 905,20		4 821,60	8 905,20	
6.7. Desenvolvimento e gestão de plataformas online para Formação e Gestão do Conhecimento	20 000	55 276,20	55 276,20		198 643,77	198 643,77	
7. Total Custos Diretos da Ação (1-6)	11 775 701	2 164 576,67	5 225 630,18	44,4%	1 850 244,01	6 660 648,68	56,6%
8. Custos Indiretos/Remuneração	824 299	151 520,37	365 794,12		129 517,08	466 245,40	
9. Total dos custos elegíveis da ação, excluindo reserva (7+8)	12 600 000	2 316 097,04	5 591 424,30	44,4%	1 979 761,09	7 126 894,08	56,6%
Total Custos da Ação	12 600 000	2 316 097,04	5 591 424,30	44,4%	1 979 761,09	7 126 894,08	56,6%

(*1) Incorridos de 1/9/2020 a 31/8/2021

(*2) Incorridos desde o início do projeto até 31/8/2021

ANEXO IV – CALENDÁRIO DE ATIVIDADES PREVISTAS ANO 5

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R1A2 - Capacitação dos deputados				
	R21/01	Assistência Técnica Média Duração - PN	jan/20	dez/22
	R21/48	Assistência Técnica Pacote Fiscal	dez/21	fev/22
	R21/31	Projeto "Levantamento das normas que prevejam ou permitam a cobrança de receitas tributárias não fiscais"	jan/22	jun/22
	R21/24	Seminário - Justiça administrativa e supervisão das finanças públicas	fev/22	fev/22
R1A4 - Reforço da coordenação do PN com a CdC, SC e CS				
	R21/G2	Políticas Públicas para a Igualdade de Género	jul/21	fev/22
	R21/G5	Panorama Orçamental Anual	out/21	nov/22
	R21/35	Sessões formativas do PN para jornalistas	nov/21	dez/21
	R21/07	Seminário "Orçamento de Estado e Políticas Públicas em Timor-Leste"	dez/21	dez/21
	R21/28	Seminário "Medidas Preventivas de Anticorrupção"	jan/22	jan/22
	R21/42	Conferência Internacional "Controle Parlamentar das Finanças Públicas"	mar/22	mar/22
R1AT - Transversal Supervisão Orçamental				
	R21/G3	Sistema de Controlo Interno (SCI), Planeamento, Monitoria, Avaliação e Auditoria - Organização e Reengenharia de Processos	set/21	jun/22
	R21/G4	Capacitação de Técnicos Parlamentares	nov/21	set/22
	R21/G1	Seminários de Informação Especializada para Deputados	jun/22	set/22
	R21/G6	Missões a Portugal de deputados e técnicos	jul/22	jul/22
R23T - Transversal Auditoria Financeira				
	RTAF/G1	Formalização Técnica Geral de Auditores e Inspetores	nov/21	fev/22
	RTAF/G3	Formação Técnica em Supervisão de Finanças Públicas	nov/21	jul/22
	RTAF/G2	Formação Técnica Especializada para Auditores	jan/22	set/22
	RAF/17	Conferência internacional de supervisão e controlo das finanças públicas	mai/22	mai/22
R2A1 - Reforço de conhecimentos em LP (CdC/TR)				
	ELP/11.1	Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos auditores e magistrados da Câmara de Contas e do Tribunal de Recurso;	out/19	dez/21
	ELP/08.1	Conteúdos plataforma formação Língua Portuguesa - CdC/TdR	mai/21	dez/21
	ELP/09.G1	Formação de língua portuguesa para fins específicos - TR/CdC	set/21	dez/21
R2A2 - AT ao plano de implementação do TSAFC				
	R22/02	Assistência Técnica Câmara de Contas - Jurista	jan/20	dez/22
	R22/01	Assistência Técnica Câmara de Contas - ECO-FIN	set/20	fev/23
	R22/04	Processo de avaliação de competências internas / auditores	jan/21	dez/21
	R22/08	Estudo preliminar da Arquitetura Legal do novo Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas	fev/22	mar/22
	R22/05	Processo de Avaliação "peer review"	abr/22	mai/22
	R22/11	Missão de estudo a Portugal para observação e estudo comparativo do sistema de funcionamento e organização dos Tribunais superiores	abr/22	abr/22

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R2A3 - Capacitação de juizes ref. TSAFC				
R22/07		Missão de avaliação do programa dos juizes (1ª edição)	dez/21	dez/21
R22/G1		Programas de Formação de Juizes	jan/22	fev/23
R2A4 - Capacitação Técnica Auditores CdC				
R22/15		O controle da despesa dos Fundos Setoriais (Fundo do petroleo, Fundo das Infraestruturas / Fundo Especial de Desenvolvimento para Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA)) - A sua sustentabilidade economica e ambiental	dez/21	dez/21
R22/17		Reuniões/Workshops Sectoriais das Instituições Superiores de Controlo da CPLP-online - Trimestral	fev/22	jul/22
R22/14		Aquisição e parametrização de software para tramitação processual (inc. assitência e formação)	mar/22	ago/22
R22/18		Auditoria operações petrolíferas	mar/22	abr/22
R34T - Transversal Crime Económico-Financeiro				
RTC/06		Formação em Investigação de crimes de Corrupção e Conexos - Nova lei anti-corrupção	fev/22	mar/22
RTC/03		Formação em Investigação de Branqueamento de Capitais e financiamento do Terrorismo	abr/22	abr/22
RTC/05		2ª Conferência Internacional Criminalidade Económico-Financeira	mai/22	mai/22
RTC/04		Formação em Investigação de Fraude Fiscal	mai/22	mai/22
R3A1C - Reforço dos conhecimentos de LP (CAC)				
ELP/11.4		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos técnicos e especialistas da CAC	fev/21	dez/21
ELP/09.G2		Formação de língua portuguesa para fins específicos - CAC	fev/21	fev/22
ELP/09.15A		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Nível A2 - CAC	fev/21	nov/21
ELP/08.4		Conteudos plataforma formação Língua Portuguesa - CAC	mai/21	dez/21
R3A1I - Reforço dos conhecimentos de LP (IGE)				
ELP/11.2		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional pelos auditores da Inspeção Geral do Estado	ago/20	dez/21
ELP/08.2		Conteudos plataforma formação Língua Portuguesa - IGE	mai/21	dez/21
ELP/09.G3		Formação de língua portuguesa para fins específicos - IGE	set/21	dez/21
R3A1P - Reforço dos conhecimentos de LP (PCIC)				
ELP/08.3		Conteudos plataforma formação Língua Portuguesa - PCIC	mai/21	dez/21
R3A2 - Capacitação da PCIC e CAC				
R23P/07		Formação em análise de informação criminal (Portugal)	jan/22	mar/22
R23P/G1		Formação Especializada	fev/22	fev/22
R23P/17		Curso sobre tráfico de influências e corrupção.	fev/22	fev/22
R3A2C - Capacitação da CAC				
R23P/10		Curso de formação contínua em direito penal e processo penal	jan/22	jan/22
R23P/12		Curso de formação contínua em metodologias de investigação criminal	fev/22	fev/22

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R23P/31		Seminário "Dia Mundial da Luta Contra a Corrupção"	fev/22	fev/22
R23P/18		Curso de sigilo das informações e segredo de justiça	fev/22	mar/22
R23P/21		Promoção e controlo de planos de gestão de riscos de corrupção	mai/22	mai/22
R3A2P - Capacitação da PCIC				
R23P/04		Aquisição de Servidores Seguro e Normal	jul/21	dez/21
R23P/30		Assistência Técnica de Curta Duração - Crime Informático	jul/21	jan/22
R23P/29		Assistência técnica de Curta Duração - Laboratório (2ª fase)	jul/21	dez/21
R23P/G2		Formação Policial Especializada	jan/22	mar/22
R23P/16		Estágios para formação de peritos da PCIC (em Portugal)	jan/22	fev/22
R23P/20		Formação em investigação sobre Cibercrime/ clonagem de cartões bancários (Portugal)	abr/22	abr/22
R3A5 - Capacitação da IGE e ministérios sectoriais em auditoria interna				
R23I/14		Assistência Técnica curta duração / para a elaboração de manuais / documentos técnicos	nov/21	fev/22
R23I/G1		Formação Especializada em Auditoria Interna	nov/21	jun/22
R23I/G2		Formação Técnica para Auditores e Inspectores da IGE	dez/21	abr/22
R23I/09		Apoio na reativação e inclusão de novos conteúdos no site para a IGE	dez/21	mar/22
R23I/05		Missão de Estudo a Portugal às entidades de supervisão e controlo	jan/22	fev/22
R23I/08		Especialização em Processo Inspeção de Entidades Públicas (1.ª edição)	fev/22	fev/22
R23I/14E		Assistência Técnica curta duração / para a elaboração de manuais / documentos técnicos (Extensão 2 meses)	mar/22	abr/22
R3A6 - Certificação de Inspectores e Auditores para IGE				
R23I/30		Preparação prévia para a certificação IAP/CIA	abr/22	jul/22
R4A2 - Reforço da capacidade do MP em conformidade legal				
R24/02		Organização da Unidade de Auditoria e Perícia Financeira	jan/22	mar/22
R24/03.1		Organização do Serviço de Contencioso de Estado - Formação em Timor (1ª fase)	fev/22	mar/22
R24/09		Assistência Técnica Curta Duração - UAPF	fev/22	ago/22
R24/03.2		Organização do Serviço de Contencioso de Estado - Formação em Portugal (2ª fase)	mar/22	mai/22
R24/08.1		Gabinete de Recuperação de Ativos - Assistência Técnica	abr/22	set/22
R24/08.2		Gabinete de Recuperação de Ativos - Missão estudo comparativo a Moçambique	jun/22	jun/22
R56T - Transversal Auditoria Social				
RAS/01		Reforço da cooperação entre a sociedade civil e a comunicação social (Assistência Técnica)	mar/21	fev/22
R5A1 - Reforço dos conhecimentos de LP (SC)				
ELP/08.5		Conteudos plataforma formação Língua Portuguesa -OSC	mai/21	dez/21
ELP/09.G5		Formação de língua portuguesa para fins específicos - Sociedade Civil	nov/21	mar/22
R5A2 - Eventos públicos para reforço do mecanismo de Auditoria Social				
R25/11		Sessões de Trabalho Municípios "A Função da Auditoria Social" - Vários, Municípios	jul/19	fev/22
R25/12		Reforço da Capacitação das OSC e CS em Auditoria Social	jan/22	jan/22
R25/14		Seminário de Sensibilização "Processo de recolha e Análise de Dados" - 2.ª edição	fev/22	mar/22
R25/20		Conferência Nacional sobre Auditoria Social e Supervisão das Finanças Publicas	fev/22	mar/22

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
R5A3 - Formação de formadores em Auditoria Social				
R25/10		Manuais "Supervisão das Finanças Públicas" e "Controlo Orçamental e Monitorização da Despesa Publica"	ago/20	fev/22
R25/16		2ª Formação de Formadores em Auditoria Social	jan/22	fev/22
R25/19		2º Curso "Monitorização do Orçamento e das Despesas Públicas"	fev/22	mar/22
R25/08		1º Curso "Monitorização do Orçamento e das Despesas Públicas"	fev/22	mar/22
R25/17		4ª edição do curso "Literacia Orçamental e Financeira"	fev/22	mar/22
R25/09		1ª Formação de Formadores em Auditoria Social	mai/22	jun/22
R5A4 - Tutoria e mentoria às organizações da SC				
R25/03		Programa de Operação, Manutenção e Funcionamento da Plataforma de Auditoria Social	jul/19	fev/22
R25/G1		Tutoria às organizações da Sociedade Civil na Supervisão das Finanças Públicas	ago/20	jan/22
R25/02		Plano de Apoio à Rede do CEPAD de Supervisão das Finanças Públicas	jan/22	jan/23
R6A2 - Consolidação do Conselho de Imprensa de TL				
R26/33		Assistência Técnica - Consolidação do Conselho de Imprensa	jan/22	jun/22
R26/16		1º Curso de "Regulação em Comunicação Social" (2x)	fev/22	abr/22
R6A3 - Formação de jornalistas				
R26/07.G1		Protocolo CENJOR - Formação técnica e operacional de jornalistas	jul/19	fev/22
R26/19		Curso de acesso e análise das informação documental	jan/22	jan/22
R26/32		2º Curso "Sistema de Finanças Públicas e as Instit. Democráticas" (2x)	jan/22	jan/22
R26/27		Campanhas e "talkshow" junto dos meio de comunicação e Radios Comunitarias nos Municípios	fev/22	jul/22
R7A1 - Diagnóstico sistema registo de propriedades na gestão património do estado				
RTM/32		Assistência Técnica CNA (Sénior)	mar/22	ago/22
R7A2 - Capacitação operacional do MF na coordenação de doadores				
RTM/33		Assistência Técnica CNA (Nacional)	mar/22	fev/23
R7A3 - Reforço capacitação na revisão legislação contratação pública				
RTM/34		Assistência Técnica Coordenação Parceiros	mar/22	fev/23
R7A4 - Capacitação operacional da DGA na gestão procoessos contratação pública				
RTM/35		Assistência Técnica Registo e Notariados	mar/22	jun/22
RTLP - Transversal à Equipa Língua Portuguesa				
ELP/G1		Manuais de Língua Portuguesa Para Fins Específicos	mar/19	nov/21
ELP/09		Ciclos de formação de /em Língua Portuguesa	mai/19	jan/22
ELP/11		Atividade de tutoria que potencie a utilização da língua portuguesa em contexto profissional	out/19	jan/22
ELP/08		Desenvolvimento e gestão da plataforma moodle LP	jan/21	dez/21
RTMA - Transversal Áreas				
RTM/03		Programa superior de auditoria interna 1ª edição	set/21	jan/22
RTM/29		Edição e produção de Coleções Legais	set/21	jun/22

Res.	Ref.	Designação	Início	Fim
RTM/07		Palestra Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção	out/21	out/21
RTM/02		Seminários "Aprovisionamento e Contratos Públicos"	jan/22	dez/22
RTM/25		Avaliação e monitorização de Políticas Públicas	jan/22	dez/22
RTM/06		Programa de Supervisão em Finanças Publicas (SUFIP)- 1.ª Edição	fev/22	dez/22
RTM/26		Contratação Pública / Fiscalização Prévia (1º sessão)	fev/22	fev/22
RTM/21		Seminário (Nova lei da Anticorupção - Medidas de Prevenção e Combate à Corrupção)	mar/22	mar/22
RTM/24		Liderança e gestão de equipas	mar/22	mar/22
RTM/05		Programa Avançado de Direito Financeiro (PADIF) - 1.ª Edição	abr/22	jan/23
RTM/30		Contratação de serviços de desenvolvimento da base de dados de Direito Financeiro	jun/22	dez/22

ANEXO V – ORÇAMENTO PREVISIONAL ANO 5

Rubrica	Orçamento (1ª Adenda)	Executado até 31/8/2021	Orçamento Ano 5 (custos totais)	Orçamento Ano 5 (custos ref. novos compromissos)
1. Recursos Humanos	1 591 021	1 250 836	413 129	213 128
1.1. Remuneração de pessoal internacional	1 203 521	1 125 287	338 043	172 955
1.2. Remuneração de pessoal local	387 500	125 549	75 086	40 173
2. Viagens e per diem	3 088 080	180 541	1 253 777	1 245 230
2.1. Viagens internacionais	1 449 480	84 898	539 930	531 383
2.2. Ajudas de custo, alojamento, alimentação e outros custos de deslocação	1 638 600	95 642	713 847	713 847
3. Equipamentos e fornecimentos	436 800	210 529	197 041	37 191
3.1. Compra ou aluguer de veículos	115 000	96 569	2 452	2 452
3.2. Escritório local: mobiliário	20 000	24 791	0	0
3.3. Escritório local: equipamento informático	17 550	32 052	2 414	2 414
3.4. Escritório local: outros equipamentos	23 000	13 990	794	794
3.5. Sede Camões, I.P. em Lisboa	61 250	21 614	1 924	1 924
3.6. Equipamentos para formação e parceiros	200 000	21 513	189 458	29 608
4. Escritório local e funcionamento	321 300	204 926	81 870	68 708
4.1. Aluguer de escritório	162 000	126 613	45 238	32 076
4.2. Consumíveis de escritório	27 000	11 443	5 324	5 324
4.3. Despesas de manutenção e combustíveis	59 400	17 716	11 846	11 846
4.4. Outros serviços	72 900	49 154	19 462	19 462
5. Serviços	1 752 600	383 901	803 590	542 690
5.1. <i>Baseline</i> & Sistema de M&A	275 000	135 265	158 656	14 131
5.2. Serviços de Comunicação e Visibilidade	275 000	120 904	34 941	34 941
5.3. Serviços de Formação	1 202 600	127 732	609 992	493 618
6. Outros serviços a contratar	4 585 900	2 994 897	2 330 400	1 537 842
6.1. Serviços de consultoria	3 210 400	2 482 488	1 540 933	925 284
6.2. Estudos e Publicações	130 000	125 702	105 772	81 955
6.3. Custos com Formação, Seminários e Workshops	972 500	293 190	483 905	474 181
6.4. Materiais de divulgação e publicidade	150 500	22 781	22 199	22 199
6.5. Serviços Financeiros	40 000	6 554	2 590	2 590
6.6. Auditorias	62 500	8 905	4 959	4 959
6.7. Desenvolvimento e gestão de plataformas online para Formação e Gestão do Conhecimento	20 000	55 276	170 041	26 674
7. Total Custos Diretos da Ação (1-6)	11 775 701	5 225 630	5 079 808	3 644 789
8. Custos Indiretos/Remuneração	824 299	365 794	355 587	255 135
9. Total dos custos elegíveis da ação, excluindo reserva (7+8)	12 600 000	5 591 424	5 435 394	3 899 924
Total Custos da Ação	12 600 000	5 591 424	5 435 394	3 899 924

Pedido de pagamento para acordo de delegação relativo a organizações objeto da avaliação dos pilares (PAGODA)

18 de novembro de 2021

À atenção de:
Chefe da Seção de Finanças e Contratos
Delegação da União Europeia na Tailândia
Athenee Tower, 10º Andar, 63 Wireless Road
Bangkok 10330, Tailândia

Número de referência do acordo: **FED/2017/387410**

Título da convenção/acordo: **“Parceria para a melhoria da prestação de serviços através do reforço da Gestão e da Supervisão das Finanças Públicas em Timor-Leste (PFMO)”**

Nome e endereço da organização:

Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

Direção de Serviços de Cooperação Multilateral e Europeia

Avenida da Liberdade, n.º 270, 1250-149 Lisboa – Portugal

Número do pedido de pagamento: **5 (quinto pedido de pré-financiamento)**

Período abrangido pelo pedido de pagamento: **setembro de 2020 a agosto de 2021**

Ex. mos Srs.,

Pela presente, solicito o pagamento do quinto pré-financiamento a título do acordo referido em epígrafe.

O montante solicitado de **0,00 EUR (zero euros)** está em conformidade com o artigo 4.º das Condições Especiais do acordo.

Ao presente pedido são anexados os seguintes documentos:

- Os relatórios narrativo e financeiro (para a segunda parcela do pré-financiamento)

O pagamento deve ser efetuado para a conta bancária n.º: PT50 0781 01120112001505583

Aquando do pagamento, incluir a seguinte comunicação: ---

Declaro, sob compromisso de honra, que as informações contidas no presente pedido de pagamento são completas, fiáveis e exatas, que os custos incorridos podem ser considerados elegíveis em conformidade com o acordo e que o presente pedido de pagamento é acompanhado de documentos comprovativos adequados suscetíveis de verificação.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente,

João Ribeiro de Almeida